

Revista do IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Nº 53. v. 2 | Aracaju-SE | 2023



ISSN: Edição eletrônica 2446-4856

ISSN: Edição impressa 1981-7347

VOLUME 2

“Mulheres no Campo do Saber”

Editores

Tereza Cristina Cerqueira da Graça (IHGSE)
José Vieira Cruz (UFS/IHGSE)

Conselho Editorial

Antônio Fernando de Araújo Sá (UFS/IHGSE)
Giliard da Silva Prado (UFU/IHGSE)
Joaquim Tavares da Conceição (UFS/IHGSE)
João Paulo Gama Oliveira (UFS/IHGSE)
Josefa Eliana Souza (UFS/IHGSE)
Lourival Santana Santos (UFS/IHGSE)
Maria Neide Sobral (UFS/IHGSE)
Samuel Albuquerque (UFS/IHGSE)
Terezinha Alves Oliva (UFS/IHGSE)
Vera Lúcia Alves França (UFS/IHGSE)
Wagner Gonzaga Lemos (IFPE/IHGSE)

Conselho Consultivo

Ângela de Castro Gomes (UNIRIO)
Beatriz Góis Dantas (UFS)
Carla Mary S. Oliveira (UFPB)
Diogo da Silva Roiz (UEMS)
Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)
Eliana Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS)
Jaime de Almeida (UnB)
João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO)
José Ibarê Costa Dantas (UFS/IHGSE)
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)
Lília Moritz Schwarcz (USP)
Lisiane Sias Manke (UFPeI)
Luiz Alberto Romero (Universidad San Martin, Argentina)
Luísa Tombini Wittmann (UDESC)
Mara Regina do Nascimento (UFU)
Maria Emília Porto (UFRN)
Mary Del Priore (UNIVERSO/IHGB)
Martha Campos Abreu (UFF)
Mauro Passos (PUC-MG)
Olga Rosa Cabrera Garcia (UFG)
Peter Burke (Cambridge University)
Regina Célia Gonçalves (UFPB)
Roger Chartier (Collège de France)
Roselusia Teresa de Moraes Oliveira (UFS)
Solyane Silveira Lima (UFRB)

Projeto Gráfico | Capa |

Débora Santos Santana
Jeane de Santana

Ilustração de Capa e Miolo

Heli Natá Alcântara Silva

Supervisão

Saulo Almeida Cabral

Brasão da capa

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Diagramação

Adilma Menezes

APOIO



Revista do IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Fundado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual no 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução no 58, do Congresso Americano de Bibliografia e História, ocorrido em Buenos Aires, em 1916, reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal no 14.074, de 19 de fevereiro de 1920, reconhecido de utilidade pública pelo Governo do Estado de Sergipe, pela Lei 5.464 de 11 de novembro de 2004, e reconhecido de utilidade pública pela Prefeitura Municipal de Aracaju, pela Lei 3.203 de 06 de outubro de 2004.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

NÚMERO 53

VOLUME 2:

“Mulheres no Campo do Saber”

ISSN: Edição eletrônica 2446-4856

ISSN: Edição impressa 1981-7347

EDITORA

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Aracaju-SE | 2023

Ficha catalográfica elaborada por Rosângela Soares de Jesus - CRB5/1701

R454 Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGSE
Vol. 2. n. 53 (2023) - Aracaju, SE: O Instituto, 1913-

Anual

“Mulheres no Campo do Saber”

ISSN: Edição impressa 1981-7347

1. História 2. Docência 3. Literatura 4. Mulheres.

I. Título II. Assunto III. IHGSE

CDU 94(813.7)

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe está indexada em: Sumários de Revistas Brasileiras - <http://www.sumarios.org/revistas/revista-do-instituto-hist%C3%B3rico-e-geogr%C3%A1fico-de-sergipe>



Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

*Rua Itabaianinha, nº 41,
Aracaju - Sergipe, 49010-190.*

Fundado em 6 de agosto de 1912

PRESIDENTES HONORÁRIOS

Governador do Estado de Sergipe

Fábio Cruz Mitidieri

Presidente da Assembleia do Estado de Sergipe

Deputado Jeferson Luiz de Andrade

Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe

Des. Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima

DIRETORIA

Presidente

Agláé D'Ávila Fontes

Primeiro Vice-Presidente

Igor Leonardo Moraes Albuquerque

Segundo Vice-Presidente

Tereza Cristina Cerqueira da Graça

Secretário-Geral

José Rivadálvio Lima

Primeiro Secretário

Adriano Torres Azevedo

Segundo Secretário

Marlene Alves Calumbý

Oradora

Terezinha Alves de Oliva

Primeiro-Tesoureiro

Ancelmo de Oliveira

Segundo-Tesoureiro

Paulo Amado Oliveira

Diretora do Arquivo e da Biblioteca

Rosangela Soares de Jesus

Diretor do Museu e da Pinacoteca

Fernando José Ferreira Aguiar

QUADRO SOCIAL

Sócios Honorários

Jackson da Silva Lima

(Pesquisador)

Josué Modesto dos Passos Subrinho

(Secretário de Estado da Educação de Sergipe e Ex-Reitor)

Desembargador Edson Ulisse de Melo

(Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe)

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Antônio Carlos Valadares

(Ex-Governador de Sergipe)

Edvaldo Nogueira Filho

(Prefeito de Aracaju)

Francisco Guimarães Rollemberg

(Ex-Senador)

Gilton Feitosa Conceição

(Procurador-Geral de Justiça do Estado de Sergipe)

Itamar Freitas de Oliveira

(Professor)

José de Oliveira Júnior

(Conselheiro da AGRASE)

Maria do Carmo Nascimento Alves

(Senadora)

Verônica Maria Menezes Nunes

(Professora)

SÓCIOS EFETIVOS

Adailton dos Santos Andrade
Adriano Torres Azevedo
Afonso Barbosa de Souza
Aglaré d'Ávila Fontes
Aldenise Cordeiro dos Santos
Amâncio Cardoso dos Santos Neto
Ana Conceição Sobral de Carvalho
Ana Maria do N. Fonseca Medina
Ancelmo de Oliveira
Andréa Torres Azevedo
Anita Rocha Paixão Sotero
Antônio Carlos Sobral de Souza
Antônio Francisco de Jesus (Saracura)
Antônio Lindivaldo Souza
Antônio Porfírio de Matos Neto
Beatriz Góis Dantas
Carlos Pina de Assis
Claudiomiro Alves Rocha
Cléa Maria Brandão de Santana
Clóvis Barbosa de Melo
Cristina de Almeida Valença
Darcilo Melo Costa
Djaldino Mota Moreno
Edmilson Menezes Santos
Ednalva Freire Caetano
Edson Ulisses de Melo
Eduardo Antônio Seabra
Eva Maria Siqueira Alves
Evande dos Santos
Fabrícia de Oliveira Santos
Fernado José Ferreira Aguiar
Gerson Vilas Boas
Gilvan Rodrigues dos Santos
Hélio José Porto
Iara Maria Campelo Lima
Igor Leonardo Moraes Albuquerque
Irineu Silva Fontes Junior
Jane Alves Nascimento Moreira de Oliveira
Jane Guimarães Vasconcelos Santos
João Paulo Gama Oliveira
Joaquim Tavares de Conceição
Jodoval Luiz dos Santos
José Alberto Pereira Barreto
José Anderson do Nascimento
José Antônio Santos
José Eduardo de Santana Macedo
José Francisco da Rocha
José Hamilton Maciel Silva
José Hamilton Marciel Silva Filho
José Ibarê Costa Dantas
Jose Iran Barbosa Filho
José Lima Santana
José Rivadálvio Lima
José Vieira da Cruz
Josefa Eliane Souza
Juvenal Francisco da Rocha Neto
Lenalda Andrade Santos
Lilian de Lins Wanderley
Lourival Santana Santos
Lúcio Antônio Prado Dias

Luiz Eduardo Alves de Oliva
Luiza Maria da Costa Nascimento
Manoel Alves de Souza
Marcelo da Silva Ribeiro
Maria da Glória Santana de Almeida
Maria Izabel Carregosa de Carvalho Vieira
Maria Neide Sobral da Silva
Mário Luiz Britto Aragão
Marlene Alves Calumby
Mary Nadja Freire de Almeida Seabra
Natália Amado
Neuza Maria Góis Ribeiro
Patrícia Verônica Sobral Carvalho De Souza
Petronio Andrade Gomes
Risla Rodrigues Silva Monteiro
Renata Ferreira Bonifácio
Rômulo de Oliveira Silva
Rosângela Soares de Jesus
Rusel Marcos Batista Barroso
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque
Sandra Maria Natavidade
Suely Cristina Silva Souza
Tadeu Cunha Rebouças
Tereza Cristina Cerqueira da Graça
Terezinha Alves de Oliva
Valéria Bari Aparecida
Vera Lúcia Alves França
Vilder Santos
Wagner Gonzaga Lemos
Wanderlei de Oliveira Menezes

QUADRO DE FUNCIONARIOS

José Carlos de Jesus

ESTÁGIO REMUNERADO:

Ana Ruth Oliveira de Sá
Bacharel em Biblioteconomia

Josiélia Santos Oliveira
Bacharel Administração

Lucas Alarcon Ribeiro
Tecnólogo em Análise e Des. de Sistemas

Sara Ellen Barreto Cardoso
Licenciatura em Artes Visuais

Weverlyn Alves dos Santos
Licenciatura em História

ESTÁGIO OBRIGATÓRIO:
Edmeire Vieira dos Santos Vidal
Bacharel em Biblioteconomia

Maria Luiza Santos Cruz
Bacharel em Biblioteconomia

VOLUNTÁRIOS:
Catarina Augusta Cavalcante Costa
Telma Santos
Adirany da Silva dos Reis

Sumário

Volume 2

“Mulheres no Campo do Saber”

Apresentação

Maria Porciúncula de Sousa, professora de meninas da vila de Santo Amaro das Brotas (Séc. XIX)

A trajetória da professora Elvira Honorina Guerra Fontes na educação aracajuana

“A universidade hoje, muito diferente do meu tempo”: memórias e ensino de Mariza Miranda, uma professora universitária potiguar

Bisavó proprietária de escravas, avó casada com mulato: Notas sobre a “Andança” de Iracema Sampaio

A teia literária de culturas políticas do século XIX: o caso de Maria Firmina dos Reis e o lugar da mulher na sociedade oitocentista do Brasil

Gizelda Moraes: da Poesia Juvenil à consolidação literária

185 *Maria Neide Sobral
Terezinha A. Oliva*

191 *Silvaney Santos*

211 *Bruna Morrana dos S. Cavalcante*

233 *Clivya Nobre*

255 *Marinélia Sousa da Silva*

277 *Benigna Ingrid Bezerril*

297 *Wagner Lemos*

Mulheres, terceira geração de
dentistas da Família

315 *Danilo Mota de Jesus*
Josefa Eliana Souza

SEÇÃO TEMA LIVRE

Basílio Pirro: um engenheiro a serviço
do império, 1848-1880

333 *Amâncio Cardoso*

RESENHA

Marcelo Déda: a construção
do imortal

355 *Samuel Albuquerque*

SEÇÃO CASA DE SERGIPE

Dr. Carlos Pinna de Assis: Uma
estrela a brilhar, uma saudade a ficar.

367 *José Rivadálvio Lima*

A obra é rara
(Balanço de gestão)

371 *Aglaé D'Ávila Fontes*

Apresentação

*Maria Neide Sobral
Terezinha Alves de Oliva*

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe apresenta o dossiê “Mulheres no campo do saber”, abrindo espaço para a circulação de textos que trazem contributos significativos de mulheres na educação, na literatura e na odontologia, tanto em Sergipe, como no Maranhão, no Rio Grande do Norte e na Bahia. Mulheres que viveram em seu tempo-lugar, destacando-se pelas atuações fora do reduto exclusivo de seus lares para encontrar, no espaço público, uma forma singular de se colocar, de fazer a diferença e marcar a história em determinado campo do saber.

Del Priore (2003, p. 5) assinala que o século XXI é aquele em que as mulheres assumem de fato maior protagonismo, embora, contraditoriamente, nas veias do passado patriarcal, pois “a aceleração do tempo, diversa nas diferentes partes do país, conservou traços do passado no presente”. Elas representam a si mesmas, assumem a autoria de seus escritos e feitos e mobilizam uma força motriz capaz de ver-se para além do espectro historicamente colonizador dos homens, na medida em que ganham autonomia e independência. Suas escritas constituem-se em emblemática empreitada, reinventando a si mesmas e ousando em assumir os espaços públicos no mundo das artes, dos saberes científicos, dos cargos e atribuições no mundo do trabalho, nas disputas políticas e tantas outras formas singulares de atuação.

O saber, em seus diversos campos, foi historicamente apropriado pelos homens, que ditavam e controlavam os destinos das mulheres. Sair do espaço restrito dos lares e assumir funções públicas, foi (e é) uma luta ainda em andamento. Com as transformações sociais, políticas e tecnoló-



gicas, novos desafios foram impostos, de modo que a participação feminina nos setores produtivos, nas esferas culturais, sobretudo na educação, tornou-se vital.

Muitas mulheres foram esquecidas pela história, outras tantas estão sendo revisitadas nos arquivos, nas memórias de familiares, amigos e conhecidos, trazendo à tona seu papel singular em determinados contextos históricos. Elas mesmas assumiram, por séculos, o papel de boas esposas, donas de casas e procriadoras, como algo natural e ligado aos seus destinos. Assim, seus saberes e discursos circunscrevem-se a esses papéis, nomeadamente determinados e difundidos pelos homens.

Ainda permanecem presentes traços fortemente patriarcais nas relações entre homens e mulheres, já que suas diferenças - enquanto gênero e não de sexo - implicam em entendê-las como resultantes de “uma invenção social e política”, não de algo determinado pela natureza. Trata-se de uma “relação construída e incessantemente modelada” (COLLING, 2004). Muito ainda há de se fazer e uma dessas tarefas é a de desenterrar memórias e trazer para a escrita vidas e atuações de mulheres que, em diferentes espaços e tempos, forjaram outras identidades para si mesmas, na insubordinação criativa e atuante.

Nesse dossiê, a emblemática vida de algumas mulheres que se dedicaram ao magistério, voltando-se para a educação de meninas, foi tratada em dois artigos. O primeiro deles, intitulado “Maria Porciúncula de Sousa, professora de meninas da vila de Santo Amaro das Brotas (Séc. XIX)”, de Silvaney Santos, traz evidências sobre a atuação da referida professora, enfocando seu protagonismo, ao protestar contra a supressão da Cadeira do ensino primário em que atuava e dar margem a descobertas a respeito da sua atuação na política santamarense, no período fatídico da chamada Revolução de Santo Amaro, de 1836. A professora foi jubilada em 1850, por questões políticas.

No segundo artigo, intitulado “A trajetória da professora Elvira Honorina Guerra Fontes na educação aracajuana”, Bruna Morrana dos S. Cavalcante traça o percurso da referida professora, enfocando o seu papel na educação feminina, em Aracaju, no princípio

do século XX. A autora destaca a inserção de Elvira Honorina Fontes em setores culturais da Capital, como na Liga Sergipana Contra o Analfabetismo e no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Neste último, em solenidade, pronunciou-se sobre a importância da participação feminina na sociedade.

Em deslocamentos e aproximações, acompanhamos três textos que tratam de mulheres na literatura e os saberes construídos neste singular mundo criativo, através de narrativas de si, de natureza genealógica e da imersão no mundo literário. O texto de Clivya Nobre, “A universidade hoje, muito diferente do meu tempo”: memórias e ensino de Mariza Miranda, uma professora universitária potiguar” enfoca aspectos que propiciam uma análise da formação de professoras do ensino superior, assim como de programas e abordagens curriculares, particularmente de História Antiga. Ressalta, sobretudo, as dificuldades enfrentadas no exercício profissional, pela professora Miranda, sem perder de vista a rede de sociabilidades estabelecida com seus colegas nas décadas de 1960, 1970 e 1980.

Marinéia Sousa, em seu artigo “Bisavó proprietária de escravas, avó casada com mulato: notas sobre a “andança” de Iracema Sampaio” analisa a construção de personagens da obra “Andanças”, cotejadas com fontes históricas no contexto de Riachão de Jacuípe, Bahia, evidenciando questões ligadas à escravidão, assim como à cor e ao branqueamento racial.

Também no campo literário, o artigo Gizelda Moraes: da poesia juvenil à consolidação literária, de Wagner Lemos, explora a contribuição da professora, romancista e poetisa Gizelda Moraes, falecida em 2015, em diferentes vertentes que englobam poesia, prosa, romance histórico e teatro, comprometendo-se em dar visibilidade nacional à sua obra, escapando, assim, de um possível “discurso reducionista”.

Benigna Ingrid Bezerril, em “A teia literária de culturas políticas do século XIX: o caso de Maria Firmina dos Reis e o lugar da mulher na sociedade oitocentista do Brasil”, deixa ecoar a voz feminina de uma professora que se afirmou em seu tempo, por ter ideias abolicionistas e de defesa das mulheres, através da literatura. No Norte do país, particularmente, no Maranhão, a voz de uma professora

e literata comprometida politicamente, evidencia um discurso singular sobre temas até então mofados nos entreveros da sociedade patriarcal.

Por fim, no texto “Mulheres, a terceira geração de dentistas da família”, aos moldes de uma prosopografia, Danilo Mota de Jesus e Josefa Eliana Souza destacam as personagens Edith Bastos e Tânia Fortes, mantendo uma tradição que, nas respectivas famílias, engloba três gerações de profissionais da área, o que desvela o nexo de interesses desencadeados na educação dessas mulheres no seio familiar. Dessa forma, os autores entendem que, embora as gerações transmitam suas vivências, as pessoas “são seres singulares, complexos e com distintas visões de vida.”

Assim, a Revista do IHGSE oportuniza contribuições que revelam a voz e a atuação feminina, no ano do Centenário de Maria Thetis Nunes, figura luminar no campo do saber, inspiradora de outros estudos sobre tantas mulheres que deixaram suas marcas na sociedade brasileira.

188

Referências:

DEL PRIORE, Mary. *Histórias e Conversas de Mulheres*. São Paulo: Planeta, 2003.

COLLING, Anna Maria. Gênero e história. Um diálogo possível? *Contexto e Educação*. Editora UNIJUL, Ano 19, n. 71/72, jan./dez. 2004. p. 29-45.



DOSSIÊ

“Mulheres no Campo do Saber”

Maria Porciúncula de Sousa, professora de meninas da vila de Santo Amaro das Brotas (Séc. XIX)

*Silvaney Silva Santos**

Resumo

O presente artigo aborda a temática da educação das primeiras letras em Sergipe, mais especificamente, na Vila de Santo Amaro das Brotas, na primeira metade do século XIX. Com o objetivo de trazer aos leitores uma ideia do cotidiano educacional sergipano e mostrar, em pleno período oitocentista, o protagonismo da professora de meninas, Maria Porciúncula de Sousa e as ações do próprio Estado em suas experiências diárias, esmiuçamos, no Arquivo Público do Estado de Sergipe e no acervo digital da Biblioteca Nacional, as seguintes tipologias documentais: ofícios, cartas, tabelas, jornais, decretos, leis e relatórios. Tais fontes deixaram evidências da trajetória de Maria Porciúncula de Sousa em prol da educação de Sergipe.

Palavras-chave: Professora de meninas, Santo Amaro das Brotas, Sergipe.

* Mestre em História pela Universidade Federal de Sergipe. Pesquisador. Autor do livro “Santo Amaro das Brotas, do histórico ao lúdico (Séc. XX), 2017. Professor da Rede Estadual de Educação e da Rede Municipal de Educação de Santo Amaro das Brotas

Maria Porciúncula de Sousa, teacher of girls from the village of Santo Amaro das Brotas (19th century).

Maria Porciúncula de Sousa, maestra de niñas del pueblo de Santo Amaro das Brotas (siglo XIX).

Abstract

This article addresses the theme of early literacy education in Sergipe, more specifically, in the village of Santo Amaro das Brotas, in the first half of the 19th century. With the objective of bringing readers an idea of Sergipe's educational routine, in the middle of the 19th century, presenting the protagonism of girls' teacher Maria Porciúncula de Sousa, and the actions of the State government itself in their daily experiences. We researched in the Public Archive of the State government of Sergipe and in the digital collection of the National Library, the following types of documents: letters, tables, newspapers, decrees, laws and reports. Such sources left evidence of the trajectory of Maria Porciúncula de Sousa in favor of the education in Sergipe.

Keywords: Girls teacher, Santo Amaro das Brotas, Sergipe.

Resumen

El presente artículo aborda el tema de la alfabetización inicial en la educación del estado de Sergipe, específicamente en el pueblo de Santo Amaro das Brotas en la primera mitad del siglo XIX. Con el objeto de que los lectores se hagan una idea de cómo es el cotidiano educativo en Sergipe y mostrar como tuvo protagonismo a mediados de los ochentas la maestra de niñas Maria Porciúncula de Sousa y las acciones del propio estado en sus experiencias diarias, analizamos, en el archivo público del estado de Sergipe y en el acervo digital de la Biblioteca Nacional los siguientes tipos de documentos: Oficios, cartas, tablas, periódicos, decretos, leyes e informes. En estas fuentes quedó evidenciada la trayectoria de Maria Porciúncula de Sousa a favor de la educación en Sergipe.

Palabras clave: Maestra de niñas, Santo Amaro das Brotas, Sergipe.



Introdução

Tomando como ponto de partida a província de Sergipe, na primeira metade do século XIX, inserida no contexto agroexportador português, cenário marcado pelo trabalho escravo, por uma sociedade extremamente desigual; com vidas embrenhadas nos canaviais, nas fazendas, nas matas e nos rios; voltadas unicamente para a larga produção econômica com vistas à exportação e ao acúmulo de capitais; manter o *status quo* era conveniente a uma parcela de latifundiários “bem nascidos”; os “homens bons”, brancos, de descendência europeia.

Situando a educação provincial e nacional neste contexto, seria improvável e contrassenso se pensar em liberdade de pensamento. Tal fato teve e tem estreita relação com o processo histórico de construção da nossa nacionalidade. Contrários a esta “historiografia tradicional”, cimentada pelos escritos de Maria Thetis Nunes, estudo mais recente defende que a educação na metade do século XIX em Sergipe e no Brasil, serviu como um instrumento moderno para a época, um modelo estruturado e estruturante do sistema imperial (Siqueira, 2019).

Levando em conta estes aspectos descritos, imaginemos a situação da educação das primeiras letras em Sergipe, mais especificamente, na Vila de Santo Amaro, na primeira metade do século XIX. Para tal, esmiuçamos documentos que aludem à temática, com o objetivo de trazer aos leitores uma ideia panorâmica do cotidiano educacional sergipano por meio do protagonismo da professora de meninas da vila de Santo Amaro das Brotas, Maria Porciúncula de Sousa e das ações do próprio Estado, com suas legislações, em suas experiências diárias.

Para refletirmos sobre o contexto educacional dos oitocentos, buscamos indícios nas seguintes referências: *História da Educação em Sergipe*, de autoria da historiadora Maria Thetis Nunes, uma obra de fôlego que insere a educação de Sergipe no contexto agroexportador, de meados do século XVIII até as primeiras décadas da República brasileira; Luís Siqueira, com a obra inovadora sobre a temática, *De Lá Salle a Lancaster: os métodos de ensino na escola de*



primeiras letras sergipana (1825-1875), a referida mostrar os “fazes pedagógicos” da época e o cotidiano escolar; e a tese de Simone Silveira Amorim intitulada: *Configuração do trabalho docente e a instrução primária em Sergipe no século XIX (1827-1880)*, a mesma utiliza das leis da época, publicadas nos jornais (regulamentos e instruções) como fontes importantes para compreensão da construção da “profissionalização” dos docentes. O referido estudo mostra que a educação esteve ligada ao projeto de nacionalidade que se quis implantar no Brasil; uma educação moralizante, mas que, na província sergipana, teve as suas especificidades, com as inúmeras trocas dos presidentes da província de Sergipe era impossível a continuidade de qualquer projeto de Estado.

Julgamos importantes as matérias de jornais da época, destacadamente, o oficioso e noticioso, *O Correio Sergipense*; além das cartas, ofícios, requerimentos e manuscritos oitocentistas, documentação primária localizada no Arquivo Público do Estado de Sergipe e no acervo digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

1 A instituição do ensino das primeiras letras na província de Sergipe, entre leis e representações

Alguns marcos foram importantes para se refletir sobre a educação das primeiras letras na província sergipana e numa das primeiras de suas vilas, Santo Amaro das Brotas (1699). A educação no império brasileiro teve os reflexos das decisões tomadas ainda na colônia, como a criação das aulas régias, ministradas isoladamente por professores nos confins das pequenas vilas e cidades; locais longínquos e de difícil acesso.

Para o financiamento dessa nova estrutura criou-se o Subsídio Literário. Este advinha dos impostos cobrados sobre os produtos produzidos nas cidades e vilas como por exemplo, a canada de vinho, o aguardente, o vinagre, as carnes, queijos, café, entre outros. Vale destacar que a vila de Santo Amaro das Brotas era grande produtora destes produtos, escoados pelos rios Cotinguiba, Pomonga e Sergipe.

A independência política do Brasil em 1822 foi um outro momento importante. O pós-independência inseriu o país na discussão

sobre a nacionalidade e o sentimento de pertença à pátria. Contudo, a independência estava distante da realidade. Pois, o país separava-se da sua metrópole, mas contradições históricas permaneciam. A escravidão, por exemplo, manteve-se até o último instante, sendo a liberdade protelada por diversas leis até 1888, quando o sistema de produção entrou em decadência frente às mudanças ocorridas em escala mundial.

A educação como instrumento a serviço do Estado brasileiro, transplantou métodos, a exemplo do método lancasteriano ou mútuo e simultâneo, entre outros, para realidades adversas e diversas, ainda em formação; um desafio gigantesco, retirar o país do seu estado de natureza e moldá-lo à civilização. Logo, no primeiro e no segundo impérios instituiu-se leis, criou-se e fechou-se cadeiras, implantando-se “métodos modernos” seguindo modelos eurocêntricos, que se adequaram ao cotidiano das escolas de primeiras letras localizadas nas cidades, vilas e povoados os mais longínquos (Siqueira, 2019).

A educação nacional ficou reduzida a uma parcela mínima da sociedade nacional. Um instrumento excludente do ponto de vista das oportunidades. Ascensão pelo caminho das letras era algo para os filhos, filhas, netos e netas de uma elite latifundiária, provinda das condições econômicas favoráveis. Os senhores latifundiários (pais, avós) lapidavam os futuros “doutores” e “bacharéis”, filhos da elite agrária, buscando estratégias de ascensão social, seja através do contrato de preceptoras particulares, seja nas escolas particulares, nos internatos franceses, a exemplo do santoamarense Valois Galvão, neto do Senador do Império por Sergipe, proprietário do Engenho Arauari e Conceição, Antônio Diniz de Siqueira e Mello. O menino foi estudar num “internato francês” sob os cuidados da preceptora Condessa de Varral (Albuquerque, 2016, p. 14).

O ensino de primeiras letras na Província de Sergipe foi instituído a partir do dia 15 de outubro de 1827. Nessa data, cinco anos após a Independência do Brasil e sete anos após a Independência de Sergipe, D. Pedro I mandou criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do império. Segue a Lei na íntegra:



D. Pedro I, por Graça de Deus e unanime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: fazemos saber a todos os nossos súbditos que a Assembléa Geral decretou, e nós queremos a lei seguinte: Art. 1º Em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias. Art. 2º Os Presidentes das províncias, em Conselho e com audiência das respectivas Camaras, enquanto não tiverem exercicio os Conselhos Gerais, marcarão o numero e localidades das escolas, podendo extinguir as que existem em logares poucos populosos e remover os Professores delas para as que se crearem, onde mais aproveitem, dando conta à Assembleia Geral para resolução. Art. 3º Os Presidentes, em Conselho, taxarão interinamente os ordenados dos Professores, regulando-os de 200\$000 a 500\$000 annuaes: com atenção às circumstancias da população e carestia dos logares, e o farão presente 'Assembleia Geral para a aprovação. Art. 4º As escolas serão de ensino mútuo nas capitais das províncias; e o serão também nas cidades, vilas e logares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se. Art. 5º Para as escolas do ensino mútuo se applicarão os edificios, que houverem com suficiêcia nos logares delas, arranjando-se com os utensilios necessários à custa da Fazenda Pública e os professores; que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais. Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, e os principios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos, preferindo para as leituras a Constituição do Império do Brasil. Art. 7º Os que pretendem ser providos nas cadeiras serão examinados publicamente perante os Presidentes, em Conselho; e estes proverão o que for julgado mais digno e darão parte ao Governo para a sua legal nomeação. At. 8º Só serão admitidos à opposição e examinados os cidadãos brasileiros que estiverem no gozo de seus direitos civis e políticos, sem



nota na regularidade de sua conduta. Art. 9º Os professores atuais não serão providos nas cadeiras que novamente se criaram, sem exame e aprovação, na forma do artigo 7º. Art. 10º Os Presidentes, em Conselho, ficam autorizados a conceder uma gratificação anual, que não exceda terça parte do ordenado, aqueles professores, que por mais de doze anos de exercício não interrompido se tivesse distinguido por sua prudência, desvelo, grande número e aproveitamento de discípulos.

Art. 11º Haverão escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento. Art. 12º As Mestras, além do declarado no artigo 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrução da aritmética só as quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na forma do art. 7º.

Art. 13º As Mestras vencerão os mesmos ordenados e gratificações concedidas aos Mestres. Art. 14º Os proventos dos Professores e Mestres serão vitalícios; mas os Presidentes em Conselho, a quem pertence a fiscalização das escolas, os poderão suspender, e só por sentenças serão demitidos, provendo interinamente quem substitua (BRASIL, 1827).

Enquanto o Estado mostrava através dos decretos, leis, dentre outros, uma formação estrutural da educação nacional, na prática a realidade era outra. As representações feitas dessas escolas de primeiras letras de Sergipe nos jornais da época, mostram que o “projeto civilizador” estava longe de atender atrasos seculares. Escolas eram assemelhadas a cubículos; conforme noticiários dos jornais, ensinava-se em casebres dos próprios professores. Os espaços eram diminutos, sem ventilação e de péssima higiene.

Descumprindo com a regularidade dos pagamentos dos professores de primeiras letras e contrariando a lei de 15 de outubro de 1827, que em seu artigo décimo terceiro dizia que “as Mestras vencerão os mesmos ordenados e gratificações concedidas aos Mes-

tres”, o governo de Zacarias de Goes e Vasconcellos, Presidente da Província de Sergipe, instituía a Lei de número 225 de 31 de maio de 1848, a qual em seus artigos terceiro e quarto expunha os valores díspares entre professores e professoras com funções semelhantes:

Art. 3º Terão igualmente o ordenado de 600\$ rs, os professores de primeiras letras da capital, e a professora da mesma o de 550\$rs. Os professores deste ensino nas duas cidades terão o ordenado annual de 550\$rs, e as professoras o de 500\$rs. Art. 4º Terão o ordenado de 450\$rs os professores de primeiras letras das villas, e as professoras o de 400\$rs. Os professores do dito ensino nas freguesias, onde houver povoado, terão igual ordenado de 400\$rs e todos os mais de 300\$rs (Vasconcellos, 1848. p.1).

198

A lei acima mostra a falta de isonomia do Estado, um modelo excludente das mulheres que ensinavam nas vilas. Estes docentes recebiam seus salários inferiores aos docentes da capital São Cristóvão. Acrescido a isto, professores passavam meses sem receber os seus proventos; na tentativa de estruturar o organograma da educação provincial, as remoções eram constantes e quanto aos proventos atrasados, se orientava:

-Ao inspector interino da thesouraria provincial. – Visto como v.m. informa em officio de hoje, que se acha esgotado o credito aberto por ordem desta Presidência de 7 de dezembro do anno passado para pagamento dos ordenados de exercicio findo, mande v. m. pagar aos professores de primeiras letras Vicente Ferreira Torres, da villa de Santo Amaro, e André José da Rocha, do Aracaju, o que se lhes estiver a dever de seos ordenados de exercicio findo, pelas verbas indicadas [...] e bem assim por essas mesmas verbas a outros que estiverem no mesmo caso (Andrade, 1850a, p. 4).

As professoras e os professores passavam dias, meses, distantes dos seus familiares; mesmo dentro da própria província sergipana, o acesso às vilas era dificultoso e perigoso, a exemplo da vila

de Santo Amaro das Brotas. Primeiro, pela incidência de naufrágios pelos rios Sergipe e Cotinguiba, segundo, pelo desconhecimento dos povoados distantes, de difícil acesso; a documentação fala de locais onde predominavam roubos e assassinatos.

Mesmo diante de tamanha realidade, a documentação consultada constrói representações depreciativas sobre os professores e professoras de primeiras letras nos escritos da história da educação sergipana, na metade dos oitocentos. Falou-se em “professores leigos, despreparados para o ofício de lecionar, professores preguiçosos” (Teixeira, 1848), dentre outras adjetivações. Contudo, o Estado pouco oferecia para que os referidos profissionais pudessem exercer a profissão com desenvoltura e melhor proveito para os alunos e alunas. Era tudo embrionário! Vejamos trecho da fala do então Presidente da província sergipana, Joaquim José Teixeira:

Muitos são professores pagos pelos cofres da Província para se occuparem com a instrução primária, e poucos os que com ella se occupão satisfatoriamente. Não sei que mau fado tem presidido à escolha de taes empregados nesta Província, dos quaes alguns há immoraes e outros inteiramente ignorantes (Teixeira, 1848, p. 1).

Sobre o conteúdo ensinado nas Escolas de Primeiras Letras, havia diferenças pontuais para meninos e para meninas, como vimos nos artigos sexto e décimo segundo da Lei de 15 de outubro de 1827. Maria Thetis Nunes também evidenciou esse aspecto que segue:

Nas escolas masculinas estudavam-se Leitura e Caligrafia, Gramática da língua nacional, teoria e prática de Aritmética até regra de três, noções de Geometria plana, Sistema de pesos e medidas, Moral de Doutrina Cristã. Já nas femininas contavam com as mesmas disciplinas, excluindo-se noções de Geometria plana e, quanto à aritmética, só alcançaria as quatro operações. Acrescentavam-se trabalhos de agulha (Nunes, 1984, p. 57).



2 *Maria Porciúncula de Sousa, professora de meninas da vila de Santo Amaro das Brotas (Séc. XIX)*

Para situarmos a atuação protagonista da professora de meninas da vila de Santo Amaro, Maria Porciúncula de Sousa, enveredamos por acontecimentos que marcaram o campo educacional daquela vila. Santo Amaro das Brotas, reduto dos liberais, é representada na historiografia sergipana como parte da região rica, a Cotinguiba, em produção de cana de açúcar e por isso com um considerável poder concentrado nas mãos dos senhores de engenho, em detrimento de muitos desvalidos. Já no século XVIII, os seus habitantes se direcionavam ao príncipe regente protestando pela falta de qualquer escola pública, visto que a vila ocupava o segundo lugar em arrecadação para o fundo educacional, o Subsídio Literário. Sobre este aspecto vejamos:

200

Em Sergipe existiam cadeiras de Gramática Latina na Capital, a cidade de São Cristóvão, na Vila de Santa Luzia e na Vila Nova del Rei do rio São Francisco. As cadeiras de ler e escrever estavam localizadas em São Cristóvão e em Santa Luzia. Enquanto assim sucedia, na vila de Santo Amaro, a mais próspera, a ante-câmara da Capital, onde morava a elite da aristocracia sergipana, toda ela composta de senhores de engenho de açúcar localizados nas bacias dos rios que correm na zona açucareira de Maruim, Laranjeiras, Japarutuba e Riachuelo, e que possuía o segundo lugar no rendimento do Subsídio Literário, não existia qualquer classe pública (Nunes, 1984, p. 29).

A representação feita pelos habitantes da vila de Santo Amaro constituiu-se letra morta frente à tentativa de estruturação da educação na província sergipana. As querelas históricas entre a povoação de Maruim e a Vila de Santo Amaro das Brotas levaram Santo Amaro ao completo ostracismo. Os grandes proprietários e políticos de Santo Amaro das Brotas e Maruim viviam em constantes desavenças pelo poder local. Os conflitos pelo título de Vila entre ambas influenciaram, inclusive, na queda da matrícula nas cadeiras. Houve evasão

de alunas, as quais tiveram que deixar a região devido ao clima de violência instaurado entre Santo Amaro das Brotas e Maruim.

Ofício datado de 12 de janeiro de 1834, dirigido ao presidente da província sergipana, José Joaquim Germiniano de Moraes Navarro, informa ao referido que “a aula tem estado quaze sem Alumnas” (Souza, 1835), que “tem frequentado apenas dozy, e não sei aqui se deva atribuir isto, se a falta, e carestia dos viveres, se a mudança desta vila para Maroim [...] (Souza, 1835)”. O documento finaliza julgando que “os pais estão esperando decisão sobre negócio da Vila, ou de permanecer em Maroim, ou de sua terra para este lugar, para então os fazer voltar ao estudo (Souza, 1835)”.

O referido ofício mostra-nos indícios do quanto o processo que levou a chamada Revolução de Santo Amaro das Brotas (1836), mudou, em certa medida, o cotidiano das pessoas, a exemplo da educação na vila de Santo Amaro. A extinção do título de Vila, ou seja, a perda dos direitos político administrativos de Santo Amaro para a povoação de Maruim, possivelmente influenciou na matrícula dos estudantes. Logo, ela (a Revolução) não foi fruto única e exclusivamente de fraudes eleitorais no colégio da vila de Lagarto, a questão política foi apenas o estopim do conflito (Santana; Santos, 2006).

As fontes são escassas sobre a instituição da Primeira Cadeira de Letras Primárias na vila de Santo Amaro das Brotas. Ainda não podemos afirmar se a primeira escola de primeiras letras foi para meninos ou para meninas. Em Sergipe, nota-se que as mulheres tiveram presença no campo educacional a partir de 1831; as cadeiras foram implantadas em São Cristóvão, Propriá, Estância e Laranjeiras (Santos, 2016, p. 4).

No caso da vila de Santo Amaro das Brotas, podemos confirmar que em 1835, após a retomada de Santo Amaro das Brotas do título de Vila, nas querelas com a sua ex povoação emancipada, Maruim, foi instituída uma escola para o sexo feminino. O vigário e inspetor da vila de Santo Amaro, Gonçalo Pereira Coelho, evidencia em documento que segue na íntegra, por julgarmos importante fonte informativa para estudiosos e pesquisadores:

Inspeção de Aula de primeiras letras de Meninas da villa de Santo Amaro das Brotas. Tendo sido aberta a nova aula pela Professora Maria Porciúncula de Souza a 12 de Sbr^o de 1835 tem-se matriculado 30 alunas; sahirão 2 prontas por terem entrado já com algum principio, e 2 mudarão-se do Distrito, em companhia de seus paes; existem hoje 26; destas achão-se 6 aprendendo letras, syllabas, até nomes; elas completão o número de 9 que escrevem ainda, nem dão taboada; as mais tomão lições de Cartas e de letras redonda, contas, algumas de multiplicar; há materias admiravelmente, de boas letras e de apostas; não dão a aula de Gramática Portuguesa mais que duas porque as outras não as tem; assim como não há Collecção dos Traslados; nas 4as. Fras. E sabbados, à tarde rezão a Doutrina Chistã; as Alumnas e Professoras comparecem no maior ponto de decência e honestidade a que merecem consideração e louvor dos expectadores sidosos e probos; daqui se infira a applicação e aproveitamento das Allumnas, o zelo e a assiduidade da Professora. Vila de Santo Amaro das Brotas, 10 de 8br^o de 1837. Gonçalo Pereira Coelho, Inspetor (Coelho, 1837).

O relatório descrito pelo padre da freguesia de Santo Amaro das Brotas e inspetor da educação da vila de mesmo nome, Gonçalo Pereira Coelho, demonstra um número considerável de matrículas de meninas e a preocupação com o ensino das primeiras letras e Matemática; além da moralidade e da doutrina católica apostólica romana. O documento vai além, mostra as práticas alfabetizadoras da época: aprendizagem de letras, sílabas, nomes, tabuada, lições de cartas e letras redondas, contas de multiplicar e a oração aos sábados.

Mesmo diante de uma documentação escassa e em péssimo estado de conservação, a partir de um trabalho cuidadoso conseguimos encontrar preciosidades no Arquivo Público do Estado de Sergipe, no Fundo Educação (E). Os documentos “derivam de causas humanas que não escapam de modo algum à análise [...] tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado [...]” (Bloch, 2001, p. 83). Neste aspecto, a carta da professora de primeiras letras da Vila de

Santo Amaro das Brotas, Maria Porciúncula de Sousa, datada de 7 de janeiro de 1835, e destinada ao então secretário do governo, Braz Diniz de Villas Boas, nos é reveladora, primeiro, trata-se de uma mulher protagonista em pleno século XIX, em que predominava o patriarcado como condutor dos destinos; segundo pelas informações, número de alunas matriculadas, a filiação das mesmas, que nos faz perceber a quem eram oferecidas as primeiras letras; as idades e a naturalidade das discentes; além de ouvirmos as vozes de Maria Porciúncula, descolonizando os discursos e fugindo das armadilhas da história determinista, eurocêntrica, estruturada e estruturante.

Devido à escassez de documentos sobre a temática e ao estado de conservação dos mesmos, segue na página seguinte transcrição da carta na íntegra e em seguida o quadro com os nomes das alunas, filiação, idade e naturalidade das mesmas:

Tendo eu a onra de ter sido promovida na Cadeira de primeiras Letras desta Villa para o ensino de Meninas no dia 5 de setembro de 1835, e tendo aberto a Aula no dia 12 do mesmo mez, julguei a proposito levar ao conhecimento de Vossa Excelência, o número de alunas, que frequentam a dita Aula, enviando a Vossa Senhoria a inclusa relação nominal das referidas Alunnas. Deus guarde a Vossa Senhoria, Villa de Santo Amaro das Brotas, 7 de janeiro de 1835. Ilmo. Sr. Secretário do governo, Braz Diniz de Villas-Boas. Maria Porciúncula de Sousa (Sousa, 1835).

Segue o quadro da referida carta:

Quadro 1 - Cadeiras de meninas da Vila de Santo Amaro das Brotas (1835)

Nomes	Filiações	Idades	Naturalidades
Maria Brenda Travessos	Cap. Antônio José da Silva Travassos	10	Santo Amaro
Ignacia M ^a do Espírito Santo	Agostinho José Pereira	9	//
Maria da Encarnam Sobral	Eugênio Francisco da Cruz	10	//
Luiza Maria do Rosário	///	7	//
Eufrazia Maria de Jesus	Maria Augusta do Amparo	9	//
Maria Mathildes	Francisco José Alves	9	//
Anna Francisca de Araújo	Manoel Ignacio de Cápos	8	//
Maria Egipciana de Almeida	José Nascimento	8	//
Clara América da S. Travassos	Cap. Antônio José da S. Travassos	8	//
Maria Florinda de Castro	José Francisco de Castro	10	//
Emília Macrina Coelho	Maria Rita do Nascimento	10	//
Anna Cristina de Goes	José de Goes e Mello	7	//
Candida Maria do Sacramento	Deodato José Carlos	10	//
Leopoldina A. Tes. de Meneses	Francisco Messias Tes. de Meneses	6	//
Carolina Xavier de Barros	Manoel Venceslão de Barros	10	//
Maria de Oliveira de Araujo	José de Campos e Oliveira	6	//
Marcolina de Barros Corrêa	Agostinho José Corrêa	10	//
Salustriana Maria de Jesus	Antônio José da Costa	5	//
Maria do Carmo Leal	Pedro Barbosa Leal	5	//

Fonte: Souza (1835). Reprodução: Leonardo Barreto.

A carta da professora Porciúncula mostrando o número de alunas, filiação, idades e naturalidade, mais tarde lhe serviu de provas manuscritas da sua atuação como professora de meninas para requerer os seus direitos de proventos e o seu jubramento em 1853. Logo, publicar as cartas e relatórios nos jornais da época era uma estratégia para mais tarde se requerer direitos comprovadamente. A referida professora passou a receber 68\$874 (Ramos, 1853) de aposentadoria pelos seus dezoito anos de magistério.

É possível que a igreja matriz de Santo Amaro tenha sido o espaço para a realização das aulas da professora. O quadro acima mostra também que duas filhas do comendador Antônio José da Silva Travassos eram alunas da professora Porciúncula, ou seja, a inserção na instrução incluía os filhos de grandes proprietários, abastados; por outro lado, a imensa maioria não tinha acesso à educação.

Enfatizemos, Maria Porciúncula de Sousa, conhecia os seus direitos e lutou por eles. O mesmo Presidente da Província, Joaquim José Teixeira, já citado nesse texto, em 1848 deixa claro os reclamos da professora de meninas de Santo Amaro das Brotas, que optou em continuar lecionando as meninas de Santo Amaro das Brotas e depois requereu através de documentos. Leia trecho abaixo do Presidente citado:

Devo aqui cumprir com uma promessa. Quando cheguei à província, foi-me dirigido por D. Maria Porciúncula de Souza, professora de Meninas na villa de Santo Amaro, um requerimento em que pedia lhe mandasse eu pagar seos ordenados vencidos, visco como apesar de abolida a cadeira que occupara tinha ella continuado a ensinar. Neguei-me ao pedido, porque era assim de lei; porém, à vista de atestados do Juiz Municipal e do Inspetor Parcial das aulas, convidei a professora a que continuasse a ensinar, prometendo-lhe trazer sua pretensão à vossa presença. Não sei qual o motivo que levou esta Assembléa a abolir uma escola onde se achavão matriculadas mais de 30 meninas. Fosse porém qual fosse esse motivo, não posso deixar de advogar perante vós os direitos da Professora, porque advogo ao mesmo tempo os do público (Teixeira, 1848, p. 1).

No Correio Sergipense de 20 de abril de 1850, a professora Maria Porciúncula de Sousa nos oferece pistas do motivo para extinção da escola de meninas de Santo Amaro, algo de ordem pessoal, política, como vemos a seguir:

Expediente Requerimento de D. Maria Porciúncula de Souza, professora do sexo feminino da villa de Santo Amaro, queijando-se da opposição que pessoas que são desaffectedas a seo marido lhe fazem para ser supprimida sua cadeira por falta de allunas, o que contraria com documentos para se lhe antender a 15 annos de serviço que tem concedendo-se-lhe sua jubilação. – A comissão de instrução (Assembleia Legislativa Provincial, 1850, p. 1-2).

Conforme reminiscências de Clóvis Bomfim, em *Haveres do século XIX, Santo Amaro, do obscurantismo à luz da história* (2013), o esposo da professora Maria Porciúncula de Sousa, José Lopes de Souza¹, era professor, vereador e poeta. Possivelmente o marido de Maria Porciúncula de Sousa compunha a fileira do Partido Liberal. Era visto como subversivo e teria ele usado em suas aulas cinco volumes do folheto *Fonte da Verdade ou Caminho para Virtude*. Material que foi usado na administração de José Joaquim Germiniano de Moraes Navarro (1833/1835) e suspenso na administração do presidente Manuel Ribeiro da Silva Lisboa (1835) por tratar-se de um material que contrariava a moral e os princípios religiosos da época (Santana; Amorim; Nascimento, 2016, p. 1203-1207).

Segundo Bomfim, a professora Porciúncula teria sido uma das “insurgentes da revolução de 1836²”. Logo, se tratava de uma personagem aguerrida, que não se curvou ao sistema. Pelo contrário, falamos de uma mulher, professora do século XIX, protagonista da sua história.

A ação do Estado pela supressão da escola de meninas de Santo Amaro, regida pela professora Maria Porciúncula de Sousa, só viria a ser publicada no Correio Sergipense de primeiro de junho de 1850, pelo então Presidente da Província, doutor Amâncio João Pereira de Andrade, uma resolução que trazia em seu artigo segundo o seguinte: “Art. 2. Ficão supprimidas as cadeiras do sexo feminino das villas de Itabaiana e Santo Amaro das Brotas, e do sexo masculino da Barra do Coqueiros e Aguada” (Andrade, 1850b, p. 1). Na mesma resolução, no artigo terceiro, o governo autorizava o jubramento dos professores por tempo de serviço:

- 1 Conforme Resolução de número 93 de 11 de março de 1842, na Presidência da Província Sebastião Gaspar de Almeida Boto, instituiu no “Artigo 1º Ficão jubilados os Professores de Primeiras Letras das vilas de Larangeiras, e Santo Amaro, Manoel Francisco Lino e JOSÉ LOPES DE SOUZA, com seus ordenados, proporcionados ao tempo de seus annos de serviço, conforme a Lei de 28 de Janeiro de 1840. Art. 2º ficão revogados todas as disposições em contrario (Boto, 1842).
- 2 Maria Porciúncula de Sousa é citada como “heroína”, processada entre os sediciosos da chamada “Revolução de Santo Amaro” (Ribeiro, 1945).



Art. 3. O governo fica authorisado a jubilar na forma da lei, e conforme o tempo, que tiverem de serviço legítimo, e não interrompido, as professoras, de que tracta o artigo 2º, e a remover para a cadeira do Porto das Redes o professor da Barra dos coqueiros (Andrade, 1850b, p. 1).

Considerações finais

Há lacunas biográficas de nascimento, morte, filiação, porém, Maria Porciúncula de Sousa deixou evidências da sua trajetória em prol da educação das meninas de Santo Amaro das Brotas. Uma representante deste campo na província sergipana, que se mostrou protagonista da sua história. A mesma, fez das páginas do “O Correio Sergipense” e das cartas direcionadas ao governo provincial, instrumentos de provas da sua atuação como professora de meninas da Vila de Santo Amaro e através destes documentos exigiu do governo os seus direitos (proventos e jubramento). Mesmo em um setor em que o aparato estatal estruturava e controlava a “profissionalização” da docência, por meio de decretos e leis, não faltaram sujeitos, a exemplo da professora de meninas da vila de Santo Amaro das Brotas, MARIA PORCIÚNCULA DE SOUSA, condutores das suas histórias. Estes escritos servem para pesquisas mais aprofundadas sobre esta personagem e outros que fizeram da educação um instrumento de lutas e protagonismos em um período em que a estrutura patriarcal era quase dominante.

Referências

ALBUQUERQUE, Samuel. *A carta da condessa: família, mulheres e educação no Brasil do século XIX*. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2016.

AMORIM, Simone Silveira. *Configuração do trabalho docente e a instrução pública em Sergipe no século XIX (1827- 1880)*. 2012. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2012.

ANDRADE, Amâncio João Pereira de. Governo da Província. *Correio Sergipense*, São Cristóvão, SE, n. 33, p. 4, 4 de maio de 1850a.

ANDRADE, Amâncio João Pereira de. Resolução nº 299. *Correio Sergipense*, São Cristóvão, SE, n. 41, p. 1, 1 de junho de 1850b.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL. Expediente. *Correio Sergipense*, São Cristóvão, SE, n. 29. p.1-2, 20 de abril de 1850.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001

BOMFIM, Clóvis. *Haveres do século XIX*: Santo Amaro, do obscurantismo à luz da história. Aracaju: EDISE, 2013.

BOTO, Sebastião Gaspar de Almeida. Resolução nº 93. *Correio Sergipense*, Cristóvão, SE, n. 350, 11 maio de 1842.

BRASIL. *Coleção de Leis do Império do Brasil 1827*, v. 1.

COELHO, Gonçalo Pereira. *Relatório do inspetor e pároco da Vila de Santo Amaro das Brotas*, 10 de 8brº de 1837.

NUNES, Maria Thetis. *História da Educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SOUSA, Maria Porciúncula de. [Correspondência]. Destinatário: presidente da província sergipana, José Joaquim Germiniano de Moraes Navarro. São Cristóvão, SE, 12 de janeiro de 1834, 1 ofício.

RAMOS, Malaquias Alves do Lago. Jubilados. *Correio Sergipense*, Cristóvão, SE, n. 58, p. 4, 27 ago. 1853.

RIBEIRO, Jacintho Dias. *Santo Amaro das Brotas*: diário de um santoamarense. Rio de Janeiro: [s. n], 1945.

SANTANA, Hélio Ferreira de; SANTOS, Silvaney Silva. *A insurreição de Santo Amaro*: um povo insurreto. Aracaju: Unit, 2006.

SANTANA, L. M.; AMORIM, S. S.; NASCIMENTO, E. F. V. C.; Entre correspondências e impressos: um olhar sobre a instrução primária em Sergipe (1827-1838). *Cadernos de História da Educação*, Aracaju, v. 15, n. 3, p. 1187-1210, set./dez. 2016.

SANTOS, Joseilde de Santana. Educação primária feminina em Sergipe durante o Brasil império. In: CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA, ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE. O BRASIL NA HISTORIOGRAFIA DE FELISBELO FREIRE: REFLEXOS NA PESQUISA E NO ENSINO EM HISTÓRIA, 5., 2016, Aracaju. *Anais eletrônicos [...]*. Aracaju: ANPUH/SE, 2016. 1-13. Disponível em: <http://www.encontro2016.se.anpuh.org/site/anaiscomplementares?impressao>. Acesso em: 30 abr. 2023.

SIQUEIRA, Luís. *De Lá Salle a Lancaster*: os métodos de ensino na escola de primeiras letras sergipana (1825-1875). São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2019.



SOUSA, Maria Porciúncula de. [*Correspondência*]. Destinatário: Secretário do Governo, Braz Diniz de Villas Boas, São Cristóvão, SE, 7 jan. 1835 (Fundo Educação (E). Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES)). 1 carta.

TEIXEIRA, José Joaquim. Falla. *Correio Sergipense*, São Cristóvão, SE, n. 28, p. 1, 12 de abril de 1848.

VASCONCELLOS, Zacarias de Goes. Lei nº 225. *Correio Sergipense*, São Cristóvão, SE, n. 42, p. 1, 7 junho de 1848.



A trajetória da professora Elvira Honorina Guerra Fontes na educação aracajuana

*Bruna Morrana**

Resumo

À luz dos pressupostos teóricos e metodológicos da Nova História Cultural, a finalidade deste trabalho é reconstruir a trajetória da professora primária Elvira Honorina Guerra Fontes, que muito contribuiu para a educação sergipana no início do século XX, mas que foi pouco mencionada nos estudos sobre o tema. Além de dedicar uma parte da sua vida a lecionar nas escolas públicas de Aracaju, sua cidade natal, Elvira Guerra foi sócia do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe nos anos 1920 e atuou na Liga Sergipense contra o Analfabetismo, chegando a ocupar a vice-presidência. No estudo, foram utilizadas fontes primárias, com destaque para os registros da imprensa local, que mostram os espaços públicos ocupados pela docente, o que a tornou reconhecida como intelectual e pelo seu compromisso com a educação.

Palavras-chave: História da Educação, Aracaju, Professora.



* Doutora em História pela Universidade de Brasília (2023), Mestre em História pela Universidade Federal de Sergipe (2018). Atualmente, desenvolve pesquisas principalmente nas áreas de História de Sergipe, História da Saúde, História da Morte e História do Brasil Império.

The trajectory of teacher Elvira Honorina Guerra Fontes in Aracaju education

La trayectoria de la docente Elvira Honorina Guerra Fontes en la educación aracajuana

Abstract

In light of the theoretical and methodological assumptions of the New Cultural History, the purpose of this work is to reconstruct the trajectory of the primary teacher Elvira Honorina Guerra Fontes, who contributed greatly to education in Sergipe at the beginning of the 20th century, but who was little mentioned in studies on the theme. In addition to dedicating part of her life to teaching in public schools in Aracaju, her hometown, Elvira Guerra was a member of the Historical and Geographic Institute of Sergipe in the 1920s and worked in the Liga Sergipense against Illiteracy, reaching the vice-presidency. . In the study, primary sources were used, with emphasis on records from the local press, which show the public spaces occupied by the teacher, who became recognized as an intellectual and for his commitment to education.

Keywords: History of Education, Aracaju, Teacher.

Resumen

A la luz de los presupuestos teóricos y metodológicos de la Nueva Historia Cultural, el objetivo de este trabajo es reconstruir la trayectoria de la maestra primaria Elvira Honorina Guerra Fontes, quien contribuyó mucho a la educación en Sergipe a principios del siglo XX, pero que fue poco mencionada en los estudios sobre el tema. Además de dedicar parte de su vida a la docencia en escuelas públicas de Aracaju, su ciudad natal, Elvira Guerra militó en la década de 1920 en el Instituto Histórico y Geográfico de Sergipe y trabajó en la Liga Sergipense contra el Analfabetismo, alcanzando la vicepresidencia. . En el estudio se utilizaron fuentes primarias, con énfasis en registros de la prensa local, que muestran los espacios públicos ocupados por el docente, quien se hizo reconocido como intelectual y por su compromiso con la educación.

Palabras clave: Historia de la Educación, Aracaju, Docente.



Introdução

As contribuições do movimento feminista e a introdução de novas fontes, métodos e objetos a partir da terceira geração do movimento dos *Annales* foram determinantes para que as mulheres, antes “invisíveis”, começassem a fazer parte do campo de pesquisa dos historiadores profissionais. Peter Burke (2012, p. 85) reforça essa ideia quando diz que “o movimento feminista e as teorias com ele relacionadas encorajaram os historiadores e historiadoras a fazerem novas perguntas a respeito do passado – sobre supremacia masculina, por exemplo, em diferentes tempos e lugares.”

Com as transformações trazidas pela “Nova História” dos anos 1970 e 1980, caracterizada pela compartimentalização do campo histórico, os estudos sobre família, sexualidade, vida privada e práticas cotidianas possibilitaram que o sujeito feminino fosse sendo incluído nas preocupações dos pesquisadores. Por outro lado, não podemos deixar de considerar que os trabalhos de George Rudé, Albert Soboul e E. P. Thompson, na esteira da “história vista de baixo”, também inspiraram os historiadores na década de 1960 a abandonar “os mais tradicionais relatos históricos de líderes políticos e instituições políticas [...]” (HUNT, 1992, p. 7).

Por muito tempo, o trabalho feminino foi desconsiderado porque “boa parte dele não foi registrada nos documentos oficiais, pesquisas de trabalhadores encomendadas e realizadas por funcionários do sexo masculino.” (HUNT, 1992, p. 7). Em 1991, a pesquisadora Joan Scott afirmou que a história das mulheres “apareceu como um campo definível principalmente nas duas últimas décadas” e que, apesar das dificuldades e desigualdades de posição e de recursos nas universidades, “[...] é uma prática estabelecida em muitas partes do mundo.” (SCOTT, 2011, p. 65).

A ideia de escrever sobre uma “mulher trabalhadora” partiu do interesse em dar continuidade ao texto “Família e Poder na Comarca de Aracaju: a trajetória dos Guerra Fontes (1855-1889)”, publicado no número 48 da *Revista do IHCSE* em 2018¹. Partimos da

1 SANTOS, Bruna Morrana dos. Família e poder na Comarca de Aracaju: a trajetória dos Guerra Fontes (1855-1889). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: Criação, vol. I, nº 48, p. 133-144, 2018.

premissa de que, naqueles tempos, a posse de um diploma por uma mulher permitia a ela acessar o mercado de trabalho e adentrar, paulatinamente, o espaço público, uma vez que a atuação feminina se restringia ao espaço privado do lar. E, apesar de nos últimos anos terem sido publicadas pesquisas sobre as mulheres sergipanas de destaque, não encontramos nenhuma menção feita a Elvira Guerra Fontes – professora, poetisa e escritora que se tornou respeitada dentro da intelectualidade sergipana da sua época. Portanto, o objetivo deste artigo é descrever a trajetória da referida professora, pontuando os espaços por ela ocupados no campo educacional e de maneira mais ampla, como integrante da elite cultural e intelectual de Aracaju nas primeiras décadas do regime republicano. No sentido bourdieusiano, trajetória significa uma série de posições sucessivamente ocupadas por um agente. Mas, é importante assinalar a existência de diversas noções de trajetória e que, para esse estudo, estamos considerando as trajetórias individuais ou singulares que “consistem em respostas a um estado determinado de oportunidades objetivamente oferecidas pela história coletiva ao conjunto de uma geração.” (CATANI, 2017, p. 355).

Para isso, além de dialogar com a historiografia especializada, nos utilizamos de um variado *corpus* documental composto de jornais, documentos oficiais e cartoriais, que são registros de sua trajetória enquanto professora primária. Um detalhe que não deve ser desprezado é o “silenciamento” das fontes em relação à atuação de Elvira Guerra já no início da década de 1930. Isso quer dizer que a maior quantidade de informações a respeito dela foi encontrada na documentação referente à década final do século XIX e às duas primeiras do século XX.

Origem familiar e formação

A família Guerra Fontes formou-se a partir de dois troncos familiares detentores de prestígio durante a primeira metade do século XIX. A nova família se constituiu em Aracaju, capital da província de Sergipe, desde 1855. Em 1º de setembro de 1867, Joaquim e Eufemia, que já eram pais de quatro filhos, celebraram o



batizado de Elvira Honorina Guerra Fontes, nascida em 21 de novembro de 1866.

A menina era branca e com seus poucos nove meses de existência já estava em perigo de morte (FAMILY SEARCH, nº 584, p. 59). O batizado de Elvira mostrou que seus pais preferiram buscar compadres fora da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju, visto que o seu padrinho foi Manoel Sousa Macieira, da cidade de Maruim, e Marianna Garcez, representada mediante procuração por Marianna Freitas. Felizmente, a menina conseguiu sobreviver e, quando adulta, foi mais além do que sua mãe e sua avó materna, que já eram alfabetizadas, e se tornou uma das mais distintas educadoras de Aracaju.

Registros da imprensa local nos permitem afirmar que, desde criança, ela já se destacava por ser uma aluna dedicada. Durante os exames que antecederiam o final do ano letivo escolar de 1877, Elvira, que estudava na “2ª Escola de Ensino Elementar do sexo feminino da cidade de Aracaju”, recitou poemas e discursou ao lado de outras colegas. A escola estava sob a direção da professora Ana Saturnina de Rezende Mondim, provedora da segunda cadeira de primeiras letras para meninas desde 1868. A notícia destacou que o diretor da instrução pública, Dr. Pelino Francisco de Carvalho Nobre, notou a distinção da estudante Elvira Fontes:

[...] foram submettidas às provas indicadas no programma adoptado, que foi rigorosamente observado, seis alumnas comparecentes das sete cujos nomes foram apresentados como preparadas nas materias do ensino, as quaes foram, depois do julgamento da commissão examinadora, approvadas plenamente com louvor; **determinando o director da instruccção publica que se inserisse no termo respectivo a distincção que por sua parte fazia da alumna D. Elvira Honorina Fontes.** (JORNAL DO ARACAJU, 1877, p. 1, grifo nosso).

Podemos dizer que Elvira aprendeu as primeiras letras num contexto marcado pelos efeitos do Regulamento de 9 de janeiro de 1877,



“aprovado pela Resolução nº 1079, de 5 de março do mesmo ano, que reformava o ensino público primário e secundário [...]” (NUNES, 2022, p. 204) e que criava outro estabelecimento para moças com sede no Asilo de Nossa Senhora da Pureza. Depois do falecimento do seu pai em 1878, o capitão reformado do Exército, Joaquim Martins Fontes, a mãe se tornou a tutora dos filhos menores (Joaquim, Manoel, Elvira, Oscar, José e Maria) e responsável por cuidar dos poucos bens que restaram aos órfãos. O que se esperava de Eufemia era que ela “*administrasse exatamente os seus bens, cuidasse excrupulosamente de suas educações, defendendo suas pessoas e bens, tanto em juízo, como fóra d’elle [...]*” (AGJES, nº 361, p. 20).

Figura 1: Assinatura de Elvira Guerra Fontes em 31 de agosto de 1878



Fonte: AGJES. Inventário de Joaquim Martins Fontes. Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 22/2329, nº 361, p. 14.

De fato, saber ler e escrever num país de maioria analfabeta era um privilégio. Ao que tudo indica, a família já vivia em “estado de pobreza” antes mesmo da morte do chefe da família. Basicamente, o sustento provinha do soldo que Joaquim recebia do Exército. Durante o ato de partilha, a legítima paterna que coube a Elvira e aos demais irmãos foi de 85\$714 (oitenta e cinco mil e setecentos e quatorze réis). O referido valor foi proveniente de um quinhão da escravizada do serviço doméstico, Valentina, de 19 anos (AGJES, nº 361, p. 21).

As agitações decorrentes da crise do final do regime monárquico, como o crescimento da campanha abolicionista e do movimento republicano no país, também impactaram a sociedade aracajuana daquela época. A cidade já contava com uma estação telegráfica, e, economicamente, Aracaju se desenvolvia através do comércio, atividade que estimulou a fixação de estrangeiros, e com a criação da fábrica de tecidos e fiação Sergipe Industrial, inaugurada no dia 15 de fevereiro de 1882.

Do ponto de vista estrutural, as obras de dessecação dos pântanos e de aterramento e nivelamento das ruas apresentavam avanços visíveis, porém o estado higiênico da capital sergipana ainda não era considerado satisfatório.

No ano de 1881, Elvira se inscreveu para prestar os exames gerais preparatórios, que eram realizados perante a delegacia especial da instrução pública da Corte. De acordo com a ordem estabelecida para se fazer o exame, ela estava na terceira turma de português, de presença majoritariamente masculina (SERGIPE JORNAL, 1881, p. 3-4). Ao mesmo tempo, seu irmão Manoel também estava inscrito para o exame, porém na sexta turma de aritmética. A jovem recebeu a aprovação plena nos exames gerais de português (SERGIPE JORNAL, 1881, p. 1). No ano seguinte à sua aprovação, mais uma tragédia se abateu sobre a família Guerra Fontes: Cinésio, o segundo herdeiro do casal, morreu na tarde do dia 11 de junho de 1882 aos 20 anos, vítima de beribéri (FAMILY SEARCH, nº 4610, p. 14). Antes de deixar o mundo dos vivos, Cinésio ingressou no batalhão de linha da capital. A nota publicada no jornal *Luz Matinal* lamentou essa perda tão precoce: “*Sua mãe e mais parentes aceitem nossas condolências.*” (LUZ MATINAL, 1882, p. 2).

Oriunda de uma típica família de classe média de Aracaju, já no início da fase adulta, estudou na Escola Normal do 1º Grau, sediada no pavimento térreo do Palacete da Assembleia Provincial. Nesse sentido,

Para as jovens sergipanas desta época, a possibilidade de realizar o curso normal era uma das únicas oportunidades de continuarem estudando e se prepararem para exercer uma atividade profissional fora do ambiente doméstico, uma vez que o magistério era socialmente aceito e entendido como prolongamento dos papéis femininos exercidos no lar (FREITAS, 2003. p. 57).

O curso durava três anos e quem lá estudasse tinha aulas de pedagogia, francês, aritmética, gramática portuguesa, religião, história e geografia. Concluído o curso, a jovem normalista estaria apta

para ser professora primária. Nas últimas décadas do século XIX, a educação para a mulher tinha o objetivo de vincular esta “[...] à modernização da sociedade, à higienização da família, à construção da cidadania dos jovens.” (LOPES, 2002, p. 447). Em 1886, Elvira já havia se tornado uma educadora por aquela escola, mas ainda não havia sido provida no magistério público (GOIS, 1886, p. 25).

Elvira, a distinta professora

As primeiras informações sobre o início da sua carreira como professora datam do ano derradeiro do Império e do início da República. Na fase posterior à Proclamação, a política sergipana agitava-se com “o jogo de aproximação e de rompimento entre os diversos grupos políticos e a profunda interferência do Governo Federal”, que “marcaram a vida partidária do período [...]” (OLIVA, 2013, p. 172). A partir de 1894, os políticos sergipanos passaram a ser alocados em dois grupos, chamados “pebas” e “cabaús”. Reclamações contra os professores e a falta de estrutura das escolas eram uma constante nesse período. Segundo Maria Thetis Nunes, “era precária a situação material dos prédios escolares, sendo raros os próprios do Estado. Faltava material escolar; até mesmo as carteiras para os alunos se sentarem estavam sendo substituídas por ‘cadeiras de pé de pau’” (NUNES, 2022, p. 304).

A primeira experiência profissional de Elvira Guerra de que temos conhecimento abrangeu o período de 30 de outubro de 1889 a 24 de março de 1890, quando foi professora avulsa do ensino misto do Povoado Ilha do Ouro, em Porto da Folha. Pouco tempo depois, em 27 de abril de 1890, foi designada para a cadeira do Povoado Atalaia Barroso, pertencente ao município de São Cristóvão, e para a cadeira de ensino misto do Povoado Oiteiros, localizado em Nossa Senhora do Socorro. Em função da supressão da sua cadeira no Povoado Oiteiros, a professora Elvira protestou: “**D. Elvira Honorina Guerra Fontes, professora publica vitalicia, reclamando contra o acto que suprimiu a cadeira que a supplente regia no povoado – Outeiros – Aguarde a supplicante a reforma que se tem de fazer na instrucção publica**” (A REFORMA, 1889, p. 2, grifo nosso). Em setembro



de 1890, atuava também como professora pública do ensino misto do bairro Fundação, subúrbio de Aracaju (A REFORMA, 1889).

Elvira e suas alunas ocuparam espaços públicos que iam além da unidade escolar para participar de bailes, por exemplo. No ano de 1891, o jornal *O Republicano* noticiou a realização de um baile no salão do Atheneu Sergipense destinado a arrecadar donativos. A matéria enfatizou a atuação das meninas, que, guiadas pelas suas professoras, comoveram a sociedade com tal gesto caridoso:

O interessante grupozinho de anjos que a anima, fez entregar os seus cartões de convite pelas mimosas mãos de **suas exmas. preceptoras d. Elvira Guerra Fontes** e d. Esther Christina Cardoso, que timbrão em apontar-lhes a senda da caridade. (O REPUBLICANO, 1891, p. 1, grifo nosso).

Observamos que, ao se dirigir às jovens e meninas como “*grupozinho de anjos*”, o redator estava fazendo referência ao ideal feminino de pureza e recato, já que “para muitos, a educação feminina não poderia ser concebida sem uma sólida formação cristã, que seria a chave principal de qualquer projeto educativo.” (LOPES, 2002, p. 447). Uma prova do seu prestígio social, certamente por sua profissão ser considerada digna e adequada, foi o fato de a jovem professora ter se tornado madrinha de três crianças entre o final do Império e o início da República. Além disso, se as mulheres tinham uma capacidade por natureza de lidar com as crianças no espaço escolar, ser madrinha de uma criança também implicava uma extensão da maternidade no que toca à responsabilidade de educar e cuidar do/a afilhado/a.

O primeiro registro encontrado foi o do batizado de José, pardo, nascido na Rua do Lazareto, em Aracaju. Essa rua ficava afastada do centro da cidade, onde provavelmente existiam casas de palha que estavam fora do traçado urbanístico conhecido como “Quadrado de Pirro”, área ocupada pelas famílias mais abastadas. Enquanto isso, a população pobre era empurrada para os subúrbios da capital. Elvira levou o menino à pia batismal em 6 de janeiro de 1887 junto ao seu irmão, Joaquim Guerra Fontes (FAMILY SEARCH, Livro 7, p.



90-91). Posteriormente, batizou, em 29 de junho de 1893, Clóvis, branco, ao lado do comerciante italiano Nicolau Pungitori. O menino era filho de Cândido Campos e D. Rosa de Carvalho Campos (FAMILY SEARCH, Livro 8, p. 90). Em outra oportunidade, ao lado de seu compadre Cândido, Elvira amadrinhou em, 6 de abril de 1894, Selço, com seis meses de idade (FAMILY SEARCH, Livro 8, p. 112). Seus novos compadres eram Firmino José dos Passos e Isabel Francisca dos Passos.

Em 10 de março de 1896, o nome de Elvira Guerra foi registrado em uma das “Atas da congregação do Atheneu Sergipense”. Na pauta daquele dia, entre os temas debatidos estava a eleição dos membros do Conselho Superior da Instrução Pública. A pesquisadora Eva Maria de Siqueira, responsável por cotejar essas informações, ressaltou a “presença de duas mulheres” (ALVES, 2005, p. 245) naquela ocasião, pois Elvira estava junto de D. Thereza de Assunção Barreto Rocha, também professora da capital.

Mas foi na primeira metade do século XX que Elvira Guerra Fontes ocupou vários cargos em diferentes instituições de ensino e circulou pelo campo intelectual e educacional de Aracaju, que já apresentava melhor infraestrutura com as obras de saneamento (aterros e drenagem), calçamento e instalação do sistema de bondes de tração animal e de água encanada. Entre 1907 e 1913, foi professora da Escola Normal, situada na Praça Benjamin Constant, atual Praça Olímpio Campos. A Escola Normal era composta pelas seguintes cadeiras: português, francês, aritmética, geografia e pedagogia. Reiteradamente, na primeira década do novo século, os presidentes de Estado se mostravam incomodados com a ausência de professores no ensino primário, que, nessa época, já era praticamente ministrado só por mulheres.

Parece-nos que atuar no funcionalismo público foi uma marca dos descendentes de Joaquim e Eufemia Guerra Fontes. Genésio Guerra Fontes, filho mais velho do casal, atuava como primeiro escriturário do Tesouro Estadual (ALMANACK LAEMMERT, 1911, p. 2285), enquanto Manoel Guerra Fontes era segundo escriturário da Delegacia Fiscal de Sergipe, localizada na Praça Fausto Cardoso (ALMANACK LAEMMERT, 1909, p. 1421). Antes disso, em fins do



século XIX, Manoel foi praticante da alfândega de Santos, estado de São Paulo (O PAIZ, 1890, p. 1).

Poucas informações foram conseguidas sobre a vida particular de Elvira, mas algumas de suas aparições públicas foram registradas. Um dado relevante encontrado na imprensa carioca nos deu indícios da sua filiação ao Protestantismo, já que ela frequentava a Igreja Evangélica Presbiteriana de Aracaju. A fundação dessa igreja aconteceu em 1901, e, segundo Tatiane da Cunha, “a proximidade do templo presbiteriano com a catedral e o palácio do Governo, desafiava duplamente o poder de Olímpio Campos, que nessa data exercia o mandato de presidente do Estado.” (CUNHA, 2021, p. 287). Também vale ressaltar que a Constituição de 1891 formalizou a separação entre Igreja Católica e Estado, mas, apesar disso, a relação entre católicos e protestantes se mostrou conflituosa nos primeiros tempos republicanos. No seio dessas tensões, procedeu-se à criação da Diocese de Aracaju no ano de 1911.

Na noite do dia 6 de dezembro de 1914, Elvira participou da recepção ao Reverendo Rodolpho Fernandes, o novo pastor que passaria a dirigir a Igreja Presbiteriana da capital a partir daquela data. Como era de costume por onde passava, a professora se fez notada pelo seu discurso:

Tambem se fez ouvir a **talentosa preceptora d. Elvira Guerra Fontes**, que concluiu offerecendo dois ramilhetes ao sr. dr. Rodolpho Fernandes, que muito agradeceu a bondade e a sympathia que de forma tão enternecedora lhe manifestava a sua Igreja, prometendo trilhar sempre o caminho do dever, para o que pedia a intercessão dos crentes perante o Throno do Altissimo (O PURITANO, 1914, p. 8, grifo nosso).

Naquele tempo, Elvira Guerra dava aulas no ensino primário ofertado pelo Grupo Escolar Central, que depois passou a se chamar Grupo Escolar General Siqueira de Menezes, até pelo menos 1931. Elvira também trabalhou no Povoado Aracajuzinho, localizado no quarto distrito da cidade, e no Grupo Escolar Barão de Maruim. A respeito da atuação desses grupos escolares, Terezinha Oliva e



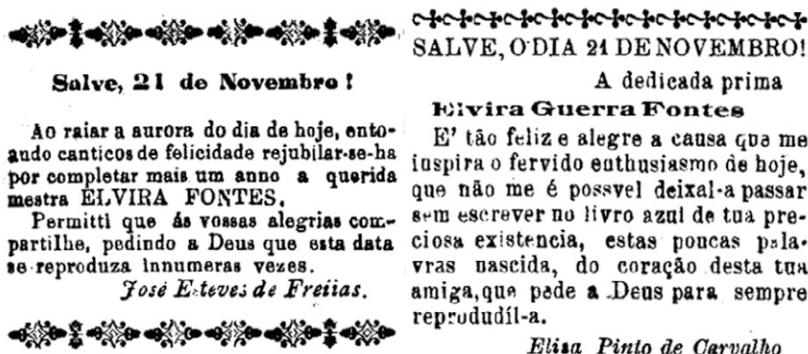
Crislane Azevedo afirmaram:

No momento de implantação dos Grupos Escolares, a instrução pública sergipana passava por inúmeras dificuldades. Nesse cenário, eles serão tidos como instituições modelares, constituindo-se no principal alvo das medidas governamentais no campo educacional, como mostra a preocupação com a formação dos professores, com a estrutura física dos prédios bem como as medidas relacionadas à higiene escolar e educação moral e cívica (AZEVEDO; OLIVA, 2003, p. 6).

O Grupo Escolar Barão de Maruim, inaugurado em 8 de julho de 1917 durante a segunda administração de Manoel Presciliano de Oliveira Valadão, passou a funcionar no antigo Asilo de Nossa Senhora da Pureza, extinto em 1888. O terreno em que foi construído o prédio foi doado pelo Barão de Maruim, patrono da instituição. Ainda no período imperial, a família de Elvira manteve relações próximas com o poderoso chefe conservador João Gomes de Mello, em especial o Capitão de mar e guerra José Guerra Fontes, seu avô. Segundo José Calasans (1942, p. 55), foi a própria Elvira quem lhe contou as intenções do presidente de província Inácio Joaquim Barbosa de contrair matrimônio com sua mãe, Eufemia Guerra. Mas foi o Tenente Joaquim Martins Fontes quem acabou se casando com a filha do Capitão Guerra por influência do Barão de Maruim, como também supôs Sebrão Sobrinho.

As referências à notável professora não se restringiam apenas aos locais em que ela lecionava. A título de exemplo, o dia do seu aniversário, 21 de novembro, era motivo de destaque nas colunas sociais da imprensa de Aracaju. Nos aniversários de 1903 e 1908, respectivamente, um aluno, José Esteves de Freitas, e a prima, Elisa Pinto de Carvalho, foram os responsáveis por lembrar aquela data tão importante para as pessoas que conviviam com Elvira:

Figura 2: Felicitações a Elvira



Fontes: O Estado de Sergipe, 21 de novembro de 1903, p. 3; O Estado de Sergipe, Edição nº 2.933, 21 de novembro de 1908, p. 2.

Na sequência, notamos que, em um dos anúncios reproduzidos abaixo, Elvira foi chamada de “senhora”, indicativo de que ela já era casada em 1911, situação diferente de muitas professoras que acabavam renunciando ao casamento para exercer o magistério.

Figura 3: Novas felicitações a Elvira

Anniversarios

Fez annos hontem a gentilissima *signorita* Heredia Sampaio.
—Hoje :
a exma. sra. d. Elvira Guerra Fontes, digna preceptora das Escolas Modelo e Annexas.

VIDA SOCIAL

Completa annos hoje a competente professora do Grupo Escolar Modelo d. Elvira Guerra Fontes.

Fontes: Diário da Manhã, Edição nº 99, 21 de novembro de 1911, p. 1; Correio de Aracaju, Edição nº 1.936, 21 de novembro de 1916, p. 1.

“Dedicada”, “competente” e “digna” eram alguns dos vários adjetivos que a qualificaram ao longo da vida. Sua presença foi notada na solenidade de inauguração do monumento de granito e bronze erguido para guardar os restos mortais do fundador de Aracaju, Inácio Joaquim Barbosa. O evento aconteceu em 17 de março de 1917, e não por acaso essa data foi escolhida, pois foi em 17 de março de 1855 que o ilustre presidente da província transferiu a capital de

São Cristóvão para Aracaju. Uma informação que não deve ser dispensada é que, entre as pessoas que ali estavam, como membros do IHGSE, políticos e autoridades, Elvira Honorina foi a única mulher mencionada na ata de inauguração (RIHGS, 1917, p. 27-30). Naquele ano, ela dava aula para meninas no Grupo Escolar Modelo, instituição anexa à Escola Normal que fora construída no governo de Rodrigues Dória, e regia a escola noturna do sexo feminino, situada na Rua do Bomfim (CORREIO DE ARACAJU, 1917, p. 2). Certamente, essa deveria ser uma das escolas mantidas pela Liga Sergipense contra o Analfabetismo (LSCA), fundada em 1916. No entender de Clotildes Sousa,

As ligas pernambucana e sergipana contra o analfabetismo constituíram-se sociedades pedagógicas no contrastante contexto do Norte do Brasil. Fundadas no solidarismo *sui generis* da cultura política liberal brasileira, ambas as instituições orientaram-se pela pedagogia moderna em voga no período de 1916-1922; pedagogia pautada em uma produção discursiva voltada para educação moral reguladora dos costumes e promotora da consciência republicana necessária à consolidação do Estado Nacional (SOUZA, 2019, p. 49).

224

Ao analisar as atas do primeiro ano de instalação da Liga, Anamaria de Freitas (2003, p. 130) constatou que “um pequeno número de professoras e mulheres oriundas das famílias tradicionais do Estado aparece como sócias”, dentre elas Elvira Fontes. A partir de então, a professora do ensino primário passou a conviver mais proximamente com mulheres como a médica Itala Silva Oliveira, 1ª secretária da LSCA. Além delas, também faziam parte da lista de sócios da Liga intelectuais, políticos, médicos, bacharéis etc. Os registros também mostraram que Elvira ocupou o cargo de 1ª secretária em 1930, chegando a alcançar a vice-presidência da Liga entre 1933 e 1936. Portanto, “as mulheres que eram consideradas parte da elite estavam envolvidas em questões sociais, como a fundação de instituições de representatividade intelectual e outras de cunho filantrópico [...]” (ALMEIDA, 2017, p. 32).

Em 19 de novembro de 1927, Dia da Bandeira, realizou-se uma sessão extraordinária no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, “quando aos novos associados seria entregue o respectivos diplomas, sendo elles festivamente recebidos no seio do Instituto” (RIHGS, 1927, p. 195). A partir daquele dia, a professora Elvira passou a integrar o quadro de sócios efetivos do Instituto, e, durante o encerramento da sessão de sua posse, ela discursou sobre o papel da mulher na sociedade:

Em ultimo lugar falou a professora Elvira Guerra Fontes, que frisou as conquistas da mulher na sociedade; vendo que ella a passos firmes ganhando posição de relevo em todos os meios. O presidente franqueou a palavra a quem mais a quizesse, não havendo mais quem a solicitasse, pelo que, agradecendo, o comparecimento da selecta assistente encerrou a sessão. E para constar lavrei a presente acta que vae devidamente assignada.” (A. A.) F. Nobre de Lacerda. Enock Santiago. (RIHGS, 1927, grifo nosso).

O jornal *Correio de Aracaju* também tomou nota da sua participação naquela sessão, realizada no salão da Biblioteca Pública:

[...] **a brilhante professora Elvira Guerra Fontes falou com eloquencia arrebatadora,** especialmente sobre o papel sublime da mulher, como esposa, como conselheira, como orientadora, como encarnação de virtudes e religiosidades, como capacidade effectiva em todos os ramos da actividade humana. (CORREIO DE ARACAJU, 1927, p. 1, grifo nosso).

Além do fato de ressaltar a importância da participação feminina no Instituto, percebemos que a fala de Elvira Guerra estava conectada com os anseios de uma maior emancipação da mulher, mas sem deixar de estar associada também às regras morais da sociedade em que ela estava inserida. Afinal de contas, não podemos deixar de levar em consideração que a nossa personagem estava prestes a completar 61 anos. Portanto, identificamos no seu discurso a representação ideal da mulher para aquela época que se adéqua tanto

ao magistério quanto à função familiar: a disciplinadora, a mulher honesta e dedicada. Elvira não foi a única mulher a acessar aquele espaço de congregação da elite intelectual porque outras educadoras chegaram a se associar ao Instituto, como Maria Amélia Fontes, Maria da Glória Chaves, Leonor Teles de Menezes, Maria Rita Soares de Andrade, entre outras. Em sua tese doutoral, Mariane Almeida entendeu que o aumento da presença feminina nesses espaços de sociabilidade foi o resultado de mudanças comportamentais significativas impulsionadas pelo espírito modernista da época:

No início do século XX houve um número expressivo de mulheres letradas que fizeram uso racional dos acessos aos espaços de convivência social, como os clubes de dança, as associações esportivas, os grêmios recreativos, os salões de festa, os cafés, dentre outros. Nesses ambientes faziam demonstrações de habilidades, talentos e da capacidade de crítica política e social, através de suas composições, fazendo com que sua participação fosse bem quista e requisitada (ALMEIDA, 2017, p. 25).



Em 1922, durante a festa de encerramento das aulas do Grupo Escolar General Siqueira, os alunos da professora Elvira destacaram-se durante a comemoração, que contou com a presença das autoridades estaduais: ***“Recitaram lindas poesias allusivas á Instrucção a professora d. Elvira Guerra Fontes e um dos alumnos daquelle estabelecimento de ensino.”*** (CORREIO DE ARACAJU, 1922, p. 1). Sobre essas festas que antecediam as férias, Anamaria de Freitas afirmou que “após os exames, as alunas apresentavam peças dramáticas e musicais e recitavam poemas e textos literários.” (2003, p. 45). Outras datas comemorativas eram festejadas pelos grupos escolares e colégios particulares da capital, como o 15 de Novembro, em alusão à Proclamação da República, e a Festa da Bandeira em 19 de novembro. Já que as festas cívico-escolares aconteciam nas praças e ruas, estas continuaram a receber melhorias, especialmente no governo de Maurício Graccho Cardoso (1922-1926). Vale frisar que a reforma urbana de Aracaju foi iniciada ainda na presidência do Coronel José Joaquim Pereira Lobo, antecessor de Graccho.

Na tese *A mulher na literatura*, produzida no ano de 1929 para o concurso de docente do Atheneu Sergipense, a candidata Maria Rita Soares de Andrade, primeira advogada de Sergipe, discorreu no seu último capítulo sobre a formação das mulheres sergipanas e elencou as que mais se destacavam na literatura daquele período. Na poesia, um dos destaques citados por Maria Rita foi Elvira Guerra Fontes (SOUZA, 2016, p. 201). Porém, até o momento, não encontramos nenhum poema de sua autoria.

Em 1933, foi escrito o testamento público de Joaquim Guerra Fontes, irmão um ano mais velho que Elvira, solteiro e funcionário público recém-aposentado. Durante certo tempo, Joaquim também trabalhou no Tesouro ao lado do irmão Genésio Guerra Fontes. Posteriormente, ingressou na Diretoria de Finanças, onde permaneceu até 1931. No documento, consta que Joaquim somente deixou para a irmã um relógio de parede que estava em sua casa, localizada na Rua do Bomfim, número 3. Pelo menos desde 1924, ele já residia naquele endereço, porém essa rua não se enquadrava no plano geral da cidade.

Não só Elvira trabalhava diretamente com a educação, pois seu sobrinho, Homero Guerra Fontes, integrou o quadro administrativo do Atheneu Sergipense em 1924 e 1925 (ALMANACK LAEMMERT, 1924, p. 1091). Ele exercia o cargo de bedel, passando depois para o cargo de porteiro contínuo da mesma instituição. Em suma, o bedel exercia a função de bibliotecário e amanuense. Contudo, pouco tempo depois, uma suspensão sofrida pelo recém-empossado porteiro foi divulgada em relatório: “*Informa que em 25 de abril foi imposta ao porteiro-contínuo Homero Guerra Fontes, pena de suspensão por 15 dias, por faltas graves cometidas no exercício de sua função [...]*” (SANTANA, 2012, p. 132). Homero residia na Rua de Laranjeiras e era filho de Robina Oliveira de Araújo e do Cadete Genésio Guerra Fontes, irmão mais velho da professora Elvira e falecido em 11 de janeiro de 1920 (FAMILY SEARCH, Livro 8, p. 6). Homero nasceu em Aracaju e foi batizado em 4 de julho de 1880, recebendo o nome de um dos seus ilustres padrinhos, o bacharel e poeta Homero de Oliveira. Também o apadrinhou o Vigário Olímpio de Sousa Campos (FAMILY SEARCH, nº 3.696, p. 1).

Até o presente momento, não sabemos se Elvira Guerra Fontes teve filhos/as ao longo da vida, nem quando deixou este mundo. E, ao pesquisar as ocorrências do seu nome na Hemeroteca Digital, o último registro encontrado nos jornais é datado de 1959 (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1959, p. 5), referente a um processo para proceder a pagamentos atrasados da Guerra do Paraguai. Acreditamos que esses pagamentos tenham alguma relação com a pensão vitalícia que Elvira recebia por causa da participação de seu pai, militar do Exército, naquele conflito. Apesar do que foi resgatado, algumas páginas da vida de Elvira ainda são como um livro em branco para o/a pesquisador/a. Por isso, a próxima etapa para a continuidade desta pesquisa será perscrutar a trajetória e investigar a atuação da também professora Nithazia Guerra Fontes, que supomos ter algum parentesco com a docente neste artigo evocada.

228



Referências

A Reforma, Edição nº 173, 24 de dezembro de 1889.

AGJES - Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe. *Inventário de Joaquim Martins Fontes*. Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 22/2329, nº 361.

ALMANACK LAEMMERT, Edição B00066, 1909.

ALMANACK LAEMMERT, Edição B00068, 1911.

ALMANACK LAEMMERT, Edição C00080, 1924.

ALMEIDA, Marlaine Lopes de. *O Club esportivo feminino e as formas de sociabilidade para as mulheres da elite em Aracaju (1919-1926)*. 142f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/24211/1/O%20CLUB%20SPORTIVO%20FEMININO%20E%20AS%20FORMAS%20DE%20SOCIABILIDADE%20PARA%20AS%20MULHERES%20DA%20ELITE%20EM%20ARACAJU%20%281919-1926%29.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2023.

ALVES, Eva Maria de Siqueira. *O Atheneu sergipense: uma casa de educação literária examinada segundo os planos de estudos (1870-1908)*. 318f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/>

bitstream/handle/10576/1/O%20Atheneu%20Sergipense%20%28tese%29.pdf.
Acesso em: 14 ago. 2023.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de; OLIVA, Terezinha Alves de. A implantação da escola primária graduada em Aracaju na Primeira República. *Anais do XXII Simpósio Nacional de História da ANPUH*. João Pessoa, 2003. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177541_690355dde7fbfc6e4919e085fb984eff.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer, Roberto Ferreira Leal. 2. ed. ampl. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CALASANS, José. *Aracaju: contribuição à história da capital de Sergipe*. Aracaju, 1942.

CATANI, Afrânio Mendes [et al]. (Orgs.) *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CORREIO DE ARACAJU, Edição nº 2.189, 21 de novembro de 1917.

CORREIO DE ARACAJU, Edição nº 590, 21 de novembro de 1927.

CORREIO DE ARACAJU, Edição nº 3.562, 25 de novembro de 1922.

CUNHA, Tatiane Oliveira da. *Liberdade religiosa em questão no Brasil: práticas, representações e imprensa nos conflitos entre católicos e protestantes em Sergipe (1867-1927)*. 455f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/13331>. Acesso em: 14 ago. 2023.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Edição nº 10.207, 30 de maio de 1959.

FAMILY SEARCH. Batismos (1864-1871). *Livro 1*. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 584.

FAMILY SEARCH. Batismos (1880-1883). *Livro 6*. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 3.696.

FAMILY SEARCH. Óbitos (1882-1887). *Livro 7*. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 4610.

FAMILY SEARCH. Batismos (1883-1890). *Livro 7*. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe.

FAMILY SEARCH. Batismos (1890-1897). *Livro 8*. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe.

FAMILY SEARCH. Óbitos (1919-1925). *Livro 8*. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. *Educação, trabalho e política: sergipanas no início do século XX*. 310f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/1075>. Acesso em: 14 ago. 2023.

GOIS, Manuel d'Araújo. *Relatório Provincial de 1886*. Anexos. Aracaju: Typografia da Gazeta do Aracaju, 1886.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JORNAL DO ARACAJU, Edição nº 895, 04 de dezembro de 1877.

LOPES, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de aula. In: PRIORE, Mary del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002. p. 443-481.

LUZ MATINAL, Edição nº 02, 15 de junho de 1882.

NUNES, Maria Thetis. *História da Educação em Sergipe*. 3. ed. Aracaju: Editora SEDUC, 2022.

O PAIZ, Edição nº 2071, 10 de junho de 1890.

O PURITANO, Edição nº 784, 24 de dezembro de 1914.

O REPUBLICANO, Edição nº 08, 06 de janeiro de 1891.

OLIVA, Terezinha Alves de. Estruturas de Poder. In: LEAL, Diana Maria de Faro (Coord.); DANTAS, Beatriz Góis et al. *Textos para a História de Sergipe*. 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

RIHGS - *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Typografia do Estado de Sergipe, 1917. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rihgse/article/view/12049/9157>. Acesso em: 7 jul. 2023.

RIHGS - *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* (1926-1927), Anos XI e XII, Volume VII, n. 12, 1927.

SANTANA, Sayonara Rodrigues Nascimento. *Por entre memórias de uma instituição: o arquivo e as práticas administrativas do Atheneu Sergipense (1870-1926)*. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4682/1/SAYONARA_RODRIGUES_NASCIMENTO_SANTANA.pdf. Acesso em: 14 ago. 2023.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 63-95.



SERGIPE JORNAL, Edição nº 17, 10 de novembro de 1881.

SERGIPE JORNAL, Edição nº 21, 20 de novembro de 1881.

SOUSA, Clotildes Faria de. *Associativismo pedagógico: a luz das “ligas contra o analfabetismo” de Pernambuco e Sergipe (1916-1922)*. 219f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/11821/2/CLOTILDES_FARIAS_SOUSA.pdf. Acesso em: 14 ago. 2023.

SOUZA, Suely Cristina Silva. *“Habilitado ou “Inhabilitado”*: os concursos para professores do Ensino Secundário em Sergipe (1875-1947). 399f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4591/1/SUELY_CRISTINA_SILVA_SOUZA.pdf. Acesso em: 14 ago. 2023.

**“A universidade
hoje, muito diferente
do meu tempo”:
memórias e ensino
de Mariza Miranda,
uma professora
universitária
potiguar**

*Clivya Nobre**

Resumo

O artigo tem como objetivo caracterizar aspectos do Ensino Superior de História no Rio Grande do Norte e das condições de trabalho na docência superior por meio da análise da trajetória profissional, registros de memória e vestígios do planejamento de aulas produzidos por Mariza Miranda, professora aposentada do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Para isto, foi mobilizado o conceito de Rede de Sociabilidade (SIRINELLI, 2003, p. 231-269), e perscrutadas entrevistas feitas com Mariza Miranda e os programas de curso produzidos pela professora. Foram identificados traços das vivências e das opções de seleção de conteúdos da professora que foram representativos das condições de trabalho no ensino universitário nas décadas de 1960, 1970 e 1980, no estado.

Palavras-chave: Mariza Miranda; UFRN; História do Ensino Superior; Trajetórias Docentes.

* Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Licenciada em História pela UFRN. Pesquisa sobre Historiografia, Ensino de História e História dos Intelectuais. Email: clivyahistoria@gmail.com.

“The university today,
very different from
my time”: memories
and teaching of Mariza
Miranda, a university
professor from Rio
Grande do Norte

“La universidad hoy, muy
diferente a mi época”:
recuerdos y enseñanza
de Mariza Miranda,
profesora universitaria de
Rio Grande do Norte

Abstract

The article aims to characterize aspects of Higher Education in History in Rio Grande do Norte and working conditions in higher education through the analysis of the professional trajectory, memory records and traces of lesson planning produced by Mariza Miranda, a retired teacher at the History course at the Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). For this, the concept of Sociability Network (SIRINELLI, 2003, p. 231-269) were mobilized, and interviews with Mariza Miranda and the course programs produced by the teacher. Traces of the teacher's experiences and content selection options were identified that were representative of the working conditions in university teaching in the 1960s, 1970s and 1980s in the state.

Keywords: Mariza Miranda; UFRN; History of Higher Education; Teaching Trajectories.

Resumen

El artículo tiene como objetivo caracterizar aspectos de la Educación Superior en Historia en Rio Grande do Norte y las condiciones de trabajo en la educación superior a través del análisis de la trayectoria profesional, registros de memoria y huellas de planificación de clases producidos por Mariza Miranda, profesora jubilada de la carrera de Historia de la Universidad de Rio Grande do Norte. la Universidade Federal de Rio Grande do Norte (UFRN). Para ello, se movilizó lo concepto de Red de Sociabilidad (SIRINELLI, 2003, p. 231-269), y se entrevistaron a Mariza Miranda y los programas de los cursos elaborados por la profesora, entre 1964 y 1967. Se identificaron huellas de las experiencias de la docente y de opciones de selección de contenidos que eran representativas de las condiciones de trabajo en la docencia universitaria en los años 1960, 1970 y 1980 en el estado.

Palabras clave: Mariza Miranda; UFRN; Historia de la Educación Superior; Trayectorias docentes.



O ano era 2006. Naquela ocasião, estudantes, funcionários e professores do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) se mobilizaram para organizar um evento comemorativo da efeméride de 50 anos de existência do Curso de História desta universidade. Entre os convidados estavam diversos professores aposentados e seus representantes, que fizeram parte desta trajetória de cinco décadas do espaço de formação superior. Mariza Moura de Miranda estava entre eles. Sua vida e carreira profissional se confundiam com a história do Curso. Tinha vinte e quatro anos quando foi aprovada no vestibular para o Curso Superior de História.

E foi nesta graduação que aprendeu os conhecimentos, as habilidades, e estabeleceu as relações que possibilitaram que ela tivesse um ofício: o de professora de Ensino Superior, naquele mesmo Curso onde se formou. Depois de vinte e seis anos de dedicação a este nobre ofício, aposentou-se, e do Curso de História levou consigo memória e amizades. Mas passaram-se dezessete anos desde a aposentadoria, e a Universidade foi tornando-se uma memória cada vez mais distante, quando recebeu o convite para participar da solenidade dos 50 anos do Curso de História da UFRN. Após anos de afastamento, ela se reaproximou dos novos professores, entre outros novos integrantes daquele espaço institucional. Expectativas foram criadas de que aquela aproximação perdurasse em novos projetos, mas estas tiveram curta duração. Nas palavras de Mariza Miranda:

A gente foi convidado um tempo desse que teve uma solenidade por conta dos 50 anos da universidade, fomos lá, teve uma abertura bonita, fizeram menção aos professores aposentados, mas ficou nisso, não teve mais nada. Ficaram de procurar a gente, [...] mas não houve procura nenhuma [...] *a universidade hoje, muito diferente do meu tempo* [grifo meu], num tem mais ninguém do meu tempo, todo mundo de fora, todo mundo diferente, eu não tenho contato com eles (MIRANDA, 2018, p. 10-12).

É possível imaginar a alegria de uma profissional que lecionou por décadas ao ter a sua contribuição para a trajetória do Curso de História lembrada. Porém, a maneira como a historiadora relatou aquela si-



tuação apontou certa decepção. Este relato ocorreu em 2018 quando, novamente, estudantes ligados ao Curso de História a procuraram para uma entrevista, como parte das atividades de um novo contexto celebrativo, desta vez os 60 anos do Curso de História. As palavras de Mariza Miranda me fizeram refletir. Estamos valorizando o legado dos profissionais que participaram da estruturação de um espaço de ensino que formou e forma tantos professores de História para o Rio Grande do Norte? Que lições sobre o ser mulher e professora universitária as memórias de Mariza Miranda têm a nos oferecer? Que hipóteses sobre o ensino superior de História no Rio Grande do Norte os vestígios de sua prática docente têm a suscitar? O presente artigo foi fruto de minha busca por sanar, em alguma medida, estas dúvidas.

Com este texto, tive o objetivo de investigar aspectos biográficos, da formação superior, das ideias referentes ao ensino, das condições de trabalho e das vivências de Mariza Miranda, ex-aluna e professora aposentada do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Para esta análise, busquei caracterizar a representação de si e do espaço institucional do Curso de História presente nos registros memorialísticos desta intelectual, assim como identificar elementos de perspectivas históricas identificáveis nos documentos programáticos produzidos pela professora. Esta pesquisa se inseriu na área de estudos sobre a História do Ensino Superior de História e na área de História dos Intelectuais. Organizei o texto em duas partes. Na primeira, sistematizei os dados encontrados quanto à trajetória de formação e de atuação profissional de Mariza Miranda, em diálogo com os seus registros de memória, e, na segunda, perscrutei os programas de curso elaborados por ela enquanto professora no Curso de História.

Memórias e a trajetória de formação e profissional de Mariza Miranda

Mariza Moura de Miranda nasceu em Natal, Rio Grande do Norte, em 17 de novembro de 1936. Quanto à formação no Ensino Básico, cursou o Ginásio entre 1950 e 1953 e o Colegial entre 1954 e 1956 (MIRANDA, 2018, p. 4). Ingressou na Graduação em História



da Faculdade de Filosofia de Natal (FAFIN),¹ através de vestibular, em 1960, e formou-se em 1963. Neste ano, Mariza Miranda assumiu a função de professora do mesmo Curso, e permaneceu por mais de duas décadas, até sua aposentadoria, em 1989 (NOBRE, 2022b, p. 136). Algumas de suas recordações sobre este período como docente foram registradas e colaboraram na produção de uma representação institucional do Curso de História, por meio de entrevistas feitas com ela e com alguns de seus colegas contemporâneos, através de iniciativas institucionais ligadas a este Curso.² Por meio destes relatos, pode-se estabelecer traços da vivência compartilhada por Mariza Miranda, da docência superior em História, no Rio Grande do Norte, nas décadas de 1960, 1970 e 1980.³

Todo ato consciente e organizado de emprego de energia sobre uma matéria, física ou simbólica, com uma finalidade, pode produzir um espaço, através de sua representação, pois a linguagem é topológica, ao distribuir os conceitos no espaço cultural (LEFEBVRE, 2013). Deste modo, Mariza Miranda, assim como os demais entrevistados, articulou suas recordações e perspectivas para representar o espaço do Curso de História da UFRN, as próprias contribuições para este Curso, e as próprias trajetórias, e registrá-las em meios institucionais.

Mariza Miranda ocupou a Cadeira de História Antiga a partir de sua criação, que ocorreu na ocasião de uma reforma que expandiu o currículo do Curso. João Wilson Melo, que foi professor de Mariza Miranda e seu colega nos quadros do Curso de História, relatou a própria contribuição para esta expansão:

- 1 O Curso de História, no início de suas aulas, em 1957, estava integrado à Faculdade de Filosofia de Natal (FAFIN), instituição que, em 1962, teve seu nome mudado para Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal (FFCL). Em 1968, os cursos desta instituição foram atrelados à UFRN (NOBRE, 2022a, p. 96).
- 2 “Em 2006 e em 2018, nas datas em que foram comemorados os 50 e 60 anos de sua existência, foram produzidas, transcritas e arquivadas, de maneira institucional, entrevistas com alguns professores que atuaram ou que foram formados no Curso de História [da UFRN] [...] Ao todo, foram feitas, com professores, seis entrevistas em 2006, e oito entrevistas, em 2018” (NOBRE, 2022b, p. 134-135).
- 3 Estas entrevistas estão arquivadas no DVD 50 anos de História (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006), localizado na Divisão de Documentação do Departamento de História da UFRN e no acervo do Laboratório de História Oral da UFRN (LABHO).



Quando saiu a primeira turma de historiadores, eu propus à Congregação (eu era vice-diretor da Faculdade e o diretor era Professor Edgar Barbosa) que essa disciplina “Antiguidade e Idade Média” fosse desdobrada em três: Introdução ao Estudo da História, História da Antiguidade e História da Idade Média [...]. Indiquei dois ex-alunos para História da Antiguidade e História da Idade Média, dois ex-alunos que depois passaram a ser meus colegas, foram para a Universidade comigo, fomos colegas universitários e hoje somos colegas aposentados: a professora Mariza Moura e o professor Cláudio Augusto Pinto Galvão (MELO, 2006, p. 4-5).

Já Cláudio Galvão, colega contemporâneo a Mariza Miranda, também descreveu este processo de composição do corpo docente: “Ele [João Wilson] tinha sido meu professor, e tinha acompanhado meu trabalho, então ele me indicou porque ele tinha alguma esperança que eu pudesse está certo” (GALVÃO, 2018, p. 4). Deste modo, nota-se que as relações estabelecidas enquanto alunos da graduação foram salutares para obter a indicação de um professor que atuava a mais tempo, e este era um meio comum de acesso à docência superior naquele período. Relações de proximidade e influência entre intelectuais podem ser analisadas para caracterizar os elementos do microclima da rede de sociabilidade na qual estão inseridos (SIRINELLI, 2003, p. 240) As redes tecidas entre os intelectuais envolvidos no ensino no Curso de História, como João Wilson Melo, compunham a sociabilidade cuja participação, e um bom posicionamento, foram fundamentais na progressão da carreira universitária.

Com a formação das primeiras turmas de graduados em História, dentre as quais Mariza Miranda fez parte, estes profissionais estavam aptos a ocupar os novos postos de trabalho gerados por aquela expansão curricular. Ela também relatou sua indicação⁴ para lecionar no Curso da seguinte maneira:

4 De modo oficial, a exclusividade do concurso público como meio para ingresso no corpo docente dos cursos superiores da UFRN ocorreu a partir de 1987 (Ministério da Educação, 1987).



Eu ainda era aluna, terminando o curso de História, um dos professores, Dr. João Wilson Mendes Melo, [...] resolveu dividir a cadeira, [...] eu já era professora, já ensinava, aí passei pra Universidade, não tinha... teve concurso, se você tá perguntando isso, não houve concurso, aí eu fiquei com História Antiga desde esse tempo (MIRANDA, 2018, p. 4-5).

Não foram encontrados dados sobre as instituições de Ensino Básico nas quais ela atuou, porém, através de seus dizeres, foi possível identificar que apesar de ainda não ter concluído a graduação em História no momento que foi convidada para lecionar História Antiga, tinha experiência com o Ensino Básico, e que, provavelmente, ela considerava que esta vivência prévia lhe conferiu habilidades necessárias para assumir a nova função, e que este pode ter sido um critério para sua indicação. As aulas do Curso de História ocorriam no prédio que pertencia a Associação de Professores do Rio Grande do Norte, no centro de Natal, junto aos outros cursos da área de Ciências Humanas, desde o início das aulas em 1957 até 1974, quando o Curso foi transferido para o Campus da UFRN, numa região mais periférica da cidade (CALADO; MELO, 2019, p. 339).

A transferência dos cursos dos diferentes centros e departamentos da UFRN para o campus foi uma medida para promoção da integração entre as áreas dos estudos universitários por meio da proximidade física dos espaços de ensino. Porém, um dos impactos desta mudança foi a dificuldade de acesso ao novo local das aulas, pois, nas décadas de 1970 e 1980, a urbanização de Natal ainda estava num estágio no qual a localização da UFRN era ainda afastada dos centros mais povoados. O temor da violência se colocou como um novo desafio, especialmente para as alunas e professoras mulheres. Mariza Miranda citou em entrevista as estratégias que adotava para lidar com esta dificuldade:

[Wicliffe Costa, docente contemporâneo de Mariza Miranda] me deu muita carona, que eu morava perto dele, quando eu vinha aqui [...] ele me levava e me trazia, porque eu não gostava de dirigir de noite, era muito deserto aquilo ali, hoje em dia ainda é né? Mas,



hoje tem muita construção, aquele tempo tinha mais... era mais deserto. Ai ele também ensinava de noite a gente aproveitava (MIRANDA, 2018, p. 11).

Desta forma, buscar apoio entre os colegas, como no exemplo das caronas, era uma das maneiras de lidar com a insegurança no deslocamento entre o centro urbano de Natal e o campus, naquele período. A instalação do Campus Universitário era parte de um conjunto de medidas de nível federal que visavam modernizar as universidades públicas do país. Outra medida deste mesmo processo foi a distribuição de bolsas de auxílio financeiro⁵ para que os professores universitários pudessem cursar pós-graduação em outros estados, em casos em que não existissem cursos deste nível no estado local, o que era o caso do Rio Grande do Norte na década de 1970.⁶ Mariza Miranda esteve entre os docentes de História que aproveitaram esta oportunidade para se especializar, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE):

Entrevistadora 1: O seu mestrado é em que área, professora Mariza?

Entrevistada - Professora Mariza: História Antiga [ênfatisa], é, eu fiz o mestrado em Recife, com o professor Armando Souto Maior, foi. Eu tenho até aqui, Mestrado foi... deixa eu ver, em setenta e quatro [...] defendi tese em oitenta e dois... aí eu fiquei indo pra orientação com ele, e a minha tese foi Aristóфанes...é... é... O Histórico no Teatro de Aristóфанes (MIRANDA, 2018, p. 6).

Ou seja, a professora optou por pesquisar algum tema que tivesse relação com os conteúdos ensinados em suas aulas, deste modo, ela provavelmente tinha uma perspectiva da pesquisa como

5 “Resolução nº 135/75 – CONSEPE: Fixa normas para concessão de bolsas de estudos e auxílio-viagem nos Cursos de Pós-Graduação. Terão prioridade na alocação de bolsas os docentes: I – sem titulação a nível de Pós-Graduação, obedecendo a seguinte ordem: Auxiliar de Ensino, Professores Assistentes, Adjunto e Titular” (CALADO; MELO, 2019, p. 395-396).

6 O Programa de Pós-Graduação em História da UFRN passou a oferecer o Curso de Mestrado a partir de 2005 (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006).



um meio para aperfeiçoar-se no ensino. Um indício de que o seguimento na pesquisa na área de História Antiga foi uma opção de Mariza Miranda foi o fato de que, no mesmo Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, num período próximo, outra colega docente, Marlene Mariz, também cursou mestrado, porém, com pesquisa sobre outra temática: “Quando eu terminei a especialização, aí surgiu o mestrado de História que estava havendo em Recife [...] minha dissertação de mestrado foi sobre a Revolução de 30 aqui no Rio Grande do Norte” (MARIZ, 2018, p. 1).

O intervalo de tempo entre o início de seu Curso de Mestrado e a finalização foi de oito anos, indício de que a obtenção desta titulação foi permeada por desafios. Nas palavras da intelectual, ao afirmar que “ficou indo para a orientação com ele”, nota-se que ela residia e trabalhava no Rio Grande do Norte enquanto fazia viagens constantes para Recife, para as reuniões de orientação. Diante deste relato, é provável que um dos obstáculos que atrasou a conclusão da pós-graduação foi o desgaste provocado por estas viagens. O desafio de dividir sua atenção entre demandas pessoais e profissionais também foi citado por Mariza Miranda na entrevista, ao ser questionada sobre a conclusão de seu Mestrado:

Eu defendi e me casei, fui me embora, foi a agonia maior do mundo da minha vida... ainda pra orientação e já...já com tudo arrumado pra me casar... eu defendi... eu acho que eu tenho até aqui quer ver, [conclusão do Mestrado] em três de junho de oitenta e dois, e casei em trinta de agosto... foi assim, uma coisa em cima da outra, não sei como eu não enlouqueci [risos] (MIRANDA, 2018, p. 6).

Deste modo, a professora enfatizou em sua representação de si que o atraso na conclusão do Mestrado estava ligado a dificuldades fora de seu controle, mas que, apesar disto, foram superadas. Quanto maiores os percalços descritos em seu caminho de aperfeiçoamento acadêmico, mais o discurso memorialístico de Miranda enfatizou o seu mérito na conquista do título. Diversas professoras mulheres contemporâneas a Mariza Miranda relataram em suas



entrevistas adversidades ligadas às demandas da vida pessoal que impediram ou dificultaram seus objetivos de continuidade nos estudos. Um exemplo disto foi a professora Marlene Mariz, que, ao contar sua experiência no seu Curso de Mestrado, também na UFPE, relatou, em tom de aconselhamento:

Uma coisa que eu aconselho *a vocês*. [grifo da fonte], vocês continuarem os estudos: terminou o mestrado, óh, mergulhem no doutorado, porque se não passa, aí você vai mastigar, mastigar e não vai mais. Então foi o que aconteceu comigo. Eu fui fazer em Pernambuco porque ficava perto daqui. Eu era casada e tinha três filhos. Eu tinha uma secretária muito boa, que eu viajava no domingo de meia-noite, voltava na sexta-feira e ela dava conta. E chegava no sábado era tanta coisa pra eu resolver. E lá a gente morava num hotel, deixava a bagagem lá, tudo. Então, eu fui mais por isso, porque era perto, eu podia vir pra casa toda semana (MARIZ, 2018, p. 10).

Ou seja, de acordo com Marlene Mariz, as responsabilidades de esposa e mãe tornavam mais desafiante sua rotina de estudos, e precisar fazer viagens contínuas era um agravante, mas que, apesar disto, ela obteve êxito. Ao explicar que não chegou a cursar o Doutorado, afirmou:

Quando surgiu o doutorado em Pernambuco, eu já estava querendo me aposentar [...] Mas eu vou fazer porque? Só por diletantismo? Minha filha estava às vésperas de casar. Não, já tinha casado; estava às vésperas de ter menino. E eu não tinha coragem de sair assim (MARIZ, 2018, p. 10).

Ela disse isso após descrever os desafios de cursar o Mestrado em Recife enquanto mãe, esposa e dona de casa. Desse modo, buscou justificar-se pelo seu desejo de estar mais presente na vida da filha e do neto e se dedicar a vida pessoal depois de décadas de dedicação à vida acadêmica, ao trabalho e estudos. Outra entrevistada que também citou algo similar foi Maria Leneide Oliveira, que, ao



explicar as causas de ter optado pela aposentadoria antes de cursar o Doutorado, contou:

Eu me aposentei, acho, que com 40 anos, 41, tem que fazer a conta [risos]. Porque eu não confiava em deixar meus filhos com empregada, com babá nunca deixei uma babá dar um banho em um filho meu, botar para dormir, trocar uma fralda, se lavasse a mamadeira, antes de usar eu lavava, [...] eu sou a primeira mestra do departamento de história. E pronto, e cheguei, depois é que eu conheci Paulo [seu marido] em 1984 e comecei a ter menino e pronto, já viu né? (OLIVEIRA, 2018, P. 5-6)

Deste modo, foi perceptível que os desafios enfrentados por Mariza Miranda para equilibrar as demandas pessoais e ainda progredir em seus estudos de aperfeiçoamento foram compartilhados por suas colegas professoras do Curso de História contemporâneas a ela. Outros professores homens também cursaram a Pós-Graduação em período próximo e também fora do Rio Grande do Norte, como os professores Cláudio Galvão (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2023a) e Wicliffe Costa (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2023b), porém, ao contrário das suas colegas mulheres, eles não citaram dificuldades ligadas a demandas pessoais e familiares para a conclusão destes cursos nas entrevistas. Isto foi um indício de que as pressões sociais quanto ao papel familiar das mulheres profissionais do Ensino Superior impactaram suas carreiras de maneira significativa, e que os registros memorialísticos de Mariza Miranda e colegas foram representativos desta realidade.

Um conjunto dentre os entrevistados consultados foi caracterizado como Geração de 1976, e um dos aspectos notados nas suas memórias foi o destaque dado ao esforço para a continuidade nos estudos a nível de Pós-Graduação, para valorizar a narrativa de suas trajetórias na memória institucional. O quase esquecimento da participação e contribuição de entes deste grupo nas ocasiões das entrevistas (2006 e 2018) e o questionamento do mérito deles por outros docentes que entraram no Departamento de História num



período posterior, foram explicações para esta opção dos entrevistados por destacar seus desafios na carreira e como os superaram (NOBRE, 2022a, p. 106-107). Provavelmente, Mariza Miranda, como professora contemporânea destes profissionais e entrevistada num contexto similar, também teve motivações semelhantes ao narrar a própria trajetória nas memórias. Por outro lado, suas tendências históricas no planejamento do ensino puderam ser analisadas através dos programas de curso produzidos por Mariza Miranda.

Planejamento do ensino de História Antiga por Mariza Miranda

Os programas de curso dos componentes curriculares do Curso de História foram fontes salubres na investigação de aspectos do ensino pensado por seus professores, como as suas prioridades e os pontos de vista considerados mais ou menos relevantes para interpretar os fatos históricos. Além disto, estes documentos eram avaliados e aprovados pelo corpo docente, inicialmente pela Congregação de Professores do Curso (Ata da quarta sessão extraordinária da Congregação dos Professores da Faculdade de Filosofia, 1957), e, depois, pelo seu Colegiado,⁷ logo, representam um ideal de formação superior compartilhado pela rede de sociabilidade dos lentes. A análise comparada dos documentos programáticos produzidos pelos diferentes professores exprimiu traços do microclima que permeava a práxis pedagógica dos entes da mesma rede, e como cada elemento influenciou as escolhas destes intelectuais e perspectivas adotadas dentro desta sociabilidade, de acordo com a definição de Sirinelli (SIRINELLI, 2003). Atualmente, esta documentação está no Arquivo Geral da UFRN, e disponível em um acervo digital.⁸ A documentação programática do Curso de História, pro-



- 7 O Decreto-Lei nº 252/67 determinou a organização das unidades universitárias federais em departamentos, sob a coordenação didática de colegiados compostos por representantes e docentes dos cursos, e este orientou modificações no Estatuto da UFRN a partir de 1968 (CALADO; MELO, 2019, p. 225).
- 8 A documentação está arquivada no portal do Repositório de História e Memória da Educação (RHISME), organizado pelo Laboratório de História e Memória da Educação, vinculado ao Centro de Educação da UFRN, disponível em: <<http://www.lahmed.ce.ufrn.br>> (Acesso em: 25 abr. 2023).

duzida nas décadas de 1960 e 1970, consistia, de modo geral, em listas de conteúdos a serem abordados nas aulas, organizados em tópicos, compostos por palavras-chaves, e divididos em unidades. Os dois programas de Mariza Miranda encontrados apresentavam estas características.

Existe, no Brasil, uma tradição histórica que norteia os saberes que se espera que sejam ensinados em cada área da História. Isto foi um legado da influência das orientações ao ensino de escolas de todo país, estabelecidas por instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Colégio Pedro II, que, para atender demandas do Estado, no Império e na República, constituíram uma tradição histórica nacional, para incutir e fortalecer um senso de identidade comum na sociedade do Brasil (ROMERO, 2013). Porém, dentro desse recorte amplo mais rígido, há um corte mais específico e mais flexível, de quais questões dentro desses temas gerais professores como Mariza Miranda optaram por ressaltar ou não ao planejar os conteúdos de suas aulas.

Do componente curricular de História Antiga, foram encontrados dois programas, dos anos letivos de 1964 e de 1967, ou seja, um do ano imediatamente seguinte ao que ela assumiu a cátedra, e o outro de alguns anos depois. Para identificar as características em documentos programáticos, foi necessário atentar para sutilezas. O uso das palavras-chave “político”, “social”, “cultural” e “econômico”, ou similares, nos tópicos referentes aos temas, foi indício de qual aspecto do fato histórico o docente pretendia destacar em sua abordagem.⁹

Foram quantificados como termos da História Política “política”, “aspectos políticos”, assim como nomes de sistemas políticos, de guerras ou batalhas, de fatos ou documentos administrativos, e citações a indivíduos de liderança política. Já as citações diretas às palavras-chave “cultura”, “aspectos culturais”, “filosofia”, “arte”, “religião”, “legado”, e termos similares, foram quantificados como termos da História Cultural. Já os termos “sociedade” e “aspectos sociais”, ficaram na coluna de História Social e “economia” e “as-

9 Adapteí a metodologia empregada por Erinaldo Cavalcanti (2022) de análise das ementas de disciplinas relacionadas ao Ensino de História e projetos político pedagógicos de cursos de Licenciatura em História de universidades federais.



pectos econômicos”, na coluna de História Econômica. Estes dados foram organizados no Quadro 1:

Quadro 1. Número de citações a termos ligados às áreas do conhecimento histórico nos programas das cadeiras de História Antiga (1964 e 1967)

Cadeira	Ano	Docente	H. Política	H. Econômica	H. Social	H. Cultural
História Antiga	1964	Mariza Miranda	20	12	13	41
História Antiga	1967	Mariza Miranda	3	0	0	1

Fonte: Dados organizados a partir dos programas de curso referentes a 1964 (Programa da Cadeira de História da Antiguidade, 1964) e 1967 (Ministério da Educação e Cultura, 1972.)

No programa de 1964, foi notável a predominância da História Cultural nas intenções que permearam o planejamento do componente de História Antiga. Provavelmente esta opção por enfatizar no documento sua pretensão em discutir a cultura dos povos estudados foi resultado da maior atenção dada ao legado cultural das sociedades, e isso se refletiu em escolhas de planejamento. Outros professores que atuaram no Curso no mesmo período, como Tarcísio Medeiros, Hélio Dantas e Alberto Medeiros, produziram planos de curso aos quais, analisados pelo mesmo critério, apresentaram predominância de termos relacionados à História Política na relação de conteúdos (NOBRE, 2023, p. 102). Esta diversidade indicou a autonomia docente dentre os quadros da instituição para a seleção e o recorte de temáticas e abordagens.

Mariza Miranda, ao produzir o documento programático, optou por especificar quais aspectos de cada sociedade citada pretendeu abordar nos tópicos temáticos, utilizando palavras-chave como “aspectos sociais” ou “aspectos econômicos”, por exemplo, junto ao nome da sociedade apresentada em cada tópico. Desse modo, a frequência com a qual ela citou estes termos foi quantificada para mapear suas opções em sua seleção de conteúdos. Isto indicou que, no planejamento de Mariza Miranda, ensinar sobre os povos e fatos por uma abordagem ampla foi uma das suas prioridades. Um exemplo dessa organização do programa foi a parte na qual ela apontou como tencionou abordar a História dos povos do Crescente Fértil:

8. Civilização egípcia; aspectos políticos, sociais, econômicos, religiosos, artísticos e intelectuais.
9. Civilização caldaico-assíria; aspectos políticos, sociais, econômicos, religiosos, artísticos e intelectuais.
10. Civilização Hebraica; aspectos políticos, sociais, econômicos, religiosos, artísticos e intelectuais. (Programa da Cadeira de História da Antiguidade, 1964, p. 1)

O padrão notado nos pontos oitavo ao décimo do programa se repetem mais algumas vezes ao citar diferentes temas históricos ao longo de todo documento. Quanto a História Clássica, no programa de 1964, repetidas vezes, os pontos que apresentavam a sociedade a ser estudada e que enumeraram aspectos gerais a serem abordados foram acompanhados de tópicos extras, que se detinham em questões mais específicas da área de estudos da Política. Um exemplo disso foi que enquanto cada sociedade do Crescente Fértil teve um tópico dedicada a ela no plano de curso, apenas a fase arcaica da Grécia Antiga teve quatro tópicos sobre seus temas:

22. Grécia Arcaica: aspectos políticos, sociais e econômicos.
23. Grécia Arcaica: Aspectos religiosos, artísticos e intelectuais.
24. Cidade-Estado grega: Esparta e Atenas.
25. As Guerras Pérsicas. O século de Péricles (Programa da Cadeira de História da Antiguidade, 1964, p. 2)

Desse modo, os temas ligados à Antiguidade Clássica tiveram mais tópicos no programa do que os demais períodos do recorte da cadeira. Além disso, a área política foi uma das mais frequentes do programa, atrás apenas da História Cultural. Foi notável também que a dita Antiguidade Clássica (sobre Grécia e Roma na Idade Antiga) foi a que mais teve a política privilegiada. Como já citado, a cátedra responsável por ensinar História Antiga anteriormente era a de História da Antiguidade e Idade Média, assumida pelo professor João Wilson Melo. Ao perscrutar o programa de curso deste componente e quantificar e categorizar as palavras-chave em seus tópicos de conteúdo, foi possível notar certas similaridades com os programas de Mariza Miranda. Estes dados estão organizados no Quadro 2:

Quadro 2. Número de citações a termos ligados às áreas do conhecimento histórico no programa das cadeira de História da Antiguidade e Idade Média (1962)

Cadeira	Ano	Docente	H. Política	H. Econômica	H. Social	H. Cultural
História da Antiguidade e Idade Média	1962	João Wilson Melo	20	8	9	33

Fonte: Dados presentes no Programa de Curso de História da Antiguidade e Idade Média, referente ao ano letivo de 1962 (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1961).

O programa de curso de João Wilson Melo foi analisado pelos mesmos critérios dos dois documentos programáticos de Mariza Miranda, e apresentou proporção similar entre a História Cultural, predominante, a História Política, a segunda mais citada e as outras duas áreas, menos aparentes. Esta foi uma evidência de que algumas opções de perspectiva histórica de João Wilson Melo podem ter sido referência para Mariza Miranda, como a busca por se aprofundar em questões que abrangessem camadas mais amplas dos povos estudados, como os hábitos populares que se manifestaram na cultura. Não é difícil imaginar que Miranda, que tinha assumido recentemente a Cadeira de História Antiga, tomou suas memórias de estudante da graduação para reapropriar o que considerou mais positivo nas escolhas de conteúdo do professor do correspondente a Cadeira que ela então ocupava. Esta reapropriação pode ser entendida como uma forma como as práticas docentes de um professor, nesse caso João Wilson Melo, se consolidaram como um legado para a perspectiva compartilhada do Curso de História.

Porém, Mariza Miranda não se limitou a repetir as escolhas do seu antecessor. Diante da comparação entre os dados do programa de 1964, no Quadro 1, e o de Antiguidade e Idade Média, no Quadro 2, nota-se que, proporcionalmente, a quantidade de citações aos termos relacionados à História Política representou cerca de dois terços do número de citações a termos ligados a História Cultural, no programa de História da Antiguidade e Idade Média de 1962. Já no documento produzido por Miranda em 1967, a proporção de citação à História Política foi o dobro de História Cultural.

Ou seja, termos como “monarquia”, “império”, “república” e nomes de batalhas e guerras foram mais presentes no documento da professora. Ou seja, a tendência de Mariza Miranda não foi excluir os temas ligados à política, e nem os ligados à cultura. Outros professores que foram formadores de Mariza Miranda em seu período na graduação, como Tarcísio Medeiros e Hélio Dantas, fizeram a opção por privilegiar a temática política na seleção de conteúdos (NOBRE, 2023, p. 102), e suas influências podem ter sido um legado reapropriado por Mariza Miranda. Estes docentes, assim como João Wilson Melo, integraram junto a ela a rede de sociabilidade dos intelectuais potiguares que atuaram na docência superior. Através dos elos de concordância, discordância, proximidade e distanciamento, entre entes de diferentes gerações dentro de uma mesma rede, alguns elementos do microclima podem se propagar de diferentes maneiras (SIRINELLI, 2003, p. 231-269).

Tarcísio Medeiros, por exemplo, apresentou perspectivas historiográficas alinhadas às demandas de instituições às quais pertencia, que prezavam pela abordagem mais política da História, como o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (NOBRE, 2021), e provavelmente isto teve ressonâncias na atuação de sua ex-aluno e posterior colega no ensino. Mas essa influência foi dinâmica no decorrer da trajetória de Mariza Miranda, como foi observável na mudança de privilégio de política ou cultura na abordagem histórica desta intelectual em sua escolha de conteúdo de um documento para outro. Portanto, a professora constituiu uma identidade docente própria, ao repensar as referências recebidas de professores da graduação através de suas próprias prioridades e das experiências vivenciadas durante o exercício do ensino.

Em ambos os programas de curso produzidos por Mariza Miranda, de 1964 e de 1967, os conteúdos foram organizados em ordem cronológica, através de uma listagem de nomes de povos e sociedades da Antiguidade, inicialmente do Oriente Médio, depois do Extremo Oriente, e, por fim, das sociedades grega e romana. Em 1967, foram escolhidos os mesmos povos, sociedades, fatos históricos e temas da seleção de conteúdos de 1964. Porém, é possível notar grande diferença na quantidade de vezes que os termos re-



lacionados às áreas do conhecimento histórico foram citados e a proporção de citações de cada área: a política foi citada três vezes, a cultura uma vez e economia e aspectos sociais nenhuma vez.

Porém, nenhum conteúdo abordado foi excluído e nem incluído, mas apenas a forma como foram intitulados e organizados. Ao invés do padrão adotado em 1964, no qual cada citação a um povo era acompanhada de termos indicativos de que elementos da sociedade seriam abordados, no padrão de 1967 há apenas uma listagem de nomes de sociedades, intercalados por alguns fatos históricos, sem muitos detalhes. Um exemplo desta diferença foi a maneira como citou os conteúdos focados nos povos do Crescente Fértil:

1. A Mesopotâmia: Elamitas e Sumerianos - Assírio e Caldeus
2. Egito
3. Os Hititas
4. A Palestina (Ministério da Educação e Cultura, 1972.)



Provavelmente, ela ainda pretendia trabalhar temas similares, mas preferiu não explicitar isto através dos mesmos termos, para diminuir o tamanho do documento programático. Apesar desta diferença, os dois planos de curso tiveram um aspecto em comum: a primeira unidade dedicada a uma discussão mais teórica e metodológica da História Antiga. A primeira unidade do componente curricular tinha como objetivo definir conceitos centrais como “lenda”, “mito” e “Antiguidade”, e discutir a ciência auxiliar da Arqueologia. Ou seja, Mariza Miranda demonstrou pretender iniciar os estudos com a discussão mais conceitual sobre a produção historiográfica, antes de abordarem os saberes históricos em si. Pode-se dizer que Mariza Miranda entendeu que desconstruir o processo pelo qual se constrói as narrativas históricas, antes de apresentar estas narrativas aos estudantes, foi um modelo de organização de conteúdos que ela optou por adotar.

Considerações finais

A trajetória de Mariza Miranda, em diferentes aspectos, teve traços representativos de vivências compartilhadas pelos lentes, e, especialmente, pelas professoras mulheres, do Curso de História nas décadas de 1960 a 1980, como nos meios para contratação para a docência superior, no acesso ao espaço físico do Campus da UFRN, e nas circunstâncias para continuidade nos estudos de Pós-Graduação. Deste modo, suas memórias foram um registro significativo da História do Ensino Superior de História no Rio Grande do Norte. A maneira como mobilizou suas recordações através da linguagem, nas entrevistas, colaborou na produção de uma representação simbólica do espaço de ensino do Curso de História da UFRN, registrada por meios institucionais.

Já diante dos dados identificados pela investigação dos planos de curso da Cadeira de História Antiga de 1964 e de 1967, produzidos por Mariza Miranda, foi perceptível o destaque dado aos conteúdos ligados à História Política e à História Cultural, e a maior atenção dedicada aos temas do recorte temporal da Antiguidade Clássica. Com a análise comparada dos dois documentos com o programa de curso da Cadeira de História da Antiguidade e Idade Média referente ao ano de 1962, elaborado pelo professor João Wilson Melo, evidenciaram-se semelhanças de opções deste professor e de Miranda, como o privilégio da História Cultural e da História da Antiguidade Clássica, o que indicou uma relação de influência e legado entre ele e Mariza Miranda, que tinha sido sua aluna na graduação. Porém, estas similaridades estiveram mais evidentes no plano de curso mais antigo, de 1964, do que no mais recente, de 1967, ou seja, a professora aumentou sua autonomia em relação às referências recebidas do antecessor no decorrer dos anos de exercício da função docente.

Mariza Miranda configurou-se como uma intelectual norte-rio-grandense, como uma produtora e divulgadora de conhecimento histórico em suas atividades de professora de História na UFRN. O estudo de suas perspectivas ao lecionar pode apontar caminhos para a compreensão da cultura histórica no Rio Grande do Norte. Já a investigação



de sua trajetória profissional pode ser um meio para expandir a área de análise sobre História das Mulheres no mundo do trabalho e no magistério. Concluo com sinceros votos de que este artigo tenha despertado interesse de novos pesquisadores para o estudo de trajetórias de docentes do Ensino Superior, como Mariza Miranda, para preservar este patrimônio humano de um possível esquecimento.

Referências

ATA da quarta sessão extraordinária da Congregação dos Professores da Faculdade de Filosofia. Natal, 1957.

CALADO, Carmem; MELO, Veríssimo. *Síntese Cronológica da UFRN 1958/2017*. Natal: EDUFRN, 2019.

CAVALCANTI, Erinaldo. O lugar do ensino de História nas licenciaturas em História no Brasil: saberes, reflexões e desafios. *Revista História Hoje*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 247-272, 2022. Disponível em: <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/779/455>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. *Currículo do sistema de Currículo Lattes - Informações sobre Cláudio Augusto Pinto Galvão*, 2023. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/8050417252224336>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. *Currículo do sistema de Currículo Lattes - Informações sobre Wicliffe de Andrade Costa*, 2023. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/8691554399565388>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

GALVÃO, Cláudio Augusto Pinto. [Entrevista concedida a] Diorge Trindade, Felipe Rodrigues e Samara Dávalos. Natal, 2018. [Entrevista arquivada pelo Laboratório de História Oral – UFRN].

MARIZ, Marlene da Silva. [Entrevista concedida a] Lucas França, Rafaela Miryls e Ísis de Freitas. Natal, 2018. [Entrevista arquivada pelo Laboratório de História Oral – UFRN].

MELO, João Wilson Mendes. [Entrevista concedida a] Vital Nogueira de Souza. Natal, 2006. [Entrevista transcrita e registrada no DVD 50 Anos de História].

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Faculdade de Educação. *Programa de História Antiga*. Natal, 1972. Disponível em <<http://lahmed.ce.ufrn.br/jspui/>>. Acesso em: 14 nov. 2022.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Resolução nº 144/87 – CONSEPE, 1987b.*

MIRANDA, Mariza Moura de. [Entrevista concedida a] Fernanda Costa, Gerlane Mendes e Kamyla Monteiro. Natal, 2018. [Entrevista arquivada pelo Laboratório de História Oral – UFRN].

NOBRE, Clivya. A escrita de Tarcísio Medeiros na Revista do IHGRN: política e intelectualidade. *Mosaico*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 21, p. 291-312, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/84767/80480>>. Acesso em: 13 set. 2023.

NOBRE, Clivya. Memória sobre os outros, memória sobre si: representações da prática docente no Curso de História da UFRN, pelo olhar da “Geração de 1976”. *Revista Latino-Americana de História*, São Leopoldo, v. 11, n. 27, p. 92-111, 2022a. Disponível em: <<https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/1217/386697>>. Acesso em: 13 set. 2023.

NOBRE, Clivya. “*Não houvesse, no Brasil, esses autodidatas precursores*”: docentes e a produção do Ensino Superior de História no Rio Grande do Norte (1955-1991). Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2023.

NOBRE, Clivya. Professores e Trabalhadores: memórias docentes sobre o Curso de História da FAFIN/FFCL (atual UFRN). *Revista Discente Ofícios de Clio*, Pelotas, v. 7, n. 13, p. 133-151, 2022b. Disponível em: <<https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/clio/article/view/5654>>. Acesso em: 13 set. 2023.

OLIVEIRA, Maria Leneide Câmara. [Entrevista concedida a] Arnaldo Pereira de Andrade Segundo, José Roberto Santhiago e Luciana Maria de Souza Jesus. Natal, 2018. [Entrevista arquivada pelo Laboratório de História Oral – UFRN].

PROGRAMA DA CADEIRA DE HISTÓRIA DA ANTIGUIDADE. Natal, 1964. Disponível em <<http://lahmed.ce.ufrn.br/jspui/>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

ROMERO, Maria Helena N. *As contribuições do IHGB, do Colégio Pedro II e do livro didático na constituição da História como disciplina escolar no século XIX: uma revisão historiográfica*. Monografia (Especialização em História) - Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2015.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE. Faculdade de Filosofia. Cadeira de História da Antiguidade e Idade Média. *Programa para o ano letivo de 1962*. Natal, 1961. Disponível em <<http://lahmed.ce.ufrn.br/jspui/>>. Acesso em: 14 nov. 2022.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. *DVD 50 anos de História*. Natal: 2006. 1 CD-ROM.



**Bisavó proprietária
de escravas, avó
casada com mulato:
Notas sobre a
“Andança” de
Iracema Sampaio**

*Marinéia Sousa da Silva**

Resumo

O livro *Andanças* de Iracema Sampaio é um relato da trajetória de vida da autora que privilegia as personagens femininas. Inicia narrando suas ancestrais ricas e revolucionárias que receberam escravas em dote, ex-escravas parteiras e culmina no casamento de uma moça branca com um rapaz negro. O objetivo deste artigo é analisar como personagens classificadas como ‘escravas e negros’ são construídos no livro. Para tal, promovo um diálogo deste com documentos eclesiásticos e cartoriais da Vila de Nossa Senhora da Conceição do Riachão do Jacuipe oitocentista, notícias de jornais, matérias televisivas contemporâneas e narrativas orais.

Palavras-chave: personagens escravas, Iracema Sampaio, Riachão do Jacuipe-BA.

* Graduada em História. Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia e Doutora em Estudos Étnicos e Africanos CEAQ/Universidade Federal da Bahia (2013). Professora Adjunta de Teoria da História da Universidade Estadual da Bahia (UNEB/Campus XIV).

Great-grandmother who owned slaves, grandmother married to a mulatto: notes on the “Wanderings” of Iracema Sampaio

Bisabuela dueña de esclavos, abuela casada con mulato: notas sobre las “Andanzas” de Iracema Sampaio

Abstract

The book “Andanças” of the Iracema Sampaio is an account of the life trajectory of the author who privileges female characters. It begins by narrating their rich and revolutionary ancestors who received slaves in enthete, former midwives slaves and culminates in the marriage of a white girl to a black boy. The aim of this article is to analyze how enslaved and black characters are built in the book. To this end, I promote a dialogue of this with ecclesiastical and cardinal documents of the Village of Nossa Senhora da Conceição do Riachão do Jacuípe 18th century, newspaper news, contemporary and oral television articles.

Keywords: enslaved, black, Iracema Sampaio, Riachão do Jacuípe-BA.

Resumen

El libro Andanças, de Iracema Sampaio, es un relato de la vida de la autora que privilegia los personajes femeninos. Comienza narrando a sus antepasados, ricos y revolucionarios, que recibieron esclavos como dote, a antiguas comadronas esclavas y culmina con el matrimonio de una chica blanca con un chico negro. El objetivo de este artículo es analizar cómo se construyen en el libro los personajes clasificados como “esclavos y negros”. Para ello, promuevo un diálogo entre el libro y documentos eclesiásticos y notariales de la ciudad de Nossa Senhora da Conceição do Riachão do Jacuípe en el siglo XIX, reportajes periodísticos, reportajes televisivos contemporáneos y narraciones orales.

Palabras clave: personajes esclavos, Iracema Sampaio, Riachão do Jacuípe-BA.



Introdução

Ocorre-me à memória, uma quinta-feira d’outrora, às vésperas da exibição de mais uma edição do *Globo Repórter*, salvo engano em abril de 2009, que se alastrou pelas ruas do Riachão do Jacuípe¹ o burburinho: “Iracema, filha de seu Bino e D. Verônica vai aparecer na televisão, no Globo Repórter”. A notícia causava empolgação e muitos se mobilizaram para assistir, no programa televisivo de rede nacional, a performance da conterrânea ilustre. (Penso que, em ocasiões como essa, sente-se orgulho de ser jacuipense). Essa produção audiovisual, fora cognominada de “a culinária baiana que há 29 anos residia em Campo Grande”².

Iracema Sampaio é construída nos noticiários que anunciam seu falecimento, em 06 de agosto de 2011, como jornalista, empresária, editora de revistas, pesquisadora da culinária do Mato Grosso do Sul e autora de diversos livros sobre essa temática. Além dessas denominações, também fora lembrada por ser esposa do ambientalista Francisco Anselmo Gomes de Barros (a quem Iracema chama carinhosamente de Francelmo), famoso na luta pela defesa da biodiversidade no Pantanal matogrossense³. Tais notícias circularam em jornais via web de abrangência nacional, como G1; de alcance regional no Mato Grosso e, também, em Riachão do Jacuípe no periódico on-line - Interior da Bahia. Neste último, destacou-se que a conterrânea ilustre deixou a Bahia em 1976, depois de morar vários anos em Salvador, quando partiu para o Mato Grosso do Sul. E que, mesmo distante, incentivou e divulgou a cultura de sua terra natal e as atividades do Projeto Cultural que aconteciam na cidade na década de 1990⁴.

- 1 Riachão do Jacuípe é um município do interior baiano, localizado a 180 Km de Salvador na região nordeste do estado, possui 33 mil habitantes.
- 2 Disponível em <http://g1.globo.com/globoreporter/0,,MUL1083315-16619,00-PIZZAIOCA.html>, acessado em 18.05.2020.
- 3 O ambientalista Francisco Anselmo Gomes de Barros, falecido em 13 de novembro de 2005, em um gesto de coragem e luta por ideais ateou fogo em seu próprio corpo ao final de uma manifestação contra as usinas de álcool no Pantanal, no centro da cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Disponível em <http://www.riosvivos.org.br/Noticia/Falece+Iracema+Sampaio+esposa+do+ambientalista+Francisco+Anselmo+de+Barros+/17426>, acessado em 13/05/2021.
- 4 Disponível em http://www.interiordabahia.com.br/p_historia/16605.html. Acesso em 13 maio 2021.



Iracema publicou duas obras tecendo suas vivências em Riachão do Jacuípe: a primeira, *Andança*, em 1996 (foto 01) e a segunda, *Rua da Quixabeira*, em 2000, onde oferece a(o) leitor(a) um punhado de causos sobre o lugar. Esses e outros livros foram apresentados ao público jacuipense numa noite solene. Também me lembro de que anúncios no rádio e no alto falante convidavam a população para o lançamento a ocorrer na noite de 11 de abril de 2006. O Banco do Brasil foi um dos principais patrocinadores do evento. O clube Lira 8 de Setembro, localizado no centro da urbe, foi especialmente decorado⁵: uma mesa reservada para as autoridades da cidade; gamelas enormes enfeitadas com tecido dourado e de outras cores brilhantes cheias de guloseimas feitas à base de tapioca deram um tom ímpar àquela noite construída para chamar os tabaréus daquele sertão a apreciarem a invenção da filha de Seu Bino.

258

Em *Andança*, obra um tanto “autobiográfica”, Iracema Sampaio, num traçado peculiar, se constrói como mulher baiana que desafiou limites e venceu preconceitos. Afirma que se serve das lembranças de sua infância e juventude para tecer a escritura. Assegura que busca na sua ancestralidade forças para enfrentar dificuldades do presente (tempo da escrita). No que denomina de “apenas o registro de uma vida” (SAMPAIO, 1996. p.9) ela fala de si recorrendo a modelos de mulheres da sua família: “Bem, creio que puxei à minha bisavó”. E então começa a desenrolar o novelo narrativo do percurso pessoal e familiar, ora com o foco direcionado nos casamentos, ora explorando a capacidade de “quebrar valores” caros às suas ancestrais. O objetivo deste artigo é perscrutar como personagens classificadas como ‘escravas e negros’ são construídos no livro. Trata-se de uma análise qualitativa, em que promovo um diálogo de trechos do livro com documentos eclesiásticos e cartoriais da Vila de Nossa Senhora da Conceição do Riachão do Jacuípe oitocentista, notícias de jornais, matérias televisivas contemporâneas, textos de memorialista, narrativas orais.

5 Disponível em <http://www.riachao.com/article504.html>. Acesso em 05 de maio de 2021.

Bisavó proprietária de escravas

Inicia contando uma crise financeira vivida aos 52 anos de idade, quando morava em Campo Grande - MS. O texto é uma sequência diferente do que se costuma denominar biografia, à medida que trata das dificuldades vividas na última década e meia de sua vida, narra lembranças e causos de familiares que viveram em Riachão do Jacuípe e seus arredores onde se movimentam personagens brancos, escravos, mulatos...

Estreia a “bisavó”: “Fiquei sabendo que meu tetravô, ou tataravô como se fala em Riachão, era homem de algumas posses, senhor de alguns escravos, morava em Serra Preta (Bahia) e tinha duas filhas bonitas e prendadas, porém sem estudo” (SAMPAIO, 1996. p 28). Ao costurar “tacos” de memórias, vai dando forma aos partícipes de seu tapete de retalhos. O fato de o proprietário ter duas filhas admiráveis estar acompanhada da expressão “porém sem estudo” é um aspecto que destaco agora e que retomarei mais adiante. De acordo com os documentos (inventários e livros de notas), observa-se que era expressivo o número de proprietários que sequer assinavam seus nomes nos oitocentos, na Vila de N. S. da Conceição (SILVA, 2013). O detalhe da narrativa de Iracema Sampaio serve, inclusive, para refletirmos a respeito do que se narra sobre alfabetização de homens e mulheres nesses sertões de antanho. Vale acrescentar que Boaventura (1988) o caracteriza como “sertões analfabetos”. Se grande parte dos brancos proprietários não deixaram narrativas escritas, sequer assinavam documentos.

Atentei para as diversas vezes que personagens escravo/escravos, negros aparecem nos capítulos da *Andança*, de Iracema Sampaio, nas ruas e roças do Riachão. No trecho acima transcrito, a edificação do personagem “escravo” enquanto propriedade é análoga às matrículas de escravos presentes nas narrativas de inventários escritas entre 1871 e 1885. (SILVA, 2013) Conta-se que o distrito de Serra Preta (onde o tataravô da autora morava) pertencia à Vila de Sant’Ana do Camisão (atual Ipirá)⁶ no século XIX. Atualmente

6 IBGE. Histórico de Ipirá. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/ipira.pdf>, acessado em 04 de maio de 2021.

Serra Preta é um município independente e limita-se com Riachão do Jacuípe ao sul.

Iracema Sampaio elabora a personagem bisavó com o seguinte arranjo:

Ela não saía de casa, a não ser para a Igreja e para visitar alguma família amiga. Para a Igreja ia muito enfeitada de rendas e fitas, ao lado da irmã, numa liteira conduzida por escravos. Foi prometida em casamento aos 15 anos para o tal filho do fazendeiro, homem de terras, gados e outras coisas mais (SAMPAIO, 1996. p.19).

Diferente do texto do memorialista Amarílio Soares (2010), autor de *Histórias de Riachão do Jacuípe*, o escrito de Sampaio é protagonizado por personagens femininas. O livro é produto da recorrência da autora às memórias das suas ancestrais. Conta ao leitor que sua coragem no enfrentamento das adversidades cotidianas fora herdada das mulheres de sua família. A descrição da bisavó como uma mulher recatada, vaidosa, e que era transportada por escravos numa “liteira” inspira-me a atentar para a narração da fortuna da família da escritora nos oitocentos. Na dissertação de Freire (2007), que versa sobre as fortunas nos campos do Jacuípe, ele argumenta:

Como dissemos, a riqueza demonstrada nesses inventários estava representada pela grande quantidade de animais, sendo mínima a exibição de opulência. Uma pequena exceção foi marcada entre os bens do capitão José Ribeiro onde, além de alguns móveis de jacarandá e um relógio de parede que mobiliavam o interior da sua residência, foi avaliada uma liteira, em cujo interior havia duas “salas”, ou seja, dois assentos. Esse meio de locomoção era muito comum em áreas urbanas setecentistas e oitocentistas, onde os escravos transportavam seus senhores – especialmente as senhoras e os doentes – de casa para as igrejas, ou outros locais, sem serem vistos, já que normalmente ela era coberta por couro ou tecido adamascado para dar privacidade a quem estivesse em seu interior. Essa



liteira era utilizada, provavelmente, pela esposa do capitão, dona Maria das Mercês da Silva Lima (FREIRE, 2007, pp. 132-133).

A liteira classificada por Freire, como um artigo de luxo, raramente visto na zona rural, só foi encontrada nesse inventário e no da viúva do coronel José Batista Carneiro, dona Ana Simplicia de Santa Catarina de Jesus Carneiro. Pois bem, o Capitão José Ribeiro Lima era o proprietário do maior número de escravos na Vila de N. S. da Conceição de Riachão do Jacuípe. No conjunto dos inventários analisados para os campos do Jacuípe, as duas liteiras compunham as narrativas de proprietários classificados entre média e grande fortuna. Sampaio constrói para a ancestralidade materna um passado de opulência. Outra insígnia de riqueza da família, sua bisavó levava, ao se casar, conforme havia sido prometido aos 15 anos de idade, dote composto de “uma fazenda, gado, escravos e sei lá quantos contos de réis” (SAMPAIO, 1996. p. 19). A narradora enfatiza que “ela, coitada, nem sabia o que estava fazendo. Dezesesseis anos se preparando para ser mulher-escrava” (*Idem*, p. 20). Esse uso diferenciado para o vocábulo “escrava” sugere que, assim como os escravos aparecem na narrativa como propriedade de seus senhores, a moça prometida também seria uma propriedade do marido.

Pois bem, no prosseguir, ela conta que a bisavó Matilde, uma vez casada com José Rosendo, rumava para a construção da nova etapa da vida. Na montagem da narradora:

“Ao lado da casa rústica outra palhoça com paredes para os escravos. [...] Duas escravas que fizeram parte do dote de laiá e que participaram da sua vida até ali, ficaram caladas olhando-a com certa piedade e apenas dirigiram um olhar e um gesto carinhoso com a cabeça” (SAMPAIO, 1996. p. 22).

Assim, desenha o quadro peculiar da escravidão a que estava submetida a personagem Matilde. A casa nova “de palha”, por certo, contrastava com as fitas e rendas da vida de solteira; diferente do trecho anterior as “escravas” que acompanharam a sinhá assumem um protagonismo gestual na trama, através do olhar compassivo

tentando consolar a jovem mulher casada, naquilo que a autora denominou de “cativeiro” longe das prendas do ninho paterno.

Outro ramerrão se inaugurava. No dia seguinte, José Rosendo cedo se dirigiu com seus quatro escravos para amanhecer na roça (Cf. SAMPAIO, 1996. p. 22). Nesse ponto, visualizo outra semelhança com narrativas acadêmicas sobre a escravidão nos sertões baianos; tanto Boaventura (1989) para os campos do Jacuípe, quanto Neves (2000) para o alto sertão, tratam dos pequenos plantéis sertanejos, em que senhores e escravos trabalhavam juntos nas roças policultoras. José Rosendo aparece como proprietário de dois escravos que eram utilizados na lavoura, Matilde chega acompanhada de duas escravas, o que além de duplicar a força de trabalho a serviço da roça, permite a formação de famílias, o que poderia possibilitar o crescimento do plantel. Nos inventários arrolados na freguesia de N^a. S^a. da Conceição de Riachão do Jacuípe, encontram-se pequenos plantéis compostos por cativos de ambos os sexos. Nas propriedades maiores, aparecem famílias escravas compostas por pai, mãe e filho enredados pelos acentos do matrimônio e registros de batismo.

262

Boaventura, ao tecer o perfil das mulheres da casa-da-fazenda, fez uma rica descrição desde os vestidos do dia a dia, de algodão grosso de fabrico doméstico, até às mais finas joias. Mas adverte o leitor que muito do luxo das sinhazinhas e sinhás era custeado pelas mesmas. Elas gostavam de ter suas malhadas de fumo e era motivo de “prazer para algumas contarem sua produção, alheia até ao comando do patriarca, dirigida por elas mesmas” (BOAVENTURA, 1989. p.55). A historiografia tem fornecido interessantes narrativas a esse respeito, inclusive para os sertões do São Francisco (FERREIRA, 2007). Encontrei apenas dois testamentos, no conjunto da documentação do Cartório Civil do fórum de Riachão do Jacuípe, protagonizados por mulheres: D. Clementina Maria de Brito e D. Ana Francisca de Oliveira Rios.

Clementina Maria de Brito que “nunca quis se casar” deixa para seus 6 afilhados, um crucifixo de ouro, 100 braças de terras e uma casa na Fazenda Santa Rosa, entre outros bens, escravas: Lucrecia de 30 anos de idade, havida por herança, mãe de 2 filhas- Fellipa (6 anos de idade) e Eugênia (2 anos de idade) - avaliadas em 500\$000

(quinhentos mil réis); Victória de 12 anos avaliada em 300\$000 (trezentos mil réis) e Idoviges de 40 anos de idade avaliada em 125\$000 (cento e vinte e cinco mil réis)⁷. Este testamento chamou a minha atenção quando relatado que ela “nunca quis se casar”, o que soa como uma escolha interessante para a uma mulher que viveu nos oitocentos. A protagonista, devota de Santa Bárbara, lega, nos autos, a encomenda de 10 missas em intenção de sua alma. O testador Antônio Ezequiel de Brito parece ter algum tipo de parentesco com Clementina Maria de Brito, pois ambos usam o mesmo sobrenome.

Dona Ana Francisca de Oliveira Rios, que se declara viúva de Antônio Martins Rios, inicia seu testamento, como era de praxe na época: “Primeiramente encomendo minha alma a Nosso Senhor Jesus Christo, tendo-a remédio com seu sangue perdoando os meus pecados”. Declara-se natural da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Riachão do Jacuípe, mãe de 4 filhos vivos, e filha de Manoel de Martins Rios e Bernarda Maria da Purificação, ainda vivos. Agradece a Antonio Justino Carneiro a “amizade e aceitação que fez o inventário e dei-lhes partilhas conservando em meu poder⁸”. A escrita custava caro.

Enquanto uma das personagens citadas logo acima “nunca quis se casar”, outra uma solteira, e outra, viúva, a proprietária de escravos Matilde, bisavó de Iracema Sampaio, é enredada numa trama bem diferente, enriquecida pelos fios da memória familiar tecidos pela autora no século 20. De início, descrita como “escrava”, Matilde protagoniza uma história de “amor e liberdade”, depois de ter parido quatro filhos pelas mãos de “Quinha de Mariquinha de Maria”, uma das escravas que compôs seu dote. Além dos serviços de roça, essa personagem também desempenhou o papel de parteira na narrativa. Ao que parece, ela acompanhava a família de Matilde havia algum tempo, não só ela como suas ancestrais, haja vista a possível sucessão familiar expressa através do nome - Quinha de

7 Arquivo do Fórum Des. Abelard Rodrigues, Cartório da Vara Cível, Cx 05. Testamento de Clementina Maria de Brito, 1872.

8 Arquivo do Fórum Des. Abelard Rodrigues, Cartório da Vara Cível, Cx 04. Testamento de D. Anna Francisca de Oliveira Rios, 1864.



Mariquinha de Maria, a única “escrava” do pequeno plantel familiar nomeada, ou melhor, apelidada.

A aparição do jovem viajante na narrativa quebra a monotonia do quadro “Matilde em seu canto, espécie de clausura há cinco anos, não podia ficar indiferente àquele jovem bonito, elegante e educado” (SAMPAIO, 1996. p.25). Na teia, a narradora sublinha o longo tempo que a bisavó esteve distante de seus familiares. Estritamente dedicada aos cuidados da casa e dos filhos pequenos, vivia longe de vizinhos e arruados, no convívio com o marido José Rosendo que:

Saía cedo para a roça, uma escrava levava comida ao trabalho, descansava bem baixo de uma árvore, chegava no fim da tarde lavava o rosto e os pés, jantava, fumava um cigarro de palha na varanda, deitava, cumpria sua obrigação de marido, dormia. Guardava dinheiro, não deixava faltar nada em casa. Não tomava banho. (p.23-24)

264



José Rosendo, proprietário de poucos cativos, que trabalhava na roça junto com eles, aparece como homem afeito à lida, ao hábito de juntar dinheiro e avesso ao asseio pessoal. Desde a primeira semana de casada, ela desistiu de pôr roupa limpa para ele trocar, “banho só quando dava na veneta”. A relação do casal aparece, na escrita de Iracema Sampaio, tecida na última década do século 20, como “cumprimento de obrigação”. No entanto, a narradora adverte que, apesar desses modos, José Rosendo nunca havia deixado de atender aos caprichos de laiá, comprava tudo o que ela lhe solicitava. Mas a partir da visita do jovem Gerônimo, “ela sem saber se enfeitava. [...] tomou gosto pela vida. Seu marido não notava” (Idem. p.23).

No segundo encontro da personagem com o jovem comerciante de gado em meio a perguntas e respostas dadas “sem perceber”, um novo roteiro de vida fora planejado: “Dentro de uma semana e dez dias venho com a tropa vazia trago cavalos com arreios pra montaria para a senhora seus filhos e as escravas também”. (Ibidem, 1996. p. 25) Matilde assume a rédea de seu destino na narrativa, arruma tudo em silêncio e em menos de uma hora após a chegada de Gerônimo, as escravas já estavam montadas, as crianças acomodadas em caçuás e juntamente com o casal partiam rumo a uma vida nova.

“Após uma legítima noite de núpcias” na nova casa, no dia seguinte, foi com ele ver as instalações da fazenda, a casa dos escravos, a casa de farinha etc. Tais indícios apontam que, além das qualidades acima elencadas, o personagem Gerônimo possuía melhores condições financeiras que João Rosendo. Além de a propriedade dispor de uma casa para os escravos, contava com escravos exercendo funções diversas, além de capangas (trabalhadores livres) responsáveis por manter discretamente a segurança de Matilde, com receio que o ex-marido aparecesse. Iaiá e Ronron (apelidos de Matilde e Gerônimo) figuram na escritura como um casal feliz, apesar de ela ser renegada pela família. O desfecho dessa fábula se dá com uma típica mensagem de moral da história em que a personagem principal adverte as mulheres da família: “Nunca deixe que escolham marido pra você” (SAMPAIO, 1996. p. 26).

Três capítulos depois, Iracema Sampaio dá continuidade à trajetória familiar e apresenta sua Vovó, penúltima filha de Iaiá e Ronron: “branca, olhos claros e cabelo de seda” apaixonada por José Tibúrcio mulato, dois anos mais novo que ela. É a primeira vez que referências à cor de pele aparecem no texto. Até então, a designação “escravo/escrava” era suficiente para demarcar as diferentes hierarquias sociais na narrativa de Sampaio. S. Schwartz (1998, p. 209) aponta outros elementos da sofisticada engrenagem; a hierarquia numa sociedade escravista não se determina apenas pela presença da mão de obra escrava, mas principalmente devido às distinções jurídicas entre escravos e livres, na relação entre escravidão e raça, nas atitudes senhoriais e na deferência dos socialmente inferiores.

Destarte, aproveitou a caracterização de Vovó e de José Tibúrcio para trazer outras narrativas para o diálogo das cores da gente desse sertão. Eurico A. Boaventura (1989), ao compor seu tratado explicativo dos campos do Jacuípe, como sertão mameluco, onde floresceu a civilização do pastoreio, exalta a pureza de sangue branco encontrada nos recônditos lugares desses sertões:

O branco luso, em época anterior, havia marcado vigorosamente sua entrada no sertão. Exameiam por toda parte belos perfis de mulheres brancas e se en-



contram constantemente trabalhadores de pele alva e até aloirados. Conheci no Nordeste famílias inteiras, cujos os componentes, mesmo os homens, traziam na face um róseo finíssimo, a par de traços limpos e nobres. E os narizes finos, os cabelos que voam soltos, povoam os recantos mais longínquos do Estado (BOA-VENTURA, 1989. p. 74).

Boaventura nos conta com orgulho, já no século 20, sobre a existência de pessoas com característica da cor branca apurada, espalhadas no sertão de antanho, em contraposição à exígua presença de negros africanos (puros) naquela redondeza. Ele argumenta que esses eram cabras, crioulos, mulatos e pardos, ou seja, nascidos no Brasil. A questão da cor se torna relevante na narrativa de Sampaio, quando um negro almeja romper barreiras sociais, entrar na família de proprietários “brancos”, sobressaída na sociedade local. Ao descrever características físicas dos personagens Vovó e José Tibúrcio, a autora também coloca no centro da trama a relação entre cor e condição socioeconômica.

266



Vovó e Pai Zé...

No enredo da trajetória familiar, Iracema Sampaio não apresenta datas, nem cita marcos da história oficial. A sequência temporal é determinada pelas gerações de sua família. Não com a mesma riqueza de detalhes que tratou da ascendência familiar materna, contando os desafios enfrentados pela bisavó Matilde, a autora também aborda a ascendência do avô José Tibúrcio: “mulato, filho de Apolinário, e que ele havia perdido a mãe quando ainda era pequeno” (SAMPAIO, 1989. p. 47). Tanto era comum morrer de parto quanto de doenças como tuberculose e peste na época. É possível depreender da narrativa que os avós de Iracema Sampaio tenham vivido o alvorecer do século 20. Nesse período, de acordo com Benevides (2003, p. 57), “várias cidades próximas de Feira de Santana foram tomadas por surtos de peste bubônica”, inclusive Riachão do Jacuípe, os horrores da peste deram origem à devoção a São Roque, que é festejado até a os dias de hoje como segundo padroeiro da cidade.

Vale salientar que a parte profana das celebrações é protagonizada por homens e mulheres negros, que, em geral, são prostitutas, garis, carroceiros, magarefes. Omolu e Obaluaê, orixás relacionados à cura, são reverenciados na lavagem de São Roque.

Não tendo mãe, o personagem José Tibúrcio fora criado pela avó, laiá Azevedo, crioula e pobre, de quem a narradora diz “eu ainda cheguei a conhecer”. A ascendência familiar de um dos personagens de maior destaque na narrativa de Sampaio resume-se à citação do nome do pai e da avó que o criou. A expressão “cheguei a conhecer” pode denotar certo distanciamento entre a autora e a bisavó crioula e pobre, que também pode ser interpretado como “alcancei”... relativo ao fato de ser uma pessoa idosa. A pobreza da família do “crioulo” contrasta com o passado opulento criado para falar da avó branca. Não me refiro apenas à pobreza material; vejo um processo de silenciamento quanto aos ancestrais de José Tibúrcio. Talvez não fosse tanto interessante evidenciar um antepassado, ou antepassada escrava, quanto foi importante deixar registrado que seu bisavô era proprietário de escravos, e que a bisavó era transportada por escravos numa liteira nas idas à Igreja.

Mais adiante no texto, José Tibúrcio é apresentado aos leitores como um “moço decidido, crioulo de palavra e vergonha”. Tais designativos intencionam demonstrar as qualidades morais do jovem rapaz como alternativa a avaliação negativa de sua cor. Na citação anterior, mulato, nesta, crioulo. O “crioulo de vergonha”, dois anos mais novo, queria casar com Hermira:

[...] vovó aceitou, então foi pedi-la em casamento. laiá que pregava a ideia de cada um deveria escolher o cônjuge, dessa vez discordou. Casar com um negro não, aí era demais. Suas outras filhas haviam casado com moços brancos, filhos de gente de bem. (SAM-PAIO, 1996. p. 53)

No enredo, a querela instaurada na família devido à disposição de Hermira em se casar com um homem classificado como crioulo, mulato, negro culminou com a contradição da bisavó Matilde que outrora afirmava “não deixe que ninguém escolha com quem vai se



casar”. A relação direta estabelecida entre *moços brancos* e *gente de bem* demonstra a cor como sendo um dos mais relevantes critérios morais de seleção social, quando se tratava da formação de núcleos familiares. Na narrativa, praticamente, foi instaurada uma oposição entre os brancos de traços finos e o negro, o que tornou a união inaceitável pela família da moça. A relação entre cor e pobreza também foi observada por Silva (2013) na análise da aparição de Miguelzinho no livro *Histórias de Riachão do Jacuípe*, do memorialista Amarílio Soares (2010). No entanto, Miguelzinho participava do texto da cidade ocupando o lugar de doente mental, inteiramente dependente das “famílias de bem”, um excluído. Para a autora, a figura de Miguelzinho assume na narrativa o protótipo de egresso da escravidão.

268

Já no livro *Andança*, a autora, inicialmente, está narrando seu avô como um crioulo que em breve passaria a fazer parte da família “branca”. O personagem passa por um processo próximo do que Antônio Cândido observa na literatura brasileira: “os protagonistas de romances e de muitos poemas, quando escravos, são originariamente mulatos, a fim de que o autor possa dar-lhes traços brancos, e, deste modo, encaixá-los nos padrões da *sensibilidade branca*” (CANDIDO, 1964 *apud* PROENÇA FILHO, 2004, p. 47).

A problemática da cor é ultrapassada no enredo. Não cita detalhes do casamento dos dois, nem dos possíveis conflitos vividos no seio familiar. Passado o entrevero inicial, a narradora edifica o personagem: “Ele era ferreiro e nas horas de folga dedicava-se à música, pois havia estudado com alguém que o ensinou a ser maestro. Não tinha cabedal, portanto, que o fizesse merecer a mão de minha avó, casou-se contra tudo e todos” (SAMPAIO, 1996. p. 53). Assim como a bisavó, a avó também contravém à família e às convenções sociais.

A referência à música jacuipense irrompe nesse momento da tessitura de forma triunfal, parece ser um recurso utilizado pela narradora para desviar a atenção do leitor da querela da cor. E ela consegue. Iracema fala com orgulho da Filarmônica Lira 8 de Setembro, destacando a performance de seu avô no comando:

Lembro de Pai Zé, eu, pequena apaixonada por ele e ele por mim, pondo ferro na brasa atizada pelo fole e trabalhando o ferro em brasa de bigorna. Nas horas de folga regendo a orquestra filarmônica lá no meu Riachão. [...] As autoridades, juiz, padre, delegado, prefeito, cidadãos de paletó e gravata, desfilavam à frente da Lira. Meu avô, baixinho franzino, com a batura em punho, conduzia seus discípulos. (SAMPAIO, 1996. p.54)

No texto, através da música, “Pai Zé” aparece como homem respeitado e reconhecido pelas autoridades da cidade. Outros textos, que circulam sobre os sertões do Jacuípe, tratam da presença marcante de “escravos” e “negros” ligados à música. Freire (2007) narra o trabalho de uma banda de escravos pertencente a uma senhora de Feira de Santana, no século 19. Benevides (2006) aborda a formação dos grupos de Barbeiros do Pé de Serra que vinham animar as lavagens de São Roque, na primeira metade do século 20 – composta de “músicos negros”. No comando da Filarmônica Lira 8 de Setembro, o personagem José Tibúrcio, não mais classificado pela cor, embora baixinho e franzino, revertia momentaneamente o papel subalterno que lhe fora designado naquele tecido sociocultural. Apesar de submetido a mecanismos de exclusão, forjou alternativas de inserção social, manejando saberes-poderes valiosos naquele contexto. José Tibúrcio figura no texto como trabalhador honesto, no ofício de ferreiro, que se casou com uma mulher branca, de “boa família”; atinge o auge, nesse capítulo, através da música na regência da Filarmônica da cidade. As autoridades locais ocupam papéis de coadjuvantes na trama cujo protagonista é o maestro.

Conforme havia prometido no título do capítulo, era chegado o momento de contar o *Primeiro parto de Vovó*. Mais uma vez, o foco do enredo é deslocado para uma personagem feminina - a parteira Mãe Kalú: “uma escrava velha e experiente, mas não de conhecimento obstétrico, só credices” (SAMPAIO, 1996. p. 54). Penso que a denominação “escrava velha” seja mais um produto do costume do que condizente com a posição social da personagem no período. Pode-se nominá-la dessa forma por ela ter sido escrava ou liberta.

A personagem “Mãe Kalú” me lembra as narrativas que tratam do respeito e consideração que se costumava ter por aquelas mulheres, cuja profissão era trazer crianças ao mundo.

Mãe Kalú assume o comando da cena com um aviso: “Tá difícil “seo Zé Tibúrcio” mas vamos dar um jeito. Providencie uma medida de uma quarta que o moleque sai” (SAMPAIO, 1996. p 55). O tempo passava e o moleque teimava em permanecer no ventre de Hermira, testando a sabedoria da velha preta que, mais uma vez, solicitava do pai da criança: “me arranje outro homem que possa entrar no quarto com o senhor” e Zé Tibúrcio logo providenciava o pedido. Depois de três dias e de tantas tentativas a parteira deu o ultimato:

- Olhe, minha filha só tem mais um recurso. Se não der certo, só Deus, porque eu não sei mais o que fazer. “Seu” Zé traga um copo de cachaça com uma culé de pimenta do reino bem moída. Sinhá Azevedo providencie uma telha cheia de brasa, casca de alho, folha de arruda e fumo de corda. Ela acocada em cima das brasas. Quando mãe Kalu a fez tomar um copo de cachaça com pimenta-do-reino. Alguma coisa aconteceu talvez o calor tenha ajudado a dilatação, só sei que o menino nasceu. Nasceu morto. (SAMPAIO, 1996. p. 56)

Mais uma vez o nome da avó que criou José Tibúrcio aparece na trama; mãe Kalú solicita de Sinhá Azevedo instrumentos para a última tentativa. Depois de tomar a mistura de cachaça com pimenta-do-reino, Hermira (a vovó agora nomeada) adquire a força necessária e consegue parir o menino. O caso é contado de forma a fazer pensar que a experiência e conhecimento, “crendice” da escrava velha, foram essenciais para salvar a vida da avó da narradora. Crendice versus conhecimento obstétrico, conforme fora citado acima, está associado a práticas e conhecimentos de “pouco” prestígio social que podem ou não estar ligados a cultos religiosos não cristãos, por isso diferente dos rituais lastreados nos conhecimentos acadêmicos. Franco (2010; p. 7), em *Vivências religiosas e Práticas de Cura de Mulheres Parteiras* analisa, nas trajetórias de vida de mulheres que vivem nos municípios de Salvador e Lauro de Freitas, a relação existente entre as formas religiosas de matriz



africana e as práticas de cura por elas utilizadas no momento do parto. Ela argumenta:

Eram caboclas, portuguesas e negras velhas. Eram analfabetas, pertenciam a “última classe da sociedade”, muitas delas ex-meretrizes, que não duvidavam em prestar certos favores: “levavam debaixo da mantilha, capote ou baeta, cartas, presentes, filtros, feitiçarias de simpatia ou repulsão, de ventura ou desgraça”. Provocavam abortos, cometiam infanticídios e abandonavam nas ruas e nas estradas recém-nascidos. (SOUZA, 1998, 30 *apud* FRANCO, 2010, 17)

Perseguidas pela inquisição, associadas a magias, feitiçarias, práticas demoníacas as parteiras, de acordo com a argumentação de Franco (2010; 26), também foram perseguidas pela preleção médica: “Supersticiosas, charlatões e ignorantes, são alguns dos adjetivos que o discurso médico construiu ao longo da história da medicina no Brasil”. É comum nas narrativas de memórias jacuipenses se referirem à importância que as parteiras desempenhavam na comunidade. Conta-se que umas das mais famosas da cidade, D. Julieta, era a única negra que tinha assento reservado na Matriz de N. S. da Conceição nos tempos idos (SILVA, 2010, p. 26). De acordo com Edney Cana Brasil, a neta, a sua avó anotava num caderno a data e o nome das crianças que ajudava a trazer ao mundo.

Assim como as parteiras narradas por Franco (2010) a experiência e sabedoria de Mãe Kalú não se restringiam à condução do trabalho de parto. Iracema Sampaio ainda nos conta que, ao perguntar a avó por que ela só teve seis filhos, mais uma vez lembranças dos saberes da “escrava velha” são evocadas: “ela me ensinou que, com sal torrado, a mulher só tem os filhos que quer” (SAMPAIO, 1996, p. 26). Então a narradora conta os detalhes da prática contraceptiva utilizada pela avó, receita da sábia senhora: “A gente pega o sal grosso, mói até virar pozinho e aí põe no fogo, dentro de uma frigideira limpa, e mexe até ficar quase marrom. Guarda dentro de um frasco limpo e seco, de boca larga e tampa bem. Depois da camara-dagem, a gente usa “lá” (SAMPAIO, 1996, p.57).

No capítulo seguinte, intitulado “Avô bom era Pai Zé”, a autora narra a ascensão social do casal que a criou. Daí vem o designativo “pai”, pois ela era a primogênita de Verônica - filha mais velha do casal (Hermira e Zé Tibúrcio), que se acostumou desde cedo a ficar com os avós em Riachão do Jacuípe. Conta a trajetória de mais um casamento bem-sucedido na família e destaca o amor e lealdade cultivados pelos avós maternos: “Ele para fazê-la feliz, ao casar no civil, declarou idade maior do que a real pra não ficar mais novo que ela. Embora os negros envelheçam mais tarde, vovó sempre pareceu mais nova do que ele, vaidosa que era, cuidava-se muito e nunca deixou aparecer de todo o branco de seus cabelos” (SAMPAIO, 1996, p. 64). Em entrevista com o Sr. José Martins⁹ sobre o casal, ele disse que “Hermira era uma dona alva, vistosa”, que ela morava na Rua da Quixabeira, próxima da casa de professor Altino, D. Zizi Pereira, D. Angelina e de Alexandre Cana Brasil.

272

As memórias da relação do casal, na infância e juventude da escritora, é a matéria prima usada na contextura do capítulo, que delinea o prélio e as conquistas dos avós. Conta que, quando ainda era pequena, pai Zé ganhou um cartório; que sua avó já não vendia doces e bolos como no início da vida dos dois, eles já tinham uma lojinha de tecidos cujo nome era “A Boneca”, em homenagem a Tracema. Ela não revela de quem o avô “ganhou” o cartório. De ferreiro e músico aos 25 anos de idade, depois maestro da Filarmônica, pelas minhas estimativas, Zé Tibúrcio figura no texto como comerciante e dono de cartório, por volta dos 40 a 45 anos de idade. A cor do personagem já não é mais citada no texto. Ao que parece, a narradora lança mão da noção de “branqueamento” como estratégia de mobilidade social. Figueiredo (2002) relata que assimilar os valores da elite branca foi imprescindível para o negro brasileiro conseguir melhoria em sua posição socioeconômica.

Até a Constituição de 1988, era tradição os cartórios serem cedidos a famílias influentes de cada município brasileiro. No exercício dessa função, Zé Tibúrcio ocupa-se da escrita e armazenamento

9 Entrevista com José Martins de Oliveira, lavrador aposentado, 90 anos de idade, na Fazenda Lagoa do Curral – Município de Nova Fátima em 27 de maio de 2012.

de documentos. Trata-se de uma colocação de importância na sociedade jacuipense, um lugar de saber-poder “branco”. Nessa posição, o personagem Zé Tibúrcio já não pode ser classificado como subalterno. Protagoniza narrativas do tipo:

Quando finada Didi casou, eu fui com minha mãe para o Riachão para comprar os apreparo. Olhou tudo, comprou na loja de tecido de José Tibúrcio. Escute bem: comprou mais não pagou. Deixou lá e voltamo pra casa pra fazer o dinheiro. No dia eu fiz o pagamento e ele me deu um feixo de dinheiro. Quando eu fui recorrer o dinheiro... minha mãe disse você vai tornar levar esse dinheiro a ele. Cheguei lá ele disse: O que é que aí? Eu lhe dei o dinheiro. Ele disse: Eu que fiz isso meu filho? Pegou o dinheiro e contou. Disse: Quem nasce para ser gente vai morrer gente. Aí me perguntou: Você tem registro? Eu disse não. Ele disse: - Pois então eu vou fazer o seu registro. Me deu 2 mil réis e disse: Você vai na prefeitura e dá o visto¹⁰.

273


Em entrevista com o Sr. José M. de Oliveira lhe perguntei se ele ouviu falar de Zé Tibúrcio, ele imediatamente me contou o caso acima transcrito, mas antes fez questão de confirmar: “Funcionário do registro? Foi ele que me registrou¹¹”. Confesso que fiquei surpresa com a narrativa do registro civil. Zé Tibúrcio, dono de loja e de cartório, em vez do troco, deu para o *meu vô Zé* “um mói de dinheiro”. Em reconhecimento à atitude de meu avô, ele providenciou o seu registro quando já contava com 18 anos de idade.

Quando inquiri o entrevistado sobre a cor de Zé Tibúrcio, ele respondeu: “Hermira era muito alva, ele era mais escuro. Prof. Altino era mais escuro que ele. O povo era mais moreno mesmo, os branco que tinha era pouco... era Pedro Paulo, casado com a filha de Orélio”. Já Mestre Cosme, vendedor de coalhada, figura como escuro, preto. Criolo, moreno, escuro, pardo, preto, negro é parte do inventário de cores apresentado n’algumas narrativas orais e silen-

10 Entrevista com José M. de Oliveira, 2012. op. cit.

11 Idem

ciado em grande parte das escritas, sobre a população *não branca* de Riachão do Jacuípe, em meados do século 20.

A avó Hermira, de Iracema Sampaio, como tantas outras mulheres do Riachão de outrora, criava porcos na beira do rio Jacuípe (SILVA, 2010. p. 24). Segundo a autora, tinha dia de matança que chegaram a abater 40 animais. Numa dessas oportunidades, Iracema ganhou um relógio de ouro. Esses e outros tantos mimos marcaram a convivência da autora com os avós maternos. Ela prossegue na apresentação das conquistas da família:

Nós não éramos ricos, nem meu avô possuía qualquer patente da Guarda Nacional, mas tínhamos todo o conforto que os coronéis da época usufruíam, ou mais. A cidade não tinha luz elétrica, mas nós tínhamos gerada por um catavento instalado no quintal para esse fim e para carregar os acumuladores para o nosso rádio. Tivemos o primeiro toca-disco elétrico e automático da cidade e em nossa discoteca não faltavam os últimos sucessos de Dalva de Oliveira, Vicente Celestino, Trio Iraquitã, Cauby, Silvio Caldas, Luiz Gonzaga [...] Na biblioteca da Prefeitura, meu tio retirava livro pra ler e eu pegava carona. O Cruzeiro e Manchete éramos fregueses certos. (SAMPAIO, 1996, p. 60)

Nesse mote da trajetória familiar, a autora compara/confronta o personagem de seu avô, que anteriormente fora caracterizado como negro rejeitado pela família branca da futura esposa, com os coronéis locais (cujos nomes e sobrenomes sequer são inscritos na narrativa). Lança a provocação e adentra no campo do enfrentamento com os demais construtores de memórias do lugar. Posiciona sua família na dianteira do processo de modernização de Riachão do Jacuípe. Acentua a passagem do rural para o urbano, e como as mudanças socioeconômicas incidiam nos lugares de poder: “As pessoas de mais posses não usavam bancos na igreja, pois tinham seus genuflexórios. Eram três os nossos” (SAMPAIO, 1996. p. 61). Integrantes da família Sampaio ouviam rádio, liam livros e revistas, compravam na praça de Feira de Santana tecidos importados para uso familiar e para vender na loja deles que, na época, já tinha uma filial.

É saliente o impulso pela tessitura de outra trajetória, diversa da dos proprietários de terras. Sampaio alinhava o texto de modo a construir centralidade para os personagens comerciantes, como Pai Zé, a avó, o bizavô e os tios. Conta ainda que, quando seu avô foi atingido pela febre tifoide, ela passou a auxiliar no cartório e na loja. Recobrada a saúde, ele comprou cinco bicicletas e abriu a Agência Iracema de aluguel de bicicletas. Relata com detalhes esse aprendizado e afirma: “Só depois foi que descobri que toda vida fui vendedora” (SAMPAIO, 1996. p. 64). O foco da narrativa é a própria escritora, seus personagens são manuseados e constituídos por palavras no afã de seduzir o leitor à versão que tece de si.

Considerações finais

No curso de sua *Andança*, Iracema Sampaio modela escravas, escravos, a escrava parteira de propriedade de Sinhá Matilde, similares aos cativos do domínio dos Mascarenhas (SOARES, 2011) e até tece uma credence e algumas sabedorias para mãe Kalú. Apresenta crioulos pobres da sua parentela: Sinhá Azevedo e José Tibúrcio. A distância em relação a primeira não se compara à admiração devotada ao segundo, a “Pai Zé”. Sinhá Azevedo entra pobre e rapidamente desaparece na trama, sequer recebe o título de bisavó. As avós brancas, abastadas, transgressoras, são exemplos para Iracema Sampaio – assim como elas, a narradora ousou romper regras, desobedecer a costumes. O protagonista José Tibúrcio é enredado num movimento de ascensão cuja memória igualmente serve de balsamo fortalecedor à empresária, comerciante. Para tanto, a narradora foi colocando “máscaras brancas” na “pele negra”¹² de “Pai Zé”.

Referências

- BENEVIDES, Lourdisnete. *A Louvação das Prostitutas de Riachão do Jacuípe ao Glorioso São Roque*. Salvador: EGBA, 2006.
- BOAVENTURA, Eurico A. *Fidalgos e Vaqueiros*. Salvador: Edufba, 1987.
- FERREIRA, Elisângela O. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias*

12 Ver Fanon (2008).

familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX. Salvador: Tese de Doutorado UFBA, 2007.

FANON, Franz. *Peles negras, máscaras brancas*. Salvador: EDUF BA, 2008.

FIGUEIREDO, Angela. *Novas Elites de Cor: Estudo sobre os Profissionais Liberais Negros de Salvador*. São Paulo Annablume, 2002.

FRANCO, Silene A. *AUÔ: Segredo de mulheres parteiras: Trajetórias históricas, vivências religiosas e práticas de curar de mulheres parteiras – Salvador e Lauro de Freitas*. Santo Antônio de Jesus-BA: Dissertação de Mestrado, 2010.

FREIRE, Luiz Cleber M. *Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana (1850-1888)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

NEVES, Erivaldo F. *Sampauleiros e traficantes: comércio de escravos do sertão da Bahia para o Oeste Cafeeiro Paulista*. Afro-Asia. Salvador, n.24, p. 97-128, 2000.

PROENÇA FILHO, Domicio. “A trajetória do negro na literatura brasileira.” *Estudos avançados 50, dossiê “O negro no Brasil”*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2004. Disponível em http://www.uel.br/pos/letras/terraroja/g_pdf/vol17B/TRvol17Ba.pdf, acesso set. 2012.

SAMPAIO, Iracema. *Andança*. Campo Grande: Executivo Publicações, 1996.

_____, *Rua da Quixabeira: Uma dúzia de casos*: Campo Grande: Editora Saber, 2006.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SILVA, Marinélia S. *Memórias em Conflito ou “Padre não deve se meter em política”*. São Paulo: Ed. Nelpa, 2010.

_____. Escravos numa história escrita em cordel. In: CLOUX, R. e MELO, I. F. C. (orgs.) *Sete esquinas: Panoramas sócio-culturais nas Ciências Humanas*. Salvador: Kawo-Kabiyesile, 2013.

SOARES, Amarílio. *Histórias de Riachão do Jacuípe*. Feira de Santana, s/i. 2010.



A teia literária de culturas políticas do século XIX: o caso de Maria Firmina dos Reis e o lugar da mulher na sociedade oitocentista do Brasil

Benigna Ingrid Bezerril*

Resumo

Maria Firmina dos Reis foi uma escritora e professora nascida no Maranhão no século XIX conhecida por seus temas antiescravistas e pelas críticas ao lugar da mulher na sociedade do século XIX. O presente artigo analisa a voz feminina de Maria Firmina dos Reis no meio literário, buscando perceber a partir de suas ideias diretas e de representações de personagens femininas possíveis leituras da sociedade da época no tocante ao lugar das mulheres em tal conjuntura.

Palavras-chave: Maria Firmina dos Reis; mulheres; cultura política.

277


* Graduada em História (Licenciatura) e Mestra pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: ingred.bezerril@outlook.com.

The literary web of 19th century political cultures: the case of Maria Firmina dos Reis and the place of women in the Brazilian society of 19th century

La red literaria de las culturas políticas del siglo XIX: el caso de María Firmina dos Reis y el lugar de la mujer en la sociedad brasileña del siglo XIX

Abstract

Maria Firmina dos Reis was a writer and teacher born in Maranhão in the 19th century known for her anti-slavery themes and criticism of the place of women in 19th century society. This article analyzes the female voice of Maria Firmina dos Reis in the literary world, searching to understand, from her direct ideas and representations of female characters, possible readings of society at the time regarding the place of women at that juncture.

Keywords: Maria Firmina dos Reis; women; political culture.

Resumen

Maria Firmina dos Reis fue una escritora y docente nacida en Maranhão en el siglo XIX conocido por sus temas contra la esclavitud y sus críticas al lugar de la mujer en la sociedad del siglo XIX. Este artículo analiza la voz femenina de Maria Firmina dos Reis en el mundo literario, buscando comprender, a partir de sus ideas directas y representaciones de personajes femeninos, posibles lecturas de la sociedad de la época sobre el lugar de la mujer en esa coyuntura.

Palabras clave: María Firmina dos Reis; mujer; cultura política.



No ensaio *Um Teto Todo Seu*, publicado pela primeira vez em 1929, Virginia Woolf traz reflexões sobre as mulheres no mundo da ficção ou sobre a ausência delas. Woolf, ao refletir sobre a condição das mulheres até o século XIX e qual relação de tais condições com as bibliotecas fantasmas de escritos por e sobre essas mulheres, traz a discussão sobre como a mulher era representada na literatura sob a ótica dos homens:

O professor Trevelyan só está dizendo a verdade quando observa que as mulheres de Shakespeare não parecem carentes de personalidade e caráter. Não sendo historiadores, podemos até ir mais longe e dizer que as mulheres brilharam como fachos luminosos em todas as obras de todos os poetas desde o início dos tempos – Clitemnestra, Antígona, Cleópatra, Lady Macbeth, Fedra, Créssida, Rosalinda, Desdêmona e a duquesa de Malfi, entre os dramaturgos; entre os prosadores, Millamant, Clarissa, Becky Sharp, Ana Karênina, Emma Bovary, Mme de Guermites -, os nomes afluem à mente em bandos, e não lembram nem um pouco mulheres “carentes de personalidade e caráter”. De fato, se a mulher só existisse na ficção escrita pelos homens, poderíamos imaginá-la como uma pessoa da maior importância: muito versátil; heroica e mesquinha; admirável e sórdida; infinitamente bela e medonha ao extremo; tão grande quanto o homem e até maior, para alguns. Mas isso é a mulher na ficção. Na realidade, como assinalada o professor Trevelyan, ela era trancafiada, surrada e atirada no quarto.

Uma criatura muito estranha, complexa, emerge então. Na imaginação, ela é da mais alta importância; em termos práticos, é completamente insignificante. [...] Domina a vida de reis e conquistadores na ficção; na vida real, era escrava de qualquer rapazola cujos pais lhe enfiassem uma aliança no dedo. Algumas das mais inspiradas palavras, alguns dos mais profundos pensamentos saem-lhe dos lábios na literatura; na vida real, mal sabia ler e escrever e era propriedade do marido (WOOLF, 1985, p. 55-56).

As reflexões de Virginia Woolf direcionam para a representação das mulheres por parte dos homens e de como essas personagens da literatura são dissonantes das mulheres reais. Para além de uma lacuna histórica da qual Woolf também comenta em seu ensaio, é possível verificar essa discrepância entre as mulheres escritas pelos homens e as da vida real a partir do momento em que as mulheres começaram a ocupar espaços, mesmo a contragosto, os quais não eram destinados a elas.

No século XIX do Brasil, quando Nisia Floresta publicou seu livro *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (1832), uma tradução livre de *A Vindication of the Rights of Woman* de Mary Wollstonecraft, tinha-se então um escrito em português o qual tratava do direito das mulheres à instrução e ao trabalho, naquele espaço da escrita exigia-se que as mulheres fossem “consideradas inteligentes e merecedoras de respeito” (DUARTE, 2003, p.153). Constância Duarte explica que Nisia Floresta teria identificado que as desigualdades relacionadas à inferiorização das mulheres seriam uma construção sociocultural. Nessa conjuntura, Duarte analisa que Floresta enxergaria que homens se beneficiariam da opressão feminina. Ela ainda aponta que Nisia não apresenta apenas uma tradução convencional, mas sim “assimila as concepções estrangeiras e devolve um produto pessoal em que cada palavra é vivida e os conceitos surgem extraídos da própria experiência” (DUARTE, 2003, p. 154).

Nos últimos momentos do mesmo século, a potiguar Auta de Souza releva personagens femininas que também não são apresentadas da forma como as dos poetas e dramaturgos mencionados por Virginia Woolf. *A noiva*, poema de Auta publicado no *A República de Natal* em 1894, por exemplo, apresenta uma noiva descrita da seguinte forma:

E a noiva passa assim casta e nervosa
A cabecinha pálida inclinando...
Da capela uma flor vem resvalando
Pela macia frente perfumosa

Sem tirá-la e levando a mão ao rosto,
E fita sua mãe cheia de amor,



Sente-se presa de infantil desgosto [...] (SOUZA, 2009, p. 270).

Aqui, a poetisa descreve sua noiva “presa de infantil desgosto”, caminhando para o altar. Zélia Lopes observa o seguinte: “Auta de Souza descreve apenas as duas mulheres, mãe e filha. A mãe relembra a mesma imposição vivida por ela” (LOPES, 2018, p. 20). Mais uma vez, a representação de mulheres no espaço literário construído por uma mulher não corresponde àquela citada por Woolf. A noiva autiana, quando investigada a sociedade oitocentista, parece condizer mais com a realidade da condição de sujeito subalternizado¹ (SPIVAK, 2010).

Nísia Floresta e Auta de Souza são dois exemplos do século XIX do Brasil que tomados à luz das reflexões já expostas de Virginia Woolf podem nos fazer pensar sobre como a representação da mulher na literatura pode alcançar expressões diversas a partir de quem a constrói. Todavia, algumas dessas representações não condizem com a conjuntura social na qual foi escrita ou falam de personalidades que parecem ser exceções à regra, as quais escapam do caráter real da condição na qual as mulheres estiveram submetidas durante vários séculos. Em contrapartida, a leitura de obras escritas por mulheres pode nos dar pistas mais condizentes sobre quais espaços o feminino ocupava e sobre os condicionamentos do patriarcado sobre a vida de inúmeras mulheres.

Se tratando do século XIX brasileiro, junto a Nísia Floresta e Auta de Souza, elenca-se nesta leitura Maria Firmina dos Reis, a qual será elemento de análise do presente texto. Assim como Nísia e Auta, mas certamente entre estas os meios foram diversos para alcançar tal faceta, Firmina conseguiu apropriar-se das letras e, bem como suas colegas de escrita, tornou seu espaço literário uma possibilidade de análise sobre como as mulheres enxergavam a sociedade na qual viviam, bem como transformaram a educação,

1 Gayatri Spivak indica que “subalternizado” diz respeito a grupos marginalizados da sociedade. Tal condição apresenta-se na história a partir das categorias de raça, classe, gênero dentre outras. Spivak explica que a condição subalterna indica não poder falar por si próprio e não ter uma representação de si mesmo (SPIVAK, 2010).



elemento de exclusão,² em arma para deixar seus registros, pensamentos e vozes femininas denunciantes. Reis nasceu em 1822, no Maranhão. Tornou-se professora das primeiras letras e é creditada com primeira romancista mulher brasileira com seu livro *Úrsula* de 1859. Firmina dos Reis era mulher e negra, ocupou espaços que não lhes eram destinados, bem como vem sendo reconhecida nas últimas décadas por suas representações no espaço literário.³

O presente artigo tem como objetivo analisar a voz feminina de Maria Firmina dos Reis no meio literário, buscando perceber a partir de suas ideias diretas e de representações de personagens femininas possíveis leituras da sociedade da época no tocante ao lugar das mulheres em tal conjuntura. Assim, Firmina dos Reis aparece como parte de uma teia de mulheres que começaram a escrever no século XIX, como foi possível perceber a partir dos exemplos de Nísia Floresta e Auta de Souza. A escrita oferece pistas sobre a sociedade na qual quem escreveu viveu, bem como sobre sua experiência e olhar acerca de tal contexto. Como afirmam Bárbara Daibert e Tatiane de Moraes: “Maria Firmina dos Reis foi uma mulher de opinião forte e posicionamento abolicionista, participou ativamente da vida intelectual maranhense escrevendo para a imprensa local, publicando livros e participando de antologias e movimentos políticos” (DAIBERT; MORAIS, 2020, p. 77).

Busca-se, ao elencar Nísia e Auta primeiramente para então abordar Maria Firmina dos Reis, figura central da presente análise, perceber uma cultura política no meio literário do século XIX no que diz respeito a mulheres escrevendo, ainda que a contragosto de muitos, e denunciando, quando não abertamente, mas nas en-

- 2 A educação culta era voltada para os homens. No caso das mulheres, quando ocorria, a educação tinha como objetivo a formação de esposas e mães. Como indica Norma Telles, o século XIX é considerado o século do romance, bem como o período no qual as mulheres começaram a demonstrar grande força na escrita. Todavia, apesar de haver a participação de algumas mulheres em espaços públicos, essa presença tendia a ser mal vista (TELLES, 2018).
- 3 Régia Agostinho, por exemplo, elogia o protagonismo dado ao negro escravizado na literatura firminiana. Agostinho observa que Maria Firmina dos Reis não representou o escravizado como uma mera vítima da sociedade, inerte nela, mas sim, como indivíduo crítico (AGOSTINHO, 2011). Eduardo Duarte, por sua vez, indica o pioneirismo de Firmina dos Reis como “primeira afrodescendente a publicar um romance no Brasil.” (DUARTE, 2018, p. 223).



trelinhas, uma sociedade patriarcal. Não apenas isso, mas também é possível perceber a atuação política dessas mulheres quando colocam seus escritos em circulação, subvertendo a “ordem natural” socioculturalmente construída das coisas. Para tal análise, já considerando as breves explicações acerca de suas coetâneas Nísia Floresta e Auta de Souza, serão analisadas algumas personagens de Maria Firmina dos Reis do romance *Úrsula* (1859) e do conto *A Escrava* (1887). Também será analisado o prólogo do referido romance, a fim de que seja possível perceber algumas concepções da autora acerca do espaço o qual ela buscou transitar ao publicar sua obra.

Como a reflexão de Virginia Woolf que abre o presente trabalho indica, as representações de mulheres na ficção por parte de homens conferem uma larga dissonância da realidade social de tais sujeitos. Por sua vez, os escritos de mulheres, quando estes aparecem, especialmente no século XIX, trazem representações do feminino os quais carregam outras leituras de sociedade.

Quando Linda Nochlin, historiadora de arte, problematiza com “por que não houve grandes mulheres artistas?” (NOCHLIN, 2016, p. 3), ela traz uma tentativa de resposta que, embora não seja suficiente, parece razoável. Essa resposta diria respeito a um “estilo feminino” que poderia envolver a produção artística das mulheres. Como já mencionado, essa resposta não é suficiente, mas é razoável na medida em que “em geral, a experiência e a situação da mulher na sociedade – e logo, a da artista – é diferente da do homem” (NOCHLIN, 2016, p. 5). Aqui, é possível chamar atenção para como a experiência pode e certamente conduz olhares e expressões. Como bem elucida Djamila Ribeiro acerca do lugar de fala, o lugar social do indivíduo influencia seu discurso. O lugar ocupado por uma mulher a faz ter experiências e perspectivas distintas. No caso da mulher negra, esses elementos se diferem da mulher branca ou do homem negro, vale ressaltar (RIBEIRO, 2017).

Assim, a literatura se mostra como espaço construído por discursos os quais estão intrincados de interferências da experiência do indivíduo que o constrói. A escrita, assim, é aferida, de acordo com Aleida Assmann, como suporte e meio de eternizar memórias (ASSMANN, 2011) bem como se apresenta como “atividade concreta que



consiste, sobre um espaço próprio, a página [...] página em branco: um ‘espaço próprio’ circunscreve um lugar de produção para o sujeito” (CERTEAU, 1994, p. 204).

Tomando tais considerações feitas até então, pode-se voltar-se ao conceito de “cultura política” para pensar a circulação de ideias de mulheres no século XIX do Brasil, analisando o caso de Maria Firmina dos Reis não isoladamente, mas como parte de uma teia a qual ainda não pode-se chamar de “consciente” ou “coordenada”, todavia, há indícios dessa produção, como já exemplificado a partir de Nísia Floresta e Auta de Souza.

Para pensar o conceito de cultura política é importante ressaltar a renovação da história política, bem como da renovação de perspectivas acerca das fontes para o ofício do historiador⁴. Acerca das fontes, especialmente, tem-se a literatura como elemento de análise. Antonio Celso Ferreira afirma que “devem interessar à pesquisa histórica todos os tipos de textos literários, na medida em que sejam vias de acesso à compreensão dos contextos sociais e culturais” (FERREIRA, 2009, p. 71).

Como a cultura política pode dialogar com a presente proposta? Quais as perspectivas atuais da história política? O que ela é? Eliana Dutra aponta Serge Berstein o qual indica a relação do ator política e do conjunto de referências e representações compartilhadas por um grupo, tal sistema de representações, portador de normas e valores constituintes de grandes famílias políticas, seria a cultura política para o autor. Eliana Dutra, ainda se detendo a Berstein, indica que este lança mão, em seu projeto analítico, da memória como importante elemento de análise das culturas políticas sendo estas também “codificadas e transmitidas pela memória” (DUTRA, 2002, p. 26-27).

A história nova critica o caráter engessado da história política que busca o político única e exclusivamente nas ligações diretas com o Estado, isolando diversos grupos e expressões da categoria política.

4 Jacques Le Goff ao refletir sobre a história nova, critica a história política (indicando a luta dos Annales, com Lucien Febvre e Marc Bloch, contra tal categoria) pela perspectiva do modelo da história-narrativa, a qual abordaria seus objetos de estudo de forma superficial e sem considerar a pluralidade das causas (LE GOFF, 1990). No presente trabalho, o conceito de cultura política parte da renovação da história política, a qual busca perspectivas contrárias às criticadas pela história nova.

Todavia, no campo da renovação da perspectiva de tal categoria da história, Rémond indica que “poucos domínios escapam da política” (RÉMOND, 1994, p. 17). Ele também sugere uma defesa do historiador político que por vezes foi acusado de só ter interesse em um pequeno grupo que, geralmente, tinha ligação com o Estado. O autor aponta que pensar o político desta forma é reduzi-lo e que quando há interesse apenas por uma elite, a história política parece muito limitada. Ele indica o seguinte: “se refletirmos, veremos que o político não interessa subjetivamente apenas aos políticos profissionais, nem se reporta objetivamente só a eles” (RÉMOND, 1994, p. 17) e ainda pode-se dizer que “nem tudo é político, que não se deve reduzir tudo à política, que o político não está sozinho e isolado, mas guarda relações com o resto, com as demais expressões da atividade humana e com a sociedade civil.” (RÉMOND, 1994, p. 19).

Rodrigo Motta, ao discutir estudos que buscam renovar os horizontes sobre a cultura política, afirma que inspirados em Bershtein e Sirinelli, os historiadores franceses buscam pela pluralidade das culturas políticas, enfatizando, por exemplo, as diferenças dentro de um mesmo espaço nacional e até mesmo as disputas de espaço. Aqui, entra a reflexão acerca de conceber a cultura política plural e a singular, não procurando pensá-las como incompatíveis, mas elencando uma categoria para analisar determinado recorte (MOTTA, 2014). Pensando na pluralidade de culturas políticas em um território, pode-se apontar, por exemplo, escritos⁵ que façam manutenção de ideias patriarcais,⁶ bem como outras expressões da sociedade, assim como é possível, coetaneamente e no mesmo território, existir uma teia de produção literária que direta ou indiretamente denuncie a subalternização das mulheres e reivindique determinados espaços.



5 No artigo “Retratos” de mulheres na literatura brasileira do século XIX, Silvana Lopes analisa representações das mulheres de caráter tradicional e depreciativo, a partir de uma ótica masculina (LOPES, 2011).

6 Sobre o conceito: “o patriarcado é um conceito que surge inicialmente para designar um regime de organização familiar, onde o pai, como chefe, tinha poder irrestrito sobre os membros da família. [...] No interior da teoria feminista, tal conceito surge para denominar as relações desiguais de dominação dos homens sobre as mulheres.” (ALMEIDA, 2010, p. 23).

Tendo escritos como fonte a qual pode-se pensar enquanto espaço político, Magno Santos aponta que os livros dão indícios para estratégias de difusão de culturas políticas uma vez que tais narrativas podem ser concebidas “como um importante instrumento de difusão dessas leituras comuns de passado e projetos de futuro” (SANTOS, 2017, p. 106). Assim, os livros, como suporte da memória, podem guardar a construção de uma leitura de sociedade comum a determinado grupo identitário, corroborando, assim, para uma teia de escritos de cultura política comum.

Outro exemplo para se pensar os escritos como espaço de culturas políticas é a análise de Paul Juan Vásquez sobre a historiografia do século XIX latino-americano. Seguindo pela ideia de renovação da história política, Vásquez também afirma que a nova história política direciona o olhar aos discursos dos grupos “menores” do “jogo político” evidenciando-os a partir de diversas expressões no espaço público. Tal renovação diz respeito à atenção “nos comportamentos políticos de diferentes conjuntos dentro da sociedade” (VÁSQUEZ, 2018, p. 28).

O século XIX, em sua ambiguidade⁷, é permeado por mulheres que começaram a escrever. Tal escrita, ainda que apareça timidamente ou sofra duras críticas, é um espaço primordial de denúncias da sociedade. Como já mencionado, proponho observar a manifestação de vozes femininas nos escritos do oitocentos. Pode-se citar Nísia Floresta e Auta de Souza como mulheres que em seus escritos mostraram observações sobre o lugar da mulher na sociedade oitocentista. Nesse contexto, ao elencar Maria Firmina dos Reis para análise principal, pode-se pensar que a autora trouxe em sua literatura uma leitura de sociedade que partiu de determinado lugar de fala e experiência. Essa leitura pode ser analisada a partir de duas perspectivas: o fato de em suas obras as vozes femininas denunciarem diversas conjunturas da sociedade do oitocentos e a exposição do lugar da mulher em tal sociedade, especificamente, a partir do prólogo do seu romance e da personagem Úrsula.

7 Norma Telles indica que o século XIX foi o século do romance e momento em que as mulheres passaram a mostrar maior expressão no meio literário, todavia, no oitocentos as mulheres também “eram excluídas de uma efetiva participação na sociedade, da possibilidade de ocuparem cargos públicos, de assegurarem sua própria sobrevivência e até mesmo impedidas do acesso à educação superior” (TELLES, 2018, p. 408).



Vásquez apresenta algumas investigações dedicadas ao estudo e desenvolvimento das culturas políticas peruanas no século XIX. Ele aponta que o republicanismo é um dos temas que atravessam os textos de história política acerca do século XIX peruano. O autor diz que há a presença, no mencionado século, de um “completo movimento de difusão local dos valores, crenças, atitudes, mitos e práticas republicanas” (VÁSQUEZ, 2018, p. 39). No caso do século XIX brasileiro, no que diz respeito ao lugar da mulher, é possível ver uma cultura política que reivindicava espaços e denunciava uma conjuntura social a qual privava a mulher de determinados papéis. Essa cultura política não anula, vale ressaltar, a presença de uma ou de várias outras culturas políticas que faziam a manutenção do patriarcado em diversas expressões, incluindo a literatura.

Uma voz que compõe a teia: Maria Firmina dos Reis

287



Esta parte do trabalho dedica-se a analisar três enunciados de Maria Firmina dos Reis: o primeiro diz respeito à senhora abolicionista do conto *A escrava* (1887); o segundo trata-se da personagem Úrsula do romance homônimo (1859); e por fim o prólogo do mencionado romance.

Retomando a Eliana Dutra, é pertinente pensar que as culturas políticas podem ser transmitidas pela memória e a escrita é considerada um meio eternizador desta (ASSMANN, 2011). Assim, eis o enunciado da senhora abolicionista de Maria Firmina dos Reis, uma experiência histórica de cultura política no Brasil.

— Admira-me, – disse uma senhora de sentimentos sinceramente abolicionistas; – faz-me até pasmar como se possa sentir, e expressar sentimentos escravocratas, no presente século, no século dezenove! A moral religiosa e a moral cívica aí se erguem, e falam bem alto esmagando a hidra que envenena a família no mais sagrado santuário seu, e desmoraliza, e avilta a nação inteira! (REIS, 2018, p. 164).

Como bem elucida Rodrigo Motta, as culturas políticas são plurais em determinado território. Elas podem coexistir e se expressa-

rem pelo mesmo meio. Essa passagem do conto *A escrava* de Maria Firmina dos Reis, escrito em 1887, nos releva uma voz abolicionista e feminina demonstrando aversão à sociedade ainda escravocrata da época. Além disso, lançando mão da referência de temporalidade, podemos observar que o conto foi escrito um ano antes da *Lei Áurea* do Brasil e o enunciado aqui exposto pode nos relevar a movimentação abolicionista do contexto em que Firmina deu voz à sua senhora abolicionista.

Para além da análise acerca das denúncias à escravidão e das culturas políticas plurais existentes na época, tendo em vista a existência de uma parcela pró-escravista e outra abolicionista e de tais ideias serem expressas em meios culturais como a literatura, por exemplo, pode-se ressaltar o fato de a denúncia sobre o escravismo se dá a partir da voz feminina da senhora abolicionista de Maria Firmina dos Reis. Em uma sociedade em que o espaço público e, conseqüentemente, o político era negado às mulheres ou estas eram mal vistas quanto caminhavam por tais esferas, Firmina dos Reis elege as mulheres de sua literatura para falar da sociedade do oitocentos. É possível, assim, percebê-la enquanto parte de uma produção literária do século XIX que trazia esses retratos da sociedade a partir da perspectiva feminina.

O romance *Úrsula* (1859) é especialmente elogiado em virtude de sua representação dos escravizados, sendo o lugar de fala de Maria Firmina dos Reis, enquanto mulher negra, elemento de extrema importância para pensar na sua leitura de sociedade possivelmente expressa a partir da construção de seus personagens. Aqui, a perspectiva do lugar da mulher na sociedade é notória também. O romance é uma tragédia a qual se dá a partir de um mesmo algoz: um homem, o tio de *Úrsula*, que tira dela tudo o que lhe era precioso em nome de um amor incestuoso e destrutivo. O capítulo XX da obra, especialmente, traz o retrato de *Úrsula* padecendo após todo o sofrimento que lhe aconteceu, ocasionado pela perseguição do comendador Fernando P.: “*Úrsula* sorria, afagando invisível sombra, mas esse sorriso era débil e vaporoso – era o derradeiro esforço de uma alma que está prestes a quebrar as prisões do corpo” (REIS, 2018, p. 133). A partir da sucessão de tragédias ocorridas com *Úr-*



sula, com sua mãe e com os escravizados que tentaram lhe ajudar, cujo culpado era um mesmo homem, o seu tio, pode-se aferir que a desfortuna seria o único destino possível de uma mulher na conjuntura da sociedade em que Firmina dos Reis escreveu.

Adriana de Oliveira, ao analisar Úrsula e outras personagens mulheres da obra homônima, diz o seguinte: “A partir da representação da maioria das figuras femininas presentes em Úrsula, podemos encontrar também, em vários aspectos uma visão crítica daquela sociedade no que se refere ao lugar ocupado pelas mulheres e ao tratamento dispensado a elas” (OLIVEIRA, 2007, p. 73).

Outro enunciado pertinente para se pensar as denúncias quanto ao lugar imposto às mulheres no oitocentos é o que envolve o ex-escravizado Túlio, o qual recebera sua liberdade das mãos do jovem branco Tancredo como gesto de gratidão pelo fato do primeiro ter salvado a vida do segundo. A voz narradora faz o seguinte comentário: “E Úrsula invejava vagamente a sorte de Túlio e achava maior ventura do que a liberdade poder ele acompanhar o cavaleiro [Tancredo]” (REIS, 2018, p. 30). Para Oliveira, o romance faria críticas aos limites impostos às mulheres, sendo estas subalternizadas na sociedade oitocentista tal como eram os negros escravizados, estando ambos em aprisionamento. Ela afirma:

Considero Úrsula um romance sobre a opressão que a mulher do Brasil oitocentista sofria, por pertencer a uma sociedade patriarcal na qual a mulher, na maioria das vezes, vivia completamente isolada, sem direito a participar do espaço público e alijada da vida cultural, política e social. E também um romance sobre a violência da escravidão provenientes da África e seus descendentes, cujos opressores eram os mesmos senhores que oprimiam as mulheres, aliando, assim à denúncia do machismo e do racismo (OLIVEIRA, 2007, p. 93).

Para encerrar a presente análise, será abordado o enunciado que diz respeito também ao romance Úrsula. Maria Firmina dos Reis, no prólogo de seu romance, também se expressa de maneira a dar indícios dessa leitura de sociedade a qual remete a uma conjun-

tura de dominação masculina e inferiorização da mulher, bem como apresenta retratos do lugar da mulher, especialmente no que diz respeito ao espaço público e à educação:

Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume.

Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem; com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo (REIS, 2018, p. 12).

290



É pertinente retomar aqui as reflexões iniciais feitas a partir do ensaio de Virginia Woolf. Ela denuncia que na imaginação de algumas obras feitas por homens, especialmente as que vão até o século XVII, as mulheres apareceriam como dominadoras e de alta importância. Entretanto, essa figura “em termos práticos, é completamente insignificante” (WOOLF, 1985, p. 56). Outro ponto encontrado na literatura já no século XIX no recorte do Brasil, é o que Silvana Lopes, aqui já mencionada, indica:

A literatura de ficção do século XIX expressava, explícita ou implicitamente, um caráter pedagógico, espelhando e difundindo comportamentos femininos socialmente desejáveis.

Havia um modelo que se impunha quanto ao papel social de mulher: o de esposa e mãe. Esse modelo permeia todos os romances, independentemente da filiação literária e das diferenças nas posições políticas assumidas ou historicamente atribuídas a seus autores.

Por que romancistas tão distintos reforçariam, direta ou indiretamente, o mesmo modelo social de mulher e veiculariam um mesmo padrão de comportamento? A contextualização histórica sugere que a sociedade

continuava a exigir esses mesmos papéis sociais, apesar das mudanças pelas quais passava (LOPES, 2011, p. 136-137).

A partir dos pontos indicados por Woolf e por Lopes é possível identificar uma dupla desfiguração da imagem das mulheres na ficção: uma que, quando as mulheres aparecem enquanto personagens na literatura, são representadas como dominadoras e poderosas; outra, mediante as reivindicações de espaço, como sugere Lopes, os autores promovem um discurso que buscaria “colocar a mulher em seu devido lugar”, fazendo assim uma rede de escritos os quais buscam por moldar a mulher ideal, para que os leitores e possíveis leitoras não sejam encorajadas a emancipar suas ideias.

Ainda se tratando do ensaio *Um Teto Todo Seu*, Woolf aponta que as mulheres eram recebidas na sociedade como alguém incapaz intelectualmente de produzir e que nada de bom poderia sair delas. A opinião masculina voltava-se, hegemonicamente, a isso. Algo que é possível notar no prefácio de Olavo Bilac para o livro de poemas *Horto* de Auta de Souza.⁸ Maria Firmina dos Reis não deixa de colocar tal percepção em seu prólogo. A autora se coloca no lugar de alguém com educação pouca, algo que por si só já denunciaria a condição educacional das mulheres no oitocentos. Ela faz questão de ressaltar que aquela obra foi escrita por uma mulher, “e mulher brasileira” (REIS, 2018, p. 13). Além disso, ela aponta os homens como grandes críticos e, por que não dizer, censuradores das mulheres que buscam o espaço das letras, ela ressalta que seu romance é “sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem” (REIS, 2018, p. 13). Essa “correção” a qual caberia aos homens, bem como o que Firmina dos Reis diz sobre o “riso mofador” (REIS, 2018, p. 13) pelo qual seu livro poderia passar em muito tem consonância com as reflexões de Virginia Woolf sobre as opiniões masculinas acerca das mulheres escreverem: “O mundo dizia numa gargalhada: ‘Escrever? E que há de bom no fato de você escrever?’ [...] havia uma enorme maioria de opiniões masculinas no sentido de que nada se poderia esperar

8 Ver nota de rodapé número 2.

das mulheres intelectualmente” (WOOLF, 1985, p. 66-67). A mesma crítica sofrera Auta de Souza no prefácio de seu próprio livro, como já indicado.

Se tratando da educação feminina no Brasil, Firmina dos Reis parece demonstrar forte consciência da falta de instrução das mulheres, visto que a educação formal feminina geralmente era muito desvalida. Sobre tal constatação, Adriana Oliveira diz o seguinte:

Ao declarar sua condição de “mulher, e mulher brasileira” cuja educação era superficial, Firmina dos Reis pede desculpas por estar publicando um livro, pois estava consciente que a mulher não era bem recebida no meio literário; e parece querer demonstrar claramente sua intenção de especificar de que lugar está falando e de assumir a diferença.

No entanto, cabe-nos interrogar o sentido dessas palavras. Estariam elas expressando somente um reconhecimento da impossibilidade de a mulher participar do mundo literário em pé de igualdade com o homem, graças à educação deficiente, ou também estariam carregadas de uma conotação irônica? Creio que tal afirmação, ao mesmo tempo em que parece ter objetivo de alcançar a condescendência do leitor, pode também ser lida como ironia.

Uma coisa é certa: esse reconhecimento da falta de instrução formal satisfatória para as meninas brasileiras daquela época possui um tom de reprovação e se constitui em uma denúncia àquela realidade (OLIVEIRA, 2007, p. 70-71).

Mais uma vez é possível perceber que o espaço literário é campo de um discurso de denúncias que diz respeito a determinado grupo em detrimento de outro, ainda que a consonância de um grupo possa não ocorrer de forma totalmente coordenada, as mulheres no século XIX escreviam e colocavam em sua escrita a visão da sociedade do oitocentos a partir da experiência e da perspectiva femininas. A partir de personagens mulheres, como a senhora abolicionista, que subverte o lugar socioculturalmente construído no qual deveria permanecer a mulher, se colocando como alguém que



caminha pelo espaço público e fala de política, levantando a bandeira do abolicionismo, bem como de Úrsula a qual teve toda sua vida arruinada por causa de um homem cujas características são essencialmente da figura tradicional do patriarca, é possível perceber críticas a essa sociedade em que às mulheres eram ditados os lugares os quais elas poderiam ocupar. Também é notória a crítica acerca da dominação masculina e de sua performance que ocasionava uma sucessão de infortúnios, essencialmente para os subalternizados.⁹ Ainda, no próprio prólogo do romance em questão, as falas da autora já sinalizam para críticas quanto ao lugar da mulher na sociedade oitocentista do Brasil.

Considerações finais

Antes praticamente nulas das produções literárias, as mulheres quando começam expressivamente a escrever, passam a ser ridicularizadas e até mesmo o que deveria ser elogioso, é permeado por críticas e inferiorização em suas entrelinhas. É notório o fato de que as representações femininas ganham outro tom a partir da escrita de mulheres e de como esse aspecto é pertinente para investigar denúncias da conjuntura de determinados momentos da história, no caso deste trabalho, do século XIX: como a escrita de Maria Firmina dos Reis, dentre outras escritoras, apresentam um discurso sobre o doloroso peso do patriarcado na vida das mulheres, seja por meio de personagens ou de reivindicações diretas.

Pensando no conceito de cultura política, é possível perceber a existência de discursos múltiplos acerca do papel da mulher na sociedade do oitocentos, constatação que reafirma o que Rodrigo Motta aponta sobre a pluralidade das culturas políticas coetâneas e em um mesmo território (MOTTA, 2014). Assim, a literatura consiste em uma fonte fecunda para analisar a existência de tais discursos, visto que o espaço da escrita pode em muito sinalizar para projetos de uma sociedade, seja para o futuro ou para manutenção de determinados papéis.

9 Aqui utilizando-se do já discutido conceito de Gayatri Spivak (2010).

Ao elencar a literatura de Maria Firmina dos Reis como parte de uma teia de autoras mulheres que estavam escrevendo e denunciando o patriarcado, fez-se pertinente apresentar, ainda que brevemente, exemplos de outras mulheres do século XIX que estavam caminhando no espaço público da produção literária, ainda que longe de estarem em pé de igualdade com os homens, algo que se deixa muito em evidência a partir de determinadas análises de enunciados das próprias autoras, como é o caso do prólogo de Firmina dos Reis para seu romance *Úrsula*. A existência de um discurso que busca a manutenção dos papéis sociais que mantém a dominação masculina e de outro que lança críticas a esse sistema é notório no oitocentos e é pertinente lançar olhar para fontes que até muito recentemente eram tidas como inferiores. O espaço literário se mostra valioso quanto a essas percepções: é um palco da pluralidade de culturas políticas e cabe ao historiador investigar esses discursos.

294

Referências

AGOSTINHO, Régia. A mente, essa ninguém pode escravizar: Maria Firmina dos Reis e a escrita feita por mulheres no Maranhão. *Leitura. Teoria & Prática*, v. 56, p. 11-19, 2011.

ALMEIDA, Janaiky Pereira. *As multifaces do patriarcado: uma análise das relações de gênero nas famílias homoafetivas*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 2010.

ASSMANN, Aleida. *Espaço da recordação: formas e recordações da memória cultural*. Tradução: Paulo Soethe.- Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. As artes de fazer*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

DAIBERT, Bárbara I. R. Simões; MORAIS, Tatiana Carvalho de. Memórias apagadas: o abolicionismo e a voz-liberdade de Maria Firmina dos Reis no século XIX. *Espacialidades*, v. 16, n. 2, 18 jul. 2020, p. 76-95.

DUARTE, Constância Lima. *Feminismo e literatura no Brasil*. Estudos avançados. vol. 17, n. 49, 2003.

DUARTE, Eduardo de Assis. Escravidão e Patriarcado na Ficção de Maria dos Reis. *Estudos Linguísticos e literários*. n. 59, Jan-jun. 2018, Salvador: p. 223-236.

- DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e Culturas Políticas: Definições, usos, genealogias. *Varia História*, n. 28, p. 13-48, dez. 2002.
- FERREIRA, Antonio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- LE GOFF, Jacques. *A História Nova* [tradução Eduardo Brandão]. – São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LOPES, Silvana Fernandes. “Retratos de mulheres na literatura brasileira do século XIX”. *Revista Plures Humanidades*, Vol. 12, n. 1, Ribeirão Preto, 2011., p. 117-140.
- LOPES, Zélia Souza. *Hortografismo: negritude, espiritualidade e morte em Auta da Souza*. Dissertação (mestrado acadêmico) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Estudo Literários, 2018.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Fino Traço Argumentum, 2014.
- NOCHLIN, Linda. *Por que não houve grandes mulheres artistas?* São Paulo: Aurora, 2016.
- OLIVEIRA, Adriana Barbosa de. *Gênero e etnicidade no romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis*. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) - Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte, 2007.
- REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula e outras obras*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.
- RÉMOND, Réne. Por que a história política? *Revista Estudos Históricos*. Vol. 7 n. 13. P. 9-19. jan-jun. 1994.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.
- SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Ensino de História, espaços e cultura política bandeirante: José Scarameli e a escrita de livros escolares de História para crianças. *Revista História*, vol 5, n. 9, 2017, p. 104-125.
- SOUZA, Auta. *Horto, outros poemas e ressonâncias: obras reunidas*. Natal: EDUFRN, 2009.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto. 2018.



VÁSQUEZ, Paul Juan Montoya. A cultura política na historiografia do século XIX latino-americano: o caso peruano; *Historiæ*. Rio Grande, v. 9, n. 2: 27-48, 2018.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.



Gizelda Morais: da Poesia Juvenil à consolidação literária

Wagner Gonzaga Lemos*

Resumo

Este texto, em tom ensaístico, considera a carreira literária da escritora brasileira contemporânea Gizelda Santana Morais (1939-2015), sob a ideia de expor sua atuação em distintas vertentes da literatura, bem como através desta exposição instigar a pesquisa sobre sua obra. Nesse sentido, é que ressaltamos que se trata de uma visão em panorama cuja finalidade é a de apresentar perspectivas a novos pesquisadores, indicando-lhes possibilidades de trabalho. Neste texto sobre Morais, consideramos sua poesia, sua prosa intimista e o que ela denominava, sem prisão a teóricos e definições, de romance histórico. Também colocamos em vista sua única peça teatral, a adaptação de seu romance “Ibiradiô” para a linguagem de encenação. Assim, tendo em vista sua produção em poesia, prosa e teatro expusemos características gerais de suas obras, bem como trouxemos seu roteiro biobibliográfico.

Palavras-chave: Literatura brasileira contemporânea; autoria feminina; Gizelda Morais.



* Doutor em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (USP), professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). E-mail: wagnerlemos@yahoo.com.br Instagram: @prof_wagnerlemos

Gizelda Morais: From Young Poetry Until Literary Consolidation

Gizelda Morais: De la poesía juvenil a la consolidación literaria

Abstract

This text uses essay language to speak about literary career of Brazilian contemporary writer Gizelda Santana Morais (1939-2015), with objective to expose her work in different ways of Literature and also through this text call researchers to know and work her works. In this way, we say it's a panoramic view to show possibilities of scientific study and ways of work.

In this text about Morais, we consider her poetry, her intimist prose and that she called, without exact definition or ideologic prison, historic novel. We also spoken about the one play of her work, na adaptation of her novel "Ibiradiô". So with her work in prose, poetry and theater we shew general characteristics of her works and we brought her biobibliography profile.

Key-words: Brazilian contemporary literature; feminine authorship; Gizelda Morais.

Resumen

Este texto, en tono ensayístico, considera la trayectoria literaria de la escritora brasileña contemporánea Gizelda Santana Morais (1939-2015), con la idea de exponer su obra en diferentes vertientes de la literatura, así como a través de esta exposición incitar a la investigación sobre su trabajo. En este sentido, destacamos que se trata de un panorama cuyo fin es presentar perspectivas a nuevos investigadores, señalándoles posibilidades de trabajo. En este texto sobre Morais consideramos su poesía, su prosa íntima y lo que ella llamó, sin ceñirse a **teóricos** ni definiciones, romance histórico. Nos centramos también en su única obra teatral, la adaptación al lenguaje escénico de su novela "Ibiradiô". Así, considerando su producción en poesía, prosa y teatro, exponemos características generales de sus obras, además de traer su guión biobibliográfico.

Palabras clave: Literatura brasileña contemporánea; autoría femenina; Gizelda Morais.



*Mas sob o teto do céu que sustentamos
nós somos flores de existência efêmera
e – estátuas para a vida e para a morte –
nos deram olhos humanos para o pranto!
Santo Souza, elegia nº 16.*

1. Força e palavra: Gizelda Moraes de corpo inteiro

Em 1963, Carlos Sussëkind de Mendonça publicou obra que trazia o pretensioso título “Silvio Romero de Corpo Inteiro”. Ali, o autor, em trabalho bastante dedicado, debruçou-se sobre a vida do mestre sergipano e tentou, com as limitações de sua época, abarcar a produção de Romero lançando-se como o escritor que arrematava a discussão sobre o polêmico professor de Filosofia do Colégio Pedro II. Como bem comprovou a história de nossa literatura nos anos seguintes, muito havia ainda a ver acerca da atuação Silvio Romero. No entanto, se hoje tomo por empréstimo a expressão utilizada por Sussëkind, nem de longe o faço com a mesma carga semântica. *De corpo inteiro* é como entendo que Gizelda Moraes se entregou à Literatura, quer em prosa ou poesia, bem como o fez na sua vida dedicada à Educação.

Sua presença nas letras nacionais se pautou por um intenso sentimento que mesclava a humana condição com os seus desdobramentos existenciais, as convicções de que se valia para as obras de retomada histórica ou ainda para a beleza da poesia. A sensibilidade da educadora que discutiu aquisição da linguagem e desenvolvimento de leitura, a militância de professora catedrática que se engajou para o crescimento da graduação e da pós-graduação nas instituições por que passou, bem como nas sociedades científicas, a sua precisão para realizar obras de crítica literária, a sensibilidade de sua poesia e o engajamento de sua prosa foram pontos que Gizelda trouxe à literatura contemporânea brasileira.

Nisso convém assinalar a sua importância para o fortalecimento da produção literária de autoria feminina, como bem pontuou Nelly Novaes Coelho (1922-2017) no “**Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras**” (2002), publicação em que Gizelda Moraes é verbete. Acerca da produção intelectual das mulheres, a des-

peito das diversas as formas que a Humanidade já ensinou a respeito do valor da figura feminina, desde a deusa Gaia (também chamada Mãe-Terra), passando pela deusa egípcia Ísis, Maria nas suas muitas representações de Senhora ou o sustentáculo eminentemente feminino do ministério de Jesus, é pertinente rememorar toda a carga de preconceito sofrido e as frequentes tentativas de silenciamento sofridas por artistas das mais distintas correntes de Arte.

Basta lembrar que, há alguns anos, se uma autora desejasse ver seus textos nas páginas de algum periódico ou livro, deveria se esconder sob um pseudônimo masculino e ali, nas sombras, sentir o prazer de ser lida. Outrossim, como se não bastasse, se estavam na condição de leitoras, eram bombardeadas com narrativas feitas por homens, que desprovidos de sensibilidade e cheios de insegurança em relação à alheia competência se sentiam ameaçados, desaguardavam personagens femininas em representações superficiais, jocosas, grosseiras e/ou infames. Contra isso, muitas foram as vozes que reverberaram ao longo dos anos para que legitimidade para o devido reconhecimento da humanidade da mulher a fizessem ser ouvida.

Gizelda Santana Morais foi uma dessas vozes que através não só da escrita literária, mas também por uma sólida produção acadêmica, legitimou-se. Nascida em Campo do Brito, Sergipe, em 30 de maio de 1939, faleceu em Aracaju, em 14 de agosto, aos 76 anos, após duríssima batalha contra o câncer. Seus estudos primários foram feitos no interior do estado, na cidade de Tobias Barreto. Por sua vez, os ginasiais e secundários foram realizados no Colégio Nossa Senhora de Lourdes e Ateneu Sergipense, na capital sergipana. Sobre essas origens, estudos e primeiros contatos com a palavra, a escritora declarou em entrevista a mim concedida em 2005:

Falar disso seria quase um romance, Wagner. Resumindo: nasci na cidade de Campo do Brito. Minha mãe (Maria Pureza Santana Morais) era professora estadual, meu pai (Antônio Dória Morais) estava em São Paulo tentando melhorar de vida na expectativa de levar a família. Só fui registrada quando meu pai, já tendo regressado a



Sergipe, a família morando em Riachão do Dantas, nasce minha irmã. Por isso, na minha certidão, consta que nasci em Riachão do Dantas. Dessa cidade guardo as primeiras lembranças, inclusive de um drama ensaiado por minha mãe com alunos do Grupo Escolar e a memória de uma canção cantada nessa peça. Dali a família se transferiu para a cidade de Tobias Barreto onde tive contato com o ABC e as primeiras cartilhas. Na feira semanal da cidade, descobri a Literatura de Cordel. Debruçada sobre a mesa onde eram expostos os livrinhos, examinava as ilustrações e quando comecei a ler passei a ser compradora assídua, com a convivência de minha mãe que pagava o débito. Ao ser inaugurada a Biblioteca Tobias Barreto, na pequena casa que fora habitada pelo poeta e filósofo cujo nome é orgulho da cidade, comecei a frequentá-la, ainda cursando as primeiras séries do Primário. Lia o Tesouro da Juventude e os livros (romances, histórias e viagens) que encontrava nas prateleiras e atraíam a minha atenção. Foram esses os meus primeiros contatos com o mundo da palavra escrita. Aos 11 anos, fui para Aracaju, cursar o Ginásio no internato do Colégio N. S. de Lourdes. No ano seguinte, a família mudou para Aracaju, eu já começara a fazer versos. Fiz o secundário no Colégio Estadual Atheneu Sergipense, e antes de terminar o curso clássico tive o meu primeiro livro de poesias publicado – Rosa do Tempo, pelo Movimento Cultural de Sergipe, fundado e dirigido pelo escritor José Augusto Garcez. (MORAIS, 2005)

A partir dos seus estudos de terceiro grau é que a autora ganhou novos horizontes. Embora tenha nascido e falecido em Sergipe, a vida de Gizelda Morais foi permeada por experiências em terras distantes. Desde os estudos de graduação em Minas Gerais e na Bahia¹, passan-

1 Graduou-se em Filosofia e em Psicologia. Sobre essas escolhas e seus desdobramentos, afirmou Gizelda Morais: “Na verdade, através das leituras e da observação do mundo, desde cedo me atormentavam aquelas questões que, em geral, afetam os humanos em maior ou menor grau, de maneira mais ou menos organizada. – De onde viemos? Para onde vamos? Qual a finalidade da vida? Por causa disto eu preferi ir para Belo Horizonte estudar Filosofia, quando esta oportunidade me foi oferecida, deixando o curso de Direito para o qual fora aprovada na Faculdade de Direito de Sergipe. Os primeiros homens que se preocuparam em buscar respostas para essas questões foram denominados de filósofos – amigos da sabedoria. Eu queria ser uma amiga da sabedoria. Logo percebi, ao mudar de Faculdade de Belo Horizonte para a Federal da Bahia, a diversidade de res-

do pelo início de um mestrado na Universidade de São Paulo, interrompido, em razão do convite para saltar etapa e ingressar no doutorado na Universidade de Lyon, na França². Nessa instituição, em 1970, no departamento de Psicologia, defendeu a tese “L’Ecriture et la Lecture”. Deve-se registrar ainda que nesse país, Gizelda realizou seu pós-doutorado e lecionou na Universidade de Nice como professora visitante. A partir da ida a Europa, iniciou a série dos muitos países que conheceu e lhe propiciaram a seguinte visão:

Interagir com outros povos é enxergamos aspectos que não percebíamos quando imbuídos de nossa própria cultura. Vemos o mundo por outros prismas e ao olharmos o nosso próprio entorno podemos vê-lo de maneira nova, sabendo, talvez, apreciar melhor suas virtudes, entender suas mazelas, posturas, erros e dificuldades.(MORAIS, 2005)

302

Depois da titulação que fora buscar no velho continente e com muito mais bagagem intelectual, Gizelda retornou para o Brasil dando prosseguimento à carreira de professora universitária nas universidades federais da Bahia, de Alagoas e de Sergipe. Destaque-se que, em seu estado natal, teve relevante atividade na pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe, sendo uma das fundadoras do segmento na instituição, de igual modo se sobressaiu na diretoria da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Do segmento acadêmico, advieram muitas obras, mas que compuseram uma parcela quantitativa menor do que a produção literária.

postas que eram dadas a essas questões. Considero isso importante na minha formação, pois, a partir daí, passei a rejeitar verdades absolutas nos diversos domínios da cultura humana – religião, política, ciência, filosofia. No amplo campo da Filosofia, passei a me interessar mais pelas questões relacionadas à aprendizagem, ao conhecimento, e à construção do conhecimento através da pesquisa, que constituem a parte da Psicologia com a qual mais trabalhei no meu exercício acadêmico” (MORAIS, 2005).

- 2 Sobre o domínio da língua francesa, convém lembrar que os estudos primários e secundários tinham foco nesse idioma. Aprendia-se com certa desenvoltura, o que tinha progresso através da imersão e convivência na França.

Na atuação literária, Gizelda Moraes escreveu poesia, prosa intimista, romance histórico, biografia³, bem como tem relevante fortuna crítica sobre a poética de Santo Souza. Em poesia, produziu: “Rosa do Tempo” (1958); “Baladas do inútil silêncio” (com Núbia Marques e Carmelita Fontes - 1965, reeditada em forma digital em 2007; “Verdeoutono” (com Núbia Marques e Carmelita Fontes - 1982); “Acaso” (1975); “Aperitivo Poético” (Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Aracaju, SE. Edições de 1986/ 87/88/89); “Cantos ao Parapitinga ou Louvações ao São Francisco” (1992); “Rosa no Tempo”, de 2003.

Uma palavra sobre “Rosa no Tempo”: a obra foi a reunião de suas poesias, mas que, destaque, um quê especial: nessa edição, poetisa revisitou quase meio século depois sua produção e fez um jogo de responder a si mesma. Em um esquema de VERSO, aparecia o texto antigo, mas que era completado pelo que a autora denominou de REVERSO, sua releitura sobre o tema ali posto. Fazendo o texto do passado e sua respectiva compreensão do mundo dialogar com a experiência trazida pelos anos. Diga-se de passagem, que desconheço que tenha realizado semelhante tarefa. Um registro dessa prática:

POEMA

Silêncio!

A noite está dormindo nos poemas

Não vamos acordá-la.

As lágrimas estão correndo

Nas faces dos poemas

As cores, a música, o mar

As pedras, os cabelos e todas as imagens

Estão vibrando nos poemas.

As palavras estão vivas no dicionário

Os poemas estão invisíveis.

Silêncio!

Alguém procura descobri-los.



3 Trata-se da obra “D. Luciano José Cabral Duarte – Relato Biográfico”, editada em Aracaju no ano de 2008 com o selo da Gráfica e Editora J. Andrade.

REVERSO

Meu discurso é a pena
 criada no barulho
 com ruídos estranhos e metáforas
 sem silêncios
 meu discurso é o mito
 das palavras do dicionário
 é a lágrima escorrendo sem um lenço na mão (MORAIS,
 2003, p. 55-56)

Como ocorre com a maioria dos escritores, sua produção começou pela poesia. É fato que muitos de nossos autores enveredam em arroubos de juventude no meio dos versos, que, muitas vezes, abandonam por considerarem uma produção incipiente e imatura. Outros, no entanto, a mantém e agregam outras vertentes, como no caso de Gizelda.

304

Assim, atuou na Poesia, gênero que cultivou desde a adolescência. Sua primeira obra, “Rosa do Tempo”, aos 19 anos, em 1958, em Aracaju, pelo já citado Movimento Cultural de Sergipe, de José Augusto Garcez. Para que se entenda a relevância dessa edição, convém lembrar que foi esse mesmo ativismo responsável por publicar “Cidade Subterrânea”, de Santo Souza e também “Em Sergipe del Rey”, de Câmara Cascudo. Assim, a jovem Gizelda foi ombreada a gente de alto quilate. Moraes também escreveu *Crítica Literária* e nisso trouxe à luz uma das mais significativas análises sobre a poesia de Santo Souza. Na prosa, entretanto, houve seu empenho maior, sobretudo, nos últimos anos.

Dedicou-se à prosa com as obras: “Jane Brasil” (1986), “Ibiradiô - as várias faces da moeda” (1990), traduzida para o francês sob o selo de Éditions du Petit Véhicule (1999); *Preparam os agogôs* (1ª edição 1996), editada em francês com o nome de “Réveille les Tambours” (2009); “Absolvo e Condeno” (2000); “Feliz Aventureiro”; “A procura de Jane” (2008); e “Veleiro da esperança” (2012). Seu último livro foi o romance “A um passo do esquecimento” (2014), do qual tive a honra de ser o revisor, é uma obra que impressiona ao apresentar uma narrativa de tom memorialístico em que a protagonista empreende sua missão metalinguística de registrar pela palavra sua

experiência com o câncer. Reputo a esse texto a insígnia de ser a obra prima da autora, a consolidação de sua carreira literária.

Quando instigada a refletir sobre seus escritos e as vertentes que eles tomaram, Gizelda afirmou:

Wagner Lemos - Qual sua relação entre prosa e poesia? Qual é a mais amada entre as duas na sua produção?

Gizelda Moraes - Comecei com a poesia, como grande parte dos escritores. A liberdade de forma nesse gênero (sobretudo depois que a desvencilharam da métrica e da rima) favorece a expressão dos sentimentos, da observação dos contornos da realidade, das lembranças do passado e da projeção dos sonhos do presente e do futuro. O poeta deixa-se embalar pelo ritmo e manifesta as palavras que surgem de seu consciente e de seu inconsciente, não obrigatoriamente com sentido claro. A tentativa da prosa vem depois quando a experiência de vida é mais sólida, quando já se sabe o que se quer dizer e transmitir - valores, cultura, sentimentos, talvez um pequeno acréscimo à inteligência do mundo facilmente ultrapassada no fluxo permanente da vida. Qual a mais amada entre a prosa e a poesia, não sei. Tenho as minhas fases de paixão por uma ou outra. (MORAIS, 2005)

Nos seus romances, temos caminhos distintos. Há um teor de prosa mais intimista em “Jane Brasil” e “A procura de Jane”; já “Absolvo e Condeno” (2000); “Feliz Aventureiro” e “Veleiro da esperança” (2012) destaca-se a temática da redescoberta existencial dos protagonistas. Em “A um passo do esquecimento” (2014), há uma narrativa de tom memorialístico em que a protagonista empreende sua missão metalinguística de registrar pela palavra sua experiência com o câncer. A personagem é andarilha nos entrelugares de que a vida se perfaz e, lançando mão da arte da palavra para estabelecer-se neste mundo, construindo uma prosa de cunho memorialístico permeada pela ideia do *tempus fugit* em um jogo confere uma maior ponderação da protagonista acerca da vida, bem como de seu espelho, a morte.

Nesse enredo, a personagem central, ao saber-se diagnosticada pela segunda vez com um câncer, desta vez terminal, empreendeu sua missão metalinguística: registrar pela força da palavra e seu poder metafórico uma página por dia. Firmar no papel a sua história, seus sentimentos, suas dores, suas perdas, suas inquietações filosóficas, mas também as físicas, uma vez que os tratamentos, na verdade, muito maltratam seu corpo que peleja contra aquele que a personagem chama de “predador obscuro e demoníaco”. É desse modo que a tessitura do passado se alinhando com o presente nos traz um exercício de revisão da existência, não só pessoal, mas também coletiva. Um mar de palavras em que a micro e a macro histórias navegam juntas. Ainda sobre esse texto, é relevante assinalar que os sessenta capítulos da obra foram construídos em retábulo. Essa técnica requer do autor uma acurada habilidade: elaborar partes que possam ser lidas independentes umas das outras, mas que em sequência perfaçam uma obra, como o clássico “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos.

306



Nesse sentido, podemos dizer que a estrutura do texto metaforicamente traz a sutileza de que a vida pode ser retomada de múltiplas formas, em saltos da memória ou na linearidade. Também impressiona que a mesma força e sensibilidade poéticas empregadas para resgatar a meninice da personagem nos cordéis da pequena cidade em que se criou, apresentam-se nas reflexões filosóficas do doutorado da narradora ou na comparação entre o pretérito, o presente e o que especula acerca do futuro da Humanidade. “A um passo do esquecimento” transita nas demais obras de Gizelda Moraes, sendo possível se entrever os casarões e as senzalas das vivências humanas, o velejar dos que navegam com esperança, as baladas de sua poesia, os espaços e épocas regidos pelos agogôs da memória e os versos e reversos das inquietações de tantos personagens que caminharam pelo conjunto de sua obra com uma pujança ímpar.

Em outras obras, como “Ibiradiô” e “Preparem os Agogôs”, Gizelda Moraes, sempre pautada na visão das micro e macro histórias, trilhou o território do romance histórico engrossando as fileiras da literatura nacional com um segmento não muito cultivado na prosa contemporânea.

2. De indígenas e negros escravizados: provocações do romance histórico

Nas pesquisas referentes ao doutorado em Literatura Brasileira na Universidade de São Paulo, trabalhei com a História Literária como um gênero cujo crescimento se deu entre nós, brasileiros, no período do entresséculos XIX e XX, graças, segundo a tese que formulei, ao papel dado à Literatura e à História.

Penso que as Belas Letras, como era denominada a arte literária, asseguravam, em especial, ao intelectual da primeira metade do XIX um espaço diferenciado, uma distinção. Entretanto, com o Cientificismo que ganhou força na segunda metade desse século, o lastro de diferença abarcou outros ares. Nesse sentido, em minha compreensão, a História da Literatura, feita por figuras como Sílvio Romero, José Veríssimo e Araripe Júnior, era a busca desse entrelugar de Arte e Ciência, bem como a reunião de elementos de destaque de fim de Império e início de República. Aliar esses dois territórios era uma estratégia para afiançar capital de cultura letrada a quem os articulasse.

No entanto, o que temos em Gizelda Moraes, segue em um caminho diverso. Não se trata de um discurso que se pretende científico debruçado em um tema da Arte, mas uma construção artística, um manejo com a palavra de ficção, estreitando pontos com um mundo externo a ele, abordado pela História. É o que vemos em “Ibiradiô” e “Preparem os Agogôs”.

Nesses textos de cunho histórico, a polifonia pauta a construção da narrativa provocando-nos a pensar que a História pode e deve ser vista pelos múltiplos olhares. Nesses romances, vemos ganharem voz, por meio da tessitura das narrativas, os desprestigiados e esquecidos da sociedade. Não somente isso, porém, a polifonia em Gizelda Moraes é uma metáfora da condição humana: somos seres múltiplos, estamos em constantes mudanças sempre a carregar as peculiares dimensões em nossas trajetórias.

Um ponto merece ser registrado: as traduções desses romances para o francês garantem a Gizelda Moraes um posto que desconheço tenha sido alcançado por outro prosador sergipano: a romancista se faz presente no amplo universo de leitores francófonos.

No espaço que Gizelda ocupa na literatura brasileira contemporânea, mormente no que se refere à produção de autoria feminina, temos em sua abordagem histórica um projeto de representação daqueles, cujas vozes foram silenciadas, em especial com vínculos com a História de Sergipe. No entanto, essa história local sendo vista numa relação com os planos nacional e estrangeiro.

Posso afirmar que, assim como José de Alencar estabelecera para si um projeto nacionalista representando o que ele considerava diversas faces do Brasil, Gizelda tomou rumo similar. Ainda na entrevista que me concedeu, a autora expôs o norte que a guiava nesse campo de sua prosa:

A vertente histórica, manifestada nos romances *Ibiradiô* e *Preparem os Agogôs (...)* surgiu com o meu sentimento de dívida para com dois segmentos de nossa população, dos quais eu e a maioria da população brasileira descendemos – a indígena (autóctone) e a africana escravizada – espoliadas por aqueles que aqui se estabeleceram para tomar posse das terras e explorar as suas riquezas. A consciência de que a História oficial, aquela que lemos nos livros escolares, não nos contava toda a verdade, levou-me a realizar esses projetos – contar como teria se passado um pouco dessa História através da história romanceada de alguns personagens, carne, cérebros e ossos, recriados no ambiente do passado, com o auxílio de textos pesquisados e contextos imaginados. (MORAIS, 2005).

A obra que inaugurou o romance histórico na bibliografia gizardiana, “Ibiradiô”, foi publicado em 1990, sob as luzes das comemorações do quarto centenário da conquista de Sergipe. A autora pretendia elencar o contraponto acerca das festividades com a reflexão de que aquilo denominado como celebração era o genocídio dos povos indígenas.

Para ressaltar esse contraste, a narrativa foi montada em dois momentos históricos: o século XVI estendendo-se ao XVII com ambientação na conquista do território de Sergipe e o século XX, em que personagens Cristóvão, Gaspar e Diogo, cineastas, que busca-



ficaram nas terras das quais um dia foram donos, mas as feições desapareceram porque os corpos foram mortos em genocídio em nome dessa deturpada ideia civilizatória.

Em “Preparem os Agogôs” (1996), temos um texto mais maduro e fluído, em que o diplomata Tomás Gonzaga é fio condutor de uma retomada histórica que atravessa o século XIX dando voz aos trazidos nos navios negreiros. Envolto numa busca existencial, o diplomata investiga suas origens e chega aos barões de Sergipe em tramas que mesclam traições, assassinatos, estupros, negociação de escravizados, adoções, alforrias via luta em guerras. O curioso é notar que embora nomes sejam trocados, muitas dessas narrativas encontram âncora na narrativa histórica em razão de suas semelhanças.

Passam por suas páginas figuras como a de Genésia Fontes, a Dona Bebê. Mesmo não citada nominalmente, a irmã de Lourival Fontes ganha um espaço na narrativa, quando o orfanato de um Oratório da capital sergipana abriga uma das órfãs da trama.

Contudo, o caso mais interessante, a meu ver, é do Barão de Espinhos, personagem sobre quem paira no romance a desconfiança de assassinato da primeira esposa, riquíssima viúva e que casara com rapaz mais moço. Dados biográficos fazem-nos relacionar a narrativa de Gizelda ao Barão de Maruim, João Gomes de Melo (1809-1890), que, assim como o personagem gizeldiano foi senador e contraiu segundas núpcias com uma mulher uma branquíssima mulher europeia, conforme a síntese biográfica de Sebrão Sobrinho em “Laudas da História do Aracaju” ao descrever a família do Barão. No entanto, a história ganhou ares policiais, pois mesmo estando o barão na Europa, pairou sobre ele a suspeita de que encomendara a morte da riquíssima esposa e também providenciara a eliminação dos herdeiros desta a fim de ficar com sua fortuna. Em contraposição às acusações, Gomes de Melo fez publicar “O Barão de Maruim e o processo Rollemberg”, livreto de vinte e duas páginas em que ponto a ponto o senador tentou livrar-se da fama de assassino, tarefa em que, diga-se de passagem, não obteve muito êxito.

Em “Preparem os Agogôs”, há uma analogia feita sagazmente pela romancista: na substituição de Maruim, inseto picador, perfurador, ela batizou a personagem como Barão de Espinhos e deu

ao leitor, que, porventura tenha em seu repertório o conhecimento desse caso da história de Sergipe, os indícios através desse vocábulo uma fagulha de intertextualidade que se complementa na semelhança do enredo.

Em ambos os romances, a autora para quem o ato de escrever representava “a minha melhor forma de comunicação com o mundo, de percepção dos sentimentos, de empatia e interação com os meus semelhantes” (MORAIS, 2005), explorou o entendimento de um compromisso com o tempo é construído a partir do conhecimento sobre o passado para que este seja lição a ser compreendida, mas não uma fórmula a ser repetida.

3. Palavra final e convite

“Enquanto houver espaço, corpo, tempo e algum modo de dizer não, eu canto”. Ultimamente, quando tenho a oportunidade de falar em público, tenho rememorado esses versos de Belchior, que, na canção “Divina comédia humana”, propagou o que penso do papel da arte, sobretudo, a arte da palavra, território onde me estabeleci: um legítimo instrumento em contraposição ao obscurantismo, ao culto à ignorância que insiste em se alastrar. No entanto, se esmorecemos, ele se amplia. Daí a intensa necessidade de nos vermos premiados a termos a consciência de que é preciso, como na metáfora de Belchior, cantar.

Ao rememorar a trajetória acadêmica e literária de Gizelda Moraes, cumpro, neste texto, um duplo papel: o compromisso do amigo que lhe prometeu divulgar, estudar e incentivar estudos sobre a sua obra e do pesquisador que, empenhado com a nossa cultura, vê a imprescindibilidade de que discutamos a literatura produzida por sergipanos, não na perspectiva de serem sergipanos, mas uma manifestação viva da cultura nacional. Tenho dito já há algum tempo que estudar aspectos de Sergipe, chamando-os meramente pelo adjetivo pátrio, é limitar o voo. Os caminhos de pesquisa devem ter nas suas análises as produções desses autores um diapasão muito maior, compreendendo sua escrita uma expressão de literatura nacional, não se detendo em um discurso reducionista.



Precisamos aprender uma lição que vem de fora: Não se vê limitação de Graciliano como alagoano, Manuel Bandeira como pernambucano, Drummond como mineiro ou Florbela Espanca como alentejana. Todos são descritos como brasileiros e no caso dela, como portuguesa. Essa é a ótica que nos faz lembrar da nacionalidade, não dos distritos em que nasceram Shakespeare, Cervantes, Proust, Joyce ou Camões.

Esse entendimento me foi imprescindível durante o doutoramento, pois Sílvio Romero e José Verissimo, autores que são tema de minha tese, foram vistos como de importância nacional, não meramente um sergipano e um paraense. Assim, é que me pauto para apresentar, nesta oportunidade, a vida e a obra de Gizelda Moraes, bem como fazer digressões sobre o recorte histórico de sua literatura. Também instigar, neste breve texto, a curiosidade, em especial, a científica, sobre as obras de Gizelda. Almejando que, assim, apareçam-me orientações a fazer, em quaisquer vertentes de sua obra, para o fortalecimento de graduação e pós-graduação por meio de pesquisas sólidas. Dessa maneira, alinhados com a Literatura e a Educação, vejamos na autora que construiu amplo e polifônico repertório através do qual deu voz aos despossuídos, formas de não silenciar ante ao obscurantismo que ora insiste em se alastrar.

312

Referências

COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras*. São Paulo: Escrituras, 2002.

LEMOS, Wagner Gonzaga. *Literatura, Ensino e Legitimação: Sílvio Romero e José Verissimo em combate*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Literatura Brasileira da Universidade de São Paulo. Disponível no endereço eletrônico <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-20022020-162836/publico/2019_WagnerGonzagaLemos_VCorr.pdf> acessado em 05 de dezembro de 2022.

MELO, João Gomes de. *O Barão de Maruim e o processo Rollemberg*. Ao público e aos seus amigos. Rio de Janeiro: s/ed, 1862.

MORAIS, Gizelda Santana. *Jane Brasil*. Aracaju: Ed J. Andrade, 1986.

_____. *Ibiradiô: as várias faces da moeda*. Aracaju: s/ed, 1990.

- ____ *Esboço para uma análise do significado da obra poética de Santo Souza*. Aracaju, 1996.
- ____ *Preparem os Agogôs*. Recife: Bagaço, 1996.
- ____ *Ibiradiô*. Editions du Petit Véhicule. Traduit du portugais par Philippe Meilhac. Nantes, 1999.
- ____ *Absolvo e Condeno*. São Paulo : Vertente, 2000.
- ____ *Feliz Aventureiro*. São Paulo : Scortecci, 2001.
- ____ Entrevista concedida em 2005 a Wagner Lemos. Disponível no endereço eletrônico <<http://www.wagnerlemos.com.br/entrevistagizelda.htm>> acessado em 30 de agosto de 2019.
- ____ *A procura de Jane*. São Paulo: Scortecci, 2008.
- ____ *D. Luciano José Cabral Duarte – Relato Biográfico*. Aracaju: J. Andrade, 2008.
- ____ *Réveillez les tambours*. Traduit du portugais par Bertrand Borgo. Éditions de L'Harmattan, Paris, 2009.
- ____ *Veleiro da esperança*. São Paulo: Scortecci, 2012.
- ____ *A um passo do esquecimento*. São Paulo: Biblioteca 24horas, 2014.
- SEBRÃO SOBRINHO. *Laudas da História do Aracaju*. Organizado por Vladimir Souza Carvalho. 2ª edição. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2005.
- SOUZA, Santo. *Caderno de elegias*. 3ª edição. Aracaju: J. Andrade, 2001.

Mulheres, terceira geração de dentistas da Família

*Danilo Mota de Jesus**
*Josefa Eliana Souza***

Resumo

O objetivo deste estudo é examinar as trajetórias de duas mulheres que seguiram a profissão de dentista de seus pais e avós e se tornaram docentes do curso de Odontologia da Universidade Federal de Sergipe. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e memorial, fundamentada na História Cultural e Oral. Para embasar a escrita, utilizamos várias fontes, tais como: recortes de jornais, fotografias, áudios obtidos por meio de entrevistas e documentos oficiais. Ao abordar três gerações de dentistas e duas famílias diferentes, foi preciso buscar a compreensão do conceito de geração, e Mannheim (1993) define as gerações pela sua situação no decorrer da história. Neste estudo, abordamos brevemente a trajetória de duas mulheres dentistas, ambas da terceira geração familiar de dentistas, Edith Bastos e Tânia Fortes. Na família de Edith, a Odontologia é uma tradição, ela é neta do dentista sergipano Mário Bastos e filha de Walter Bastos, também dentista. Além disso, ela teve duas tias que também seguiram a profissão de dentista. Assim como Edith, Tânia é filha e neta de dentista. Entender como as gerações transmitem suas vivências não é muito simples, pois, mesmo que coexistam no mesmo tempo histórico, as pessoas que pertencem ao mesmo grupo geracional são seres singulares, complexos e com distintas visões de vida.

Palavras-chave: Dentista. Geração. Professoras.

* Doutor e Mestre em Educação (UFS), especialista em Odontologia Legal (Uningá), graduado em Odontologia (Unit). Professor Assistente na Universidade Tiradentes, membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre História do Ensino Superior (GREPHS).

** Doutora em Educação (PUC-SP) e Mestra em Educação (UFS), bacharela e graduada em História (UFS), Professora Associada do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe. Líder o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História do Ensino Superior GREPHES/UFS/CNPq.



Women, third generation of family dentist

Mujeres, tercera generación de dentistas familiares

Abstract

The aim of this study is to examine the trajectories of two women who followed the dentistry profession of their parents and grandparents and became professors of the Dentistry course at the Federal University of Sergipe. It is a bibliographical, documentary, and memorial research, based on Cultural and Oral History. To base the writing, we used several sources, such as: newspaper clippings, photographs, audios obtained through interviews and official documents. By approaching three generations of dentists and two different families, it was necessary to seek to understand the concept of generation, and Mannheim (1993) defines generations by their situation throughout history. In this study, we briefly approach the trajectory of two female dentists, both from the third family generation of dentists, Edith Bastos and Tânia Fortes. In Edith's family, Dentistry is a tradition, she is the granddaughter of the dentist from Sergipe Mário Bastos and daughter of Walter Bastos, also a dentist. Furthermore, she had two aunts who also pursued the profession of dentists. Like Edith, Tânia is the daughter and granddaughter of a dentist. Understanding how generations transmit their experiences is not very simple, because, even if they coexist in the same historical time, people who belong to the same generational group are unique, complex beings with different views of life.

Keywords: Dentist. Generation. Teachers.

Resumen

El objetivo de este estudio es examinar las trayectorias de dos mujeres que siguieron la profesión de odontología de sus padres y abuelos y se convirtieron en profesoras de la carrera de Odontología de la Universidad Federal de Sergipe. Se trata de una investigación bibliográfica, documental y memorial, basada en la Historia Cultural y Oral. Para sustentar la redacción se utilizaron diversas fuentes, tales como: recortes de periódicos, fotografías, audios obtenidos a través de entrevistas y documentos oficiales. Al abordar tres generaciones de dentistas y dos familias diferentes, fue necesario buscar comprender el concepto de generación, y Mannheim (1993) define las generaciones por su situación a lo largo de la historia. En este estudio, abordamos brevemente la trayectoria de dos mujeres dentistas, ambas de la tercera generación familiar de dentistas, Edith Bastos y Tânia Fortes. En la familia de Edith la Odontología es una tradición, ella es nieta del dentista de Sergipe Mário Bastos e hija de Walter Bastos, también dentista. Además, tenía dos tías que también ejercían la profesión de odontóloga. Al igual que Edith, Tânia es hija y nieta de un dentista. Comprender cómo las generaciones transmiten sus experiencias no es muy sencillo, pues, aunque convivan en el mismo tiempo histórico, las personas que pertenecen a un mismo grupo generacional son seres únicos, complejos y con diferentes visiones de la vida.

Palabras clave: Odontólogo. Generación. Maestros.



Introdução

Na década de 1950, Aracaju demonstrava um considerável crescimento em todas as direções devido ao aumento da migração campo-cidade. Nesse período, se iniciou a produção das residências com estilo modernista na cidade, em especial nas áreas de ocupação privilegiada, a exemplo da região da Rua Villa Cristina, cujos lotes haviam sido aterrados e dotados de infraestrutura pela Prefeitura Municipal nessa década (NERY, 2003). Ao tempo que Aracaju crescia, algumas famílias como as dos dentistas Lélío Fortes e Walter Bastos também cresciam. No ano de 1952, nasceram duas meninas, filhas desses dois odontólogos, que num futuro não muito distante viriam a dar continuidade a uma profissão que já estava na segunda geração familiar. E essas meninas viriam a desempenhar um papel de grande importância para a odontologia e para a educação em Sergipe.

Este estudo tem por objetivo analisar as trajetórias de duas mulheres filhas e netas de dentistas que se tornaram professoras do curso de Odontologia da Universidade Federal de Sergipe. Esta é uma pesquisa bibliográfica, documental e memorial, baseada na História Cultural e Oral. No desenrolar deste trabalho, utilizamos diversas fontes para fundamentar a escrita, entre elas: recortes de jornais, fotografias, áudios adquiridos por meio de entrevistas e documentos oficiais.

Ao tratar de três gerações de dentistas e de duas famílias distintas, foi necessário buscar a compreensão do conceito de geração, e Mannheim (1993) define as gerações por sua situação no curso da história (*Generationslage*): para ele, “uma geração [...] participa paralelamente do mesmo período de devir coletivo” (MANNHEIM, 1993, p. 216), ou seja, segundo o estudioso, as gerações não são fixadas apenas em idade, mas em experiências vividas em um mesmo período. Ainda na sua concepção, essa situação corresponde a uma “tendência a um modo de comportamento, a um modo de sentir e pensar determinado” (MANNHEIM, 1993, p. 209).

Nesse entendimento de geração, Sirinelli (2008) afirma que as gerações (atores de um presente) são sempre fruto de um passado, e é justamente sob o efeito dessa dupla diferenciação que elas en-



tão difratam uma história comum de uma forma muito contrastante e, assim, se tornam um prisma em que a sombra lançada por essa história possa ser vista de várias maneiras.

Mulheres na Odontologia

A Odontologia surgiu como uma profissão de execução direcionada para homens, visto que a extração de dentes (ação mais comum relacionada aos dentistas por muito tempo) necessitava de muita força física para sua realização. Até meados de 1860, a mulher podia somente ser auxiliar do dentista. Entretanto, em meados do século XIX, algumas mulheres romperam com os padrões da época e adentraram esse campo baseado na prática (ainda fora do espaço educacional, ou acadêmico), tornando-se referência para muitas mulheres pelo mundo, a exemplo de Amalia Assur e Rosalie Fougelberg, da Suíça, e Emeline Roberts Jones, dos EUA.

Em Sergipe, no início do século XX, já era possível encontrar algumas mulheres exercendo a odontologia. Dantas (1920) aponta Laura Amazonas¹ (primeira mulher sergipana a se graduar em Odontologia), Ester Aranha (que atuava em Riachuelo) e Guiomar Calazans e Melo (após se casar, deixou a profissão e se mudou para o Rio de Janeiro com o esposo); ainda na mesma época, segundo Nunes (2008), atuavam também na capital sergipana as dentistas Mary Firpo, Maria Anita de Carvalho Leite, Dulce Menezes e Francisca Marcillac. No *Almanak Laemmert* do ano de 1938, encontramos outras mulheres dentistas atuando em Aracaju, a exemplo de Alice Teles, Heloisa Santos, Laura Soares e Maria José G. Mota, além de Laura Amazonas e Maria Leite, citadas anteriormente. Essas seis mulheres já representavam 37% dos dentistas atuando na capital sergipana, conforme os dados apresentados pelo referido almanaque, que apresentava um universo de 16 dentistas, 10 homens e 6 mulheres.

1 Laura Amazonas fez o curso primário numa pequena escola situada à Rua Itabaiana, no Centro da cidade de Aracaju, tendo como professora sua madrinha, a senhora Rosa. Após os estudos propedêuticos na cidade natal, segue, por iniciativa de um parente chamado Cleobo, para Santos, São Paulo. Lá permanece por longa temporada para completar seus estudos e ingressa na Faculdade de Pharmácia de São Paulo (MENEZES, 2017).

E, com o passar dos anos, esses números só aumentaram, embora no quantitativo geral os homens ainda fossem maioria. Quando os Conselhos de Odontologia foram criados na década de 1960, o número de mulheres exercendo a odontologia ainda não parecia muito expressivo, visto que os homens ocupavam 90% do mercado de trabalho, isso levando em consideração apenas os profissionais que se registraram nos conselhos, uma vez que ainda existia a atuação dos dentistas práticos. Um outro ponto importante a ser enfatizado é que nesse período já havia uma renovação geracional da odontologia em Sergipe, uma vez que os dentistas que foram citados por Dantas (1920) e Nunes (2008) e os demais que encontramos no *Almanak Laemmert* não realizaram inscrição no Conselho Regional de Odontologia.

Feixa e Leccardi (2010) se baseiam em estudiosos do conceito de geração para defender a ideia de geração no pensamento social contemporâneo como uma concepção construída em três momentos históricos, ligados a contextos sociopolíticos específicos: nos anos 1920, entre as duas Guerras Mundiais, as bases filosóficas sustentam-se na ideia de “revezamento geracional” (sucessão e coexistência de gerações), havendo um acordo geral sobre esse aspecto; nos anos 1960, na época das manifestações, uma teoria sobre a ideia de “problema geracional” (e conflito geracional) se apoia na teoria do conflito; a partir da metade dos anos 1990, com o surgimento da sociedade em rede, aparece uma nova teoria sobre a ideia de “sobreposição geracional”. Isso corresponde à situação em que os jovens têm mais habilidade do que as gerações anteriores em um centro de inovação para a sociedade: a tecnologia digital.

Até quase a metade do século XX, a odontologia era uma profissão ainda dominada pelos homens. Entretanto, a partir da década de 1970, as mulheres vêm realizando avanços significativos, com um aumento da presença feminina e uma mudança correspondente na ocupação. Porém, a entrada da mulher no campo odontológico não se deu de maneira tranquila, a classe feminina se impôs e não desistiu de buscar alcançar seus objetivos.

Segundo dados do Conselho Regional de Odontologia (1983), até o ano de 1960 Sergipe possuía 15 dentistas formadas, além das ci-



tadas anteriormente com base em Dantas (1920) e Nunes (2008). O quadro 1, a seguir, identifica essas dentistas com seu local de formação e ano.

Quadro 1 - Mulheres dentistas atuantes em Sergipe formadas entre 1940 e 1960

Nome	Local de formação	Ano
Walmir Nou de Brito	Faculdade Nacional de Odontologia	1940
Maria Viana Tavares de Bragança	Faculdade Nacional de Odontologia	1941
Creuza do Valle Passos	Facul. de Medicina da Universidade da Bahia	1942
Maria Linhares Nou	Faculdade Nacional de Odontologia	1942
Maria do Carmo A. Ramondot	Facul. de Medicina da Universidade da Bahia	1947
Nivalda de Oliveira	Facul. de Medicina da Universidade da Bahia	1947
Valdete Garcia Melo	Facul. de Medicina da Universidade da Bahia	1947
Therezinha Brasil F. P. Barros	Facul. de Medicina da Universidade da Bahia	1948
Zilnah Pinto Maciel	Faculdade Nacional de Odontologia	1950
Sylvia de Andrade Bastos	Facul. de Medicina da Universidade da Bahia	1951
Josete Pinto Cruz	Facul. de Med. da Universidade de Recife	1952
Solange Lemos Muniz Cruz	Facul. de Med. da Universidade de Recife	1954
Maria Idália Sales Ramos	Facul. de Odonto. da Universidade da Bahia	1954
Maria Ivone Bezerra de Brito	Facul. de Odonto. da Universidade da Bahia	1954
Antônia Maria da Silva	Facul. de Medicina da Universidade da Bahia	1955
Maria José de Moura	Facul. de Odonto. da Universidade da Bahia	1957

Fonte: Quadro criado pelo autor com base na lista de inscrição no CRO.

Entre os nomes que estão cadastrados no Conselho Regional de Odontologia de Sergipe dos profissionais formados até o ano de



1960, é possível perceber que o número de mulheres já era quase a metade da quantidade do de homens, que era de 36, fato esse que já se diferenciava do quadro nacional. Embora saibamos que outras mulheres atuavam na odontologia, nos baseamos apenas nos dados do Conselho, uma vez que não tivemos acesso a outras fontes que nos auxiliassem a realizar um processo de identificação mais amplo.

Dentre essas mulheres listadas no quadro 1, três delas desempenharam um papel importantíssimo não somente para a odontologia sergipana, como também para o campo da educação. De acordo com Jesus (2022b), Maria José de Moura, Maria Linhares Nou e Zilnah Pinto Maciel foram as primeiras mulheres sergipanas a atuar como professoras do curso de Odontologia no estado de Sergipe, abrindo as portas para que outras odontólogas pudessem repetir a mesma façanha.

Odontologia na veia

Quando essas três dentistas começaram a lecionar na década de 1970, elas tiveram como uma de suas alunas Edith Maria Santos Bastos. Aprovada no processo seletivo vestibular do ano de 1972, Edith é fruto de uma família de dentistas, neta do renomado dentista sergipano Mário Bastos e filha de Walter Bastos, além de ser filha e neta de dentistas, já que teve duas tias que também exerceram a odontologia. Marina Pereira Bastos e Haydée Pereira Bastos eram irmãs de Walter Bastos e se formaram pela Faculdade Nacional de Odontologia (Universidade do Brasil), as duas decidiram permanecer no Rio de Janeiro após concluírem o curso superior.

A família Bastos basicamente vivia a odontologia; afirmamos isso porque, além de Mário Bastos ter um filho e duas filhas que decidiram seguir a profissão do pai, a esposa dele, Dona Edith Pereira Bastos, também realizava trabalhos odontológicos, ela era quem confeccionava as próteses odontológicas dos pacientes do marido. Esse era um fato inusitado e incomum para a época, visto que as mulheres tinham poucas profissões aceitas socialmente para poderem desempenhar, sendo as mais comuns as atividades domésticas e o magistério. Embora desde a década de 1910 já houvesse dentistas

mulheres atuando em Sergipe, o trabalho de confeccionar próteses ainda era exercido por homens, e em sua maioria por dentistas práticos. Com isso, podemos afirmar que D. Edith foi uma pioneira na arte protética dental em Sergipe. Com toda essa trajetória familiar na odontologia, não causa nenhuma surpresa a escolha da neta de D. Edith em seguir o campo profissional da família, pelo contrário, era algo que já se esperava.

Com essa afirmação, a ideia que se traz é que Edith (neta) já havia escolhido a odontologia desde a infância, porém ela diz que, quando era criança, em suas brincadeiras com suas bonecas, tinha dupla profissão: às vezes, era dentista, e outras, professora, mas na juventude decidiu seguir os passos do pai.

Edith, a neta, nasceu em Aracaju em 6 de agosto de 1952, filha de Celina Santos Bastos e Walter Pereira Bastos, recebendo seu nome em homenagem à avó paterna. Ela iniciou sua formação educacional no Colégio do Salvador, em seguida estudou no Ginásio de Aplicação e, ao concluir o curso ginásial, foi aprovada em segundo lugar no vestibular do curso de Odontologia, ingressando em 1972. Durante o curso, se mostrou empenhada e também que a odontologia estava no seu sangue; por seu empenho, acabou sendo selecionada para monitoria na disciplina Materiais Dentários para auxiliar o professor Fabiano Aguiar, e foi a monitoria o que lhe abriu os olhos para novas possibilidades que a odontologia poderia oferecer.

Ainda como estudante, Edith e seu colega de turma, Hélio Feitosa, lideraram um movimento que aconteceu entre os alunos do curso de Odontologia da Universidade Federal de Sergipe, buscando agilizar o reconhecimento do curso pelo Ministério da Educação – MEC. Ela concluiu a graduação em 1975 (imagem 1), no mesmo ano em que o curso foi reconhecido pelo MEC (JESUS, 2022a). E, por sua dedicação, ela recebeu da UFS, no ano de 1975, a Medalha de Mérito Estudantil.



Imagem 1 - Edith Bastos e Walter Bastos



Fonte: Arquivo pessoal de Edith Bastos.

Ainda de acordo com Jesus (2022a), depois de se formar, Edith foi aprovada em concurso público para trabalhar como cirurgiã-dentista na Secretaria Estadual de Saúde. E, por conta dessa aprovação, ela foi designada para trabalhar na Casa Maternal Amélia Leite.

Pelo fato de ter exercido monitoria na disciplina Materiais Dentários quando cursava Odontologia, Edith foi convidada para assumir a disciplina como professora substituta quando Fabiano Aguiar precisou deixar o curso de Odontologia em 1976. Na mesma época, surgiu uma oportunidade para fazer um curso de aperfeiçoamento em Materiais Dentários na Faculdade de Odontologia de Bauru, e o coordenador do curso da UFS, Fernando Vasconcelos, recomendou Edith para o colegiado para que ela pudesse fazer o curso.

Com o ingresso, como professora, no curso de Odontologia, ela iniciou uma nova fase da sua vida, fixando em sua carreira profissional o que um dia foi brincadeira de criança, passando assim a ser dentista e professora. Embora fizesse parte de uma terceira gera-

ção de dentistas no meio familiar, ela também se tornou a primeira aluna do curso a se tornar professora dentro dele, mesmo que de forma temporária inicialmente. Edith então inaugura a segunda geração de professores e a primeira geração de professores que foram alunos do curso de Odontologia.

A ligação entre as gerações e a sucessão do tempo biológico não é apenas uma ideia construída socialmente e aceita como natural. Essa concepção tem suas raízes na tradição clássica, encontrada no livro de Gênesis do Velho Testamento, assim como na poesia e historiografia gregas (BORTOLAZZO, 2015). Mannheim (1993) compreende que as gerações podem ser consideradas históricas e sociais. Ou seja, o que define uma geração é o processo histórico vivenciado por um grupo de pessoas, e não uma data de nascimento compartilhada.

Segundo Mannheim (1993), o ambiente sócio-histórico, especialmente os eventos notáveis que envolvem ativamente as pessoas em sua juventude, exerce uma influência significativa sobre elas. Isso dá origem a cortes sociais baseados em experiências compartilhadas, as quais, por sua vez, influenciam os eventos que moldam as gerações futuras.

Esse compartilhamento de experiências que Mannheim (1993) cita foi vivido por Tânia Maria Vieira Fortes, filha e neta de dentista, que também trazia a odontologia em suas veias. Nascida em 23 de novembro de 1952, filha de Lélcio Passos de Guimarães Fortes e Ester Vieira de Santana Fortes, Tânia iniciou sua formação educativa no Colégio do Salvador, onde fez o curso primário; ao final do ciclo básico, foi estudar no Ginásio de Aplicação e, em seguida, no Colégio Estadual Atheneu Sergipense; buscando sua formação profissional, se mudou para Salvador, na Bahia, no início da década de 1970 para fazer o curso preparatório para ingresso na Universidade Federal da Bahia, que acontecia no Colégio Nossa Senhora da Vitória (Colégio Marista de Salvador).

Segundo Jesus (2022a), Tânia Fortes sonhava ser dentista como seu pai e seu avô, ambos profissionais da área. Seu pai, além de dentista, era professor e coordenador do curso de Odontologia da UFS. Mesmo assim, ela preferiu estudar em Salvador, pois tinha receio de que o curso de Sergipe não fosse reconhecido.



Em meio às incertezas, buscar uma formação na área da Odontologia por aqui era um desafio, mas nos surpreendeu o fato de Tânia ter ido para a Bahia para aquisição de seu diploma. A princípio, achamos que ela estava seguindo os passos do avô (Arício Fortes) e do pai por uma questão de satisfação pessoal, mas não foi bem assim que ocorreu. Segundo Fortes (2017),

[...] na época que eu iria para o terceiro científico, aquela dúvida se a Universidade teria condições de manter [...] o curso, ou pegaria os alunos que já tinham feito o vestibular e encaminharia para outro estado. Com essa indecisão eu fui fazer fora. [...] foi uma dúvida temporária, mas foi no tempo que eu estava para fazer vestibular.

O momento de incerteza que se percebe no relato de Tânia se deu quando o curso estava se preparando para iniciar o ciclo profissionalizante, pois era nessa fase que a universidade precisava de mais recursos para adquirir e montar os equipamentos para que o curso funcionasse. Ela se dedicou ao vestibular da Universidade Federal da Bahia – UFBA, mas, antes de conseguir uma vaga em Odontologia, passou em Medicina na Escola Baiana de Medicina, no entanto não aceitou a vaga porque queria realizar seu desejo. Em 1972, finalmente entrou no curso de Odontologia que tanto desejava. No ano de 1975, concluiu o curso, e, diferentemente do que se esperava, a cerimônia foi simples e aconteceu no auditório da Faculdade de Medicina da UFBA (imagem 2).

Imagem 2 - Tânia Forte e os pais em cerimônia de colação de grau



Fonte: Arquivo pessoal de Tânia Fortes.

326



Segundo Jesus (2022a), quando voltou à cidade de Aracaju, Tânia iniciou suas atividades profissionais no consultório que pertencia a seu avô, onde seu pai também atendia, localizado na Praça Olímpio Campos, 428. Mesmo se formando em outra universidade, ela criou uma relação de amizade e respeito com os professores do curso sergipano, um exemplo disso é sua participação no XI Congresso Brasileiro de Odontologia e III Congresso Internacional de Odontologia, que ocorreu em 1972 na cidade de Recife, junto com o pai, outros professores e alguns alunos da primeira turma de Odontologia da UFS. Tânia conseguiu criar uma rede que ultrapassou as fronteiras da Bahia e de Sergipe, e isso a levou para a cidade do Rio de Janeiro, onde foi se especializar e se matriculou no curso de Periodontia do Instituto de Especialização Odontológica da Policlínica Geral do Rio de Janeiro – IEO-PGRJ, concluindo o curso no ano seguinte, 1977.

Com isso, ela se tornou a primeira periodontista do estado de Sergipe e, por esse motivo, começou a ser referência na especialidade no estado, sendo convidada para palestrar na I Semana Acadêmica Odontológica, promovida pelo Conselho Regional de Odontologia – CRO/SE, pela Sociedade Odontológica de Sergipe – SOS e

pela Universidade Federal de Sergipe – UFS, que aconteceu no ano de 1977.

Depois de concluir sua especialização, continuou suas atividades no consultório. Em 1979, com a aprovação no concurso para professor do curso de Odontologia da UFS, Tânia voltou ao mundo acadêmico assumindo um novo papel. A dentista conciliou a odontologia à docência assumindo a disciplina Periodontia, que na época era optativa; mesmo assim, a grande maioria dos alunos de modo geral se matriculava nela devido à importância que a ela já era dada naquela época.

Edith Bastos e Tânia Fortes fizeram parte de famílias em que a odontologia era o campo de atuação profissional principal, uma vez que alguns desses familiares antes citados desempenharam alguma outra função fora do campo da odontologia. Podemos afirmar isso quando lançamos nossas lentes para a atuação profissional dos ascendentes delas.

Da odontologia à produção do saber

Passamos a maior parte deste escrito enfatizando a atuação feminina e familiar dessas duas mulheres na Odontologia e quase perdemos uma parte essencial da vida da família de Tânia Fortes que certamente exerceu uma grande influência na sua formação profissional. Além de dentista, o avô paterno dela também exerceu a função docente, bem como o pai dela. Arício Fortes foi professor da Escola Normal Ruy Barbosa por muitos anos e exerceu o cargo de diretor da mesma instituição; já Lélío Fortes começou sua atividade docente no curso de Odontologia da Universidade Federal de Sergipe, atividade que desempenhou até o início da década de 1990. Embora não tenhamos encontrado informações documentais a respeito da atividade docente do avô de Edith, em entrevista concedida em 2017, o dentista e ex-professor do curso de Odontologia da UFS, Afrânio Bastos, afirmou que Walter Bastos (pai de Edith) se candidatou ao cargo de professor para o curso de Odontologia, mas não foi aprovado.

Embora não tenha tido uma herança docente como se percebe na família Fortes, Edith Bastos desempenhou a função docente muito bem. Durante sua vida acadêmica, ela exerceu diversas funções

na Universidade Federal de Sergipe, tendo sido membro do Colegiado do Curso de Odontologia, presidente da Comissão de Estágio e coordenadora da disciplina Clínica Odontológica Integrada. Também foi chefe do Departamento, membro do Conselho Administrativo do Hospital Universitário, entre outras funções. Participou de bancas de concurso público para professor e foi responsável pela primeira publicação sobre a história do curso de Odontologia da UFS, texto publicado em 1999. Em março de 2002, Edith deixou a carreira docente e passou a atuar somente no seu consultório.

Edith e Tânia são de uma mesma geração, mas apresentam em suas trajetórias visões de mundo diferentes, e, segundo Mannheim (1993), os membros de uma geração são estratificados internamente por fatores como localização, cultura e classe social. Isso significa que eles podem ter perspectivas diferentes sobre os mesmos eventos e não são totalmente homogêneos. Mesmo dentro da “geração atual” pode haver diferentes respostas à situação histórica particular, estratificadas por várias “unidades geracionais” ou “gerações sociais”.

Essas diferentes perspectivas enfatizadas por Mannheim (1993) podem ser identificadas no decorrer da vida dessas duas mulheres. Enquanto Edith estava se preparando para deixar a carreira docente, Tânia teve a oportunidade de ampliar seu capital cultural². No ano de 1999, juntamente com um grupo de professores da Educação Superior de Sergipe, foi aprovada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte para o mestrado em Patologia Oral, curso que finalizou no ano 2000. Também no ano de 1999 começou a lecionar na Universidade Tiradentes. Após concluir o mestrado, juntamente com seus alunos e com colegas nas duas universidades, iniciou um ciclo de publicações que em revistas, anais de eventos e jornais especializados. Devido à sua boa relação com os alunos, Tânia orientou diversos trabalhos de conclusão de curso.

No ano de 2010, ela deixou suas funções na Universidade Tiradentes para assumir dedicação exclusiva na Universidade Federal

2 A esse tipo de capital, Bourdieu (1999) chama de capital cultural institucionalizado: o conjunto de títulos, diplomas, credenciais e qualificações que uma pessoa obtém por meio de instituições educacionais ou profissionais. É uma forma de capital que confere autoridade e reconhecimento social a uma pessoa.



de Sergipe. Em 2019, se aposentou da UFS, no entanto ficou mais um período na instituição como professora voluntária.

A experiência dos anos vividos em contato com outros professores/dentistas no curso de Odontologia ajudou essas duas mulheres a ampliarem seus horizontes (visão de mundo) e suas redes de amizade (sociabilidade). A atividade profissional que estava em sua terceira geração familiar teve continuidade na família de Edith, que já se apresenta na quarta geração, mas teve uma ruptura na família de Tânia, encerrando assim um ciclo profissional geracional.

Considerações finais

Compreender como as gerações compartilham suas experiências vividas não é muito fácil, visto que, ainda que vivendo num mesmo tempo cronológico, os indivíduos que compartilham o mesmo estado geracional são seres únicos, complexos e com diferentes perspectivas de vida. Essas duas mulheres dentistas-professoras tiveram influências na escolha profissional, mas viveram em grande parte de suas vidas experiências distintas. Ambas desempenharam suas atividades profissionais de maneira dedicada e com isso receberam de seus alunos reconhecimento e agradecimento em forma de homenagens em cerimônias de formatura.

Uma outra questão que se pôde verificar na trajetória dessas duas dentistas foi a continuidade da odontologia como atividade profissional na família de Edith Bastos, que teve dois filhos que seguiram os passos da mãe, do avô e do bisavô. Já no lado da família Fortes, percebemos o encerramento da geração de dentistas e de professores, na medida em que a filha de Tânia decidiu seguir um caminho diferente do de sua mãe e de seus ancestrais.

Mesmo Tânia não tendo deixado frutos profissionais na família, é certo que ela, bem como Edith, puderam viver em sua plenitude a carreira tanto odontológica quanto docente em sua plenitude, uma vez que ajudaram na formação profissional de muitos homens e muitas mulheres, mostrando que ser professor é ser um agente de transformação e confiança no futuro, é saber lidar com mentes que ainda estão em construção, e que ser dentista é auxiliar na recupe-



ração da autoestima, possibilitando aos que estão à sua volta sorrir com mais tranquilidade.

Referências

BORTOLAZZO, Sandro Faccin. De Comte a Bauman: algumas aproximações entre os conceitos de geração e identidade. *Estudos de Sociologia*, v. 1, n. 22, p. 121-144, 2016.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Maria Alice e Afrânio Catani (organizadores). 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 71-79.

DANTAS, Nyceu. A odontologia em Sergipe através do século (Um esboço histórico). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Ano 5, v. 5, n. 9, p. 119-131, 1920.

FORTES, Tânia Maria de Guimarães. *Entrevista I: Ex-Professora da UFS* [jul. 2017]. Entrevistador: Danilo Mota de Jesus. Aracaju, 2017. 1 arquivo. 3gpp (35 min).

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. *Sociedade e Estado*, v. 25, p. 185-204, 2010.

JESUS, Danilo Mota de. *Do consultório para as aulas da Universidade Federal de Sergipe: trajetórias de professores-alunos do curso de Odontologia (1972-1979)*. Tese (Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022a.

JESUS, Danilo Mota de. *Uma história da Odontologia em Sergipe: do ensino à estruturação do “campo” (1925 – 1975)*. Aracaju: Editora SEDUC, 2022b.

MANNHEIM, Karl. El problema de las generaciones. Tradução: Ignacio Sánchez de la Yncera. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas* (REIS), n. 62, p. 193-242, 1993.

MENEZES, Edmilson. Memória em espelho. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, v. 47, v. 2, p. 218-227, 2017.

NERY, Juliana. Registros: as residências modernistas em Aracaju nas décadas de 50 e 60. V *Seminário DOCOMOMO Brasil*, 2003.

NUNES, Maria Thetis. Os dois últimos presidentes da valha república. In: NUNES, Maria Thetis. *História da Educação em Sergipe*. 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS: Fundação Oviedo Teixeira, 2008. p. 249-278.

SIRINELLI, Jean-François. Génération, générations, Vingtième Siècle. *Revue d'histoire*, n. 98, p. 113-124, 2008.





Seção Tema Livre

Basílio Pirro: um engenheiro a serviço do império, 1848- 1880

*Amâncio Cardoso**

Resumo

Este artigo tem como objetivo fazer o percurso da trajetória biográfica de Sebastião José Basílio Pirro (1817-1880), engenheiro militar que deixou seu nome marcado pela elaboração do primeiro projeto da então nova capital de Sergipe, Aracaju, em 1855. Essa trajetória foi realizada a partir do exame de diversas fontes de época (jornais, relatórios, cartas, ofícios, memórias) para compreender a dimensão da importância de Basílio Pirro como funcionário do governo imperial em serviço não apenas na província de Sergipe, mas também nas demais províncias do Brasil, trabalhando como militar do corpo de engenheiros do Exército. Portanto, analisa-se a trajetória de Pirro em relação aos diversos campos sociais, para situar sua dimensão no contexto da sociedade brasileira do século XIX.

Palavras-chave: Engenheiro Pirro, Trajetória biográfica; Século XIX.

* Mestre em História pela Unicamp, 2001. Professor do Instituto Federal de Sergipe, 1994. Especializado em Geografia Agrária pela UFS, 1996. Licenciado em História pela UFS, 1990.

Basílio Pirro: an engineer at the service of the empire, 1848-1880.

Basílio Pirro: un ingeniero al servicio del imperio, 1848-1880.

Abstract

This article aims to trace the biographical trajectory of Sebastião José Basílio Pirro (1817-1880), a military engineer who left his name marked by the elaboration of the first project of the then new capital of Sergipe, Aracaju, in 1855. This trajectory was carried out from the examination of several sources of the time (newspapers, reports, letters, letters, memoirs) to understand the dimension of the importance of Basílio Pirro as an official of the imperial government in service not only in the province of Sergipe, but also in the other provinces of Brazil, working as a member of the Army Corps of Engineers. Therefore, Pirro's trajectory is analyzed in relation to the various social fields, in order to situate his dimension in the context of Brazilian society in the 19th century.

Keywords: Engineer Pirro, Biographical trajectory, 19th century.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo rastrear la trayectoria biográfica de Sebastião José Basílio Pirro (1817-1880), ingeniero militar que dejó su nombre marcado por la elaboración del primer proyecto de la entonces nueva capital de Sergipe, Aracaju, en 1855. Esta trayectoria fue realizado a partir del examen de varias fuentes de la época (periódicos, informes, cartas, memorias) para comprender la dimensión de la importancia de Basílio Pirro como funcionario del gobierno imperial en servicio no solo en la provincia de Sergipe, pero también en las demás provincias de Brasil, trabajando como miembro del Cuerpo de Ingenieros del Ejército. Por lo tanto, se analiza la trayectoria de Pirro en relación con los diversos campos sociales, con el fin de situar su dimensión en el contexto de la sociedad brasileña en el siglo XIX.

Palabras clave: Ingeniero Pirro, Trayectoria biográfica; Siglo XIX.



Introdução

Na história da mudança da capital de Sergipe, alguns personagens ganharam considerável evidência por suas ações nesse episódio marcante. Tomemos como exemplos o presidente Inácio Joaquim Barbosa (1821-1855), que administrou o processo de mudança; o Barão de Maruim, João Gomes de Melo (1809-1890), que coordenou o apoio político-partidário da causa; e por fim o engenheiro Basílio Pirro, que elaborou a primeira planta do projeto da nova capital, num sítio paludoso cujas repartições públicas “funcionavam em casebres feitos à pressa” (FREIRE, 2013, p. 370).

No entanto, ao contrário dos dois primeiros, a historiografia nos legou exíguas informações sobre Basílio Pirro. Ele ficou marcado, no imaginário coletivo, apenas como o engenheiro que fez o plano inicial de Aracaju, o quadrante Pirro, numa circunstância de diligência para concretizar a Resolução 413, que fundou a nova capital de Sergipe em 17 de março de 1855 (ALMEIDA, 2002, p. 239, v. 2).

Porém, outras informações sobre serviços prestados pelo engenheiro Pirro são escassas, ou até mesmo desconhecidas. Desse modo, levantamos os seguintes problemas: quais os serviços mais relevantes prestados por Basílio Pirro ao Império e, especificamente, à província de Sergipe? Como foi a trajetória de Pirro enquanto militar do Corpo de Engenheiros do Exército, a serviço do Ministério da Guerra?

Assim, o objetivo desse artigo é responder as questões acima, a partir do exame de diversas fontes, para compreender a dimensão da importância do engenheiro Pirro como funcionário do governo imperial brasileiro.

Neste sentido, seguiremos o percurso de Basílio Pirro pelas províncias onde prestou serviços. Para tanto, trocaremos a noção de biografia pelo conceito de trajetória. Esta é um caminho cujo itinerário de pesquisa é menos aprofundado em relação à biografia, mas não se deixa de analisar os campos sociais para situar o agente histórico no contexto em que se encontra inserido (SCHWARCZ, 2013, p. 56).



1 - Engenheiro Pirro na Província de Sergipe (1848-1860)

Sebastião José Basílio Pirro nasceu no Rio de Janeiro, em 1817.¹ Ele era filho de José Basílio Pirro e da portuguesa Margarida Rosa de Avelino Pirro.² Estudou na Escola de Marinha em 1835, chegando a 2º tenente. Depois passou para o Corpo de Engenheiros do Exército, em 1843, após receber o grau de bacharel em matemáticas na Escola Militar da Corte. Pirro exerceu várias comissões a serviço do Ministério da Guerra, nas províncias de Sergipe, Amazonas, Pernambuco, Espírito Santo, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Na província de Sergipe, o 1º tenente engenheiro se apresentou em São Cristóvão no dia 14 de dezembro de 1848 para dirigir as obras públicas. Ou seja, ele aportou na antiga cidade quase sete anos antes da mudança da capital.

O engenheiro militar permaneceu em Sergipe cerca de doze anos, entre 1848 e 1860. Foi aqui que Pirro conheceu sua esposa, a sergipana Maria Vitória Pinheiro Pirro (1834-1880), com quem teve três filhos: Afonso (faleceu recém-nascido), Antônio Sebastião Basílio Pirro e José Sebastião Basílio Pirro.³

Quanto à atuação profissional em Sergipe, um dos primeiros trabalhos de Pirro foi fazer parte da comissão que decidiu demolir a nova torre do Convento de São Francisco, em São Cristóvão, que estava para ruir, apresentando fendas na parede de adobe, e cuja altura era desproporcional à antiga edificação. Outra torre foi construída sob a direção de engenheiro Pirro (GOES e VASCONCELOS, 1849, p. 34-35).

As principais obras realizadas ou inspecionadas por Basílio Pirro, antes da mudança da capital de Sergipe, foram: em São Cristóvão –

1 Segundo Sacramento Blake e o Almanak do Ministério da Guerra, Pirro nascera em 1817. Mas conforme um jornal da época, ele teria nascido em 1818. (BLAKE, 1902, v. 07, p. 210); (ALMANAK DO MINISTÉRIO DA GUERRA, 1873, p. 18); (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1880, nº 114).

2 No século XIX, a grafia do sobrenome Pirro era “Pyrrho”.

3 Frei José de Santa Cecília (1809-1859), músico e poeta de São Cristóvão-SE, dedicou um soneto ao filho de Pirro, finado recém-nascido, Afonso. Engenheiro Pirro tinha três irmãos e uma irmã: José Basílio Pirro; João José Basílio Pirro; José Deolindo Pirro e Maria da Graça Pirro Calvet. (JORNAL DO COMMERCIO, 1864, nº 198.); (CORREIO SERGIPENSE, 1849, nº 80); (JORNAL DO COMMERCIO, 1880, nº 117).



inspeção da obra do mercado; da calçada do porto das Salinas; planos das pontes dos rios Poxim, Poxim-mirim e São Gonçalo; aterro da ladeira do açougue e da rua São Francisco; reparos no salão da biblioteca e casa da tipografia; obra da fonte de água potável na ladeira de São Miguel; obra da estrada da antiga capital até Laranjeiras; planta do canal entre os riachos Poxim e Santa Maria. Em Estância - plano das pontes dos rios Piauí e Fundo, e exame da ponte do Piauitinga. Em Itaporanga - reparos na ponte do rio Pitanga. Em Nossa Senhora do Socorro - casa da Mesa de Rendas no povoado do Aracaju; entre outras obras nos demais lugares da província (SILVA, 1852, p. 32-39).

Em 1850, engenheiro Pirro fez parte da comissão encarregada de revisar o Regulamento de Obras, para dar melhor andamento e “evitar abusos” na fiscalização e direção dos trabalhos na província (ANDRADE, 1850, p. 01-04). Sob este novo regulamento, o engenheiro executou em Sergipe plantas, orçamentos, inspeções, reparos e direção de obras em ruas, pontes, estradas, canais, mercados, templos, prisões, fontes, casas e sobrados. Sua labuta era intensa por causa da exiguidade de outros engenheiros, além das precárias condições de trabalho e salário (SILVA, 1859, p. 01-02).

Mas desde agosto de 1849, o soldo de Pirro havia melhorado porque o 1º tenente fora promovido a capitão graduado do corpo de engenheiros do exército.⁴ Entretanto, o capitão Pirro não trabalhou apenas em obras públicas. Devido a sua formação, ele era convidado eventualmente para participar de bancas de exame de candidatos a professores de primeiras letras. Nestes concursos, além de sua capacidade intelectual, ele era convocado por sua solicitude, diligência e retidão moral.

Exemplo disso são as declarações sobre seu perfil expressas pelos presidentes da província Amâncio João Pereira de Andrade e Inácio Joaquim Barbosa (1821-1855), os quais escolhiam os membros das

4 As graduações militares conquistadas pelo engenheiro Pirro foram as seguintes: ele assentou praça a aspirante de guarda-marinha em 23 de dezembro de 1835. Passou a guarda-marinha em 27 de novembro de 1837. Em 11 de setembro de 1843, tornou-se 2º tenente. Passou a 1º tenente em 14 de março de 1845. Em 27 de agosto de 1849, passou para capitão graduado. Em 13 de julho de 1852, tornou-se capitão efetivo. Em 02 de dezembro de 1856, tornou-se major por merecimento. Em 18 de fevereiro de 1865, passou para tenente-coronel, também por merecimento. Em 11 de novembro de 1874, tornou-se coronel por antiguidade (GÁVEA, 1880, p. 42).



comissões para os concursos ao magistério. O primeiro declarou que Pirro era “hábil, inteligente, zeloso e expedito”; e o segundo afirmou que o engenheiro era “muito inteligente, prático e ativo” (ANDRADE, 1851, p. 28) e (BARBOSA, 1854, p. 22). Até jornais da Corte, a *Gazeta de Notícias* (1880, nº 114), e outro de Pernambuco, *Jornal do Recife* (1880, nº 106), onde o engenheiro também atuou, escreveram que seus filhos herdariam “um nome honrado”.⁵

A demanda profissional de Basílio Pirro em Sergipe aumentou após a mudança da capital para Aracaju, durante a qual o engenheiro foi responsável pela administração de diversas obras. Assim sendo, o presidente Inácio Barbosa respondeu a uma solicitação da Câmara de Santo Amaro dizendo que os vereadores seriam atendidos logo que o engenheiro Pirro ficasse “menos atarefado dos diversos objetos que ora tem a seu cargo” (CORREIO SERGIPENSE, 1855, nº 25).

Entretanto, as construções na nova capital foram paralisadas entre agosto de 1855 e fevereiro de 1856, devido à pandemia de cólera que ceifou a vida de significativa parcela da população. Além disso, houve o falecimento do presidente Inácio Barbosa no auge da pandemia por febre palustre, em outubro de 1855, consequência dos trabalhos por ele acompanhados da retirada dos mangues e do aterro de alagadiços (CARDOSO, 2001).

Neste contexto, Pirro auxiliou os doentes coléricos, tanto em Aracaju como na Barra dos Coqueiros, prestando “socorros humanitários”. Mas, com o fim do cólera e a chegada de um novo presidente, o qual pediu ao Imperador a permanência de Pirro em Sergipe, as obras foram retomadas (TRAVASSOS, 2004, p. 62).

Os primeiros projetos de Pirro na nova capital, foram a fatura da primeira planta de Aracaju e a de uma igreja sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Mas ela ficou apenas nos alicerces por morte de Inácio Barbosa e pelos impactos do cólera.⁶

5 Entretanto, um leitor anônimo escreveu num jornal de oposição que Pirro sustentaria uma amásia em São Cristóvão-SE; e que também se utilizaria de três africanos livres para servirem a ele e a sua família, mas que estariam a seu dispor apenas para serviços públicos (A UNIÃO LIBERAL, 1854, nº 122).

6 Uma cópia da planta feita pelo engenheiro Pirro para a construção de Aracaju ficou arquivada na Secretaria da Presidência da Província (CORREIO SERGIPENSE, 1861, nº 64).



Porém, passada essa fase crítica, o então major Pirro desenvolveu outros importantes trabalhos, tais como: planta e orçamento da nova Alfândega em Aracaju; organização do mapa das linhas do correio; planta da cadeia de Aracaju; pontilhão de pedra do riacho Panção e ponte do riacho Cabral, braços do rio Japarutuba; serviços de desobstrução do canal Pomonga; planta e orçamento do Hospital de Caridade de Aracaju; e o alinhamento e nivelamento da nova capital (PYRRHO, 1859).

Em janeiro de 1860, Pirro fez parte da comissão de recepção de D. Pedro II, da Imperatriz e suas comitivas em Sergipe. Neste evento, o major de engenheiros desenhou a planta do atracadouro para desembarque do casal imperial na cidade de Laranjeiras. Em Aracaju, ele projetou um “castelo” cenográfico na praça do Palácio (atual Fausto Cardoso), de onde teve lugar as “salvas” a Suas Majestades. Além disso, Pirro acompanhou Pedro II na visita ao canal do Pomonga, obra com vistas a melhorar a navegação dos produtos a serem exportados pela barra do Cotinguiba (CORREIO SERGIPENSE, 1859, nº 66 e 85).

Quatro meses depois da visita imperial a Sergipe, maio de 1860, o engenheiro militar foi convocado pelo Ministério da Guerra para servir na província do Amazonas como diretor de obras. Basílio Pirro partiu e deixou uma casa alugada na “rua do Socorro” em Aracaju. Em 1877, essa casa já estava desocupada e “arruinada”. A família Pirro nunca mais retornaria a Sergipe (JORNAL DO ARACAJU, 1877, nº 833).

2 Engenheiro Pirro na Província do Amazonas (1860-1862)

Pirro foi dispensado dos serviços em Sergipe e no dia 22 de junho de 1860 ele assumiu a direção das obras públicas na província do Amazonas (MIRANDA, 1860, p. 18). Na província amazonense, o engenheiro propõe mudança no regulamento de obras da província, a partir de sua experiência em Sergipe, para sanar problemas de fornecimento de material, pagamentos e contratação de mão de obra; definição de cargos e funções (CUNHA, 1861, p. 18).



Neste sentido, ele também propôs a criação de uma repartição de obras públicas na recém criada província do Norte. No entanto, Basílio Pirro passou pouco tempo na direção das obras públicas no Amazonas, pois ele fora designado para servir na província de Pernambuco.

3 Engenheiro Pirro na Província de Pernambuco (1862-1866)

Em 15 de setembro de 1862, o então major Pirro foi nomeado comandante do presídio de Fernando de Noronha, em Pernambuco. Três anos depois, 1865, ele foi nomeado diretor do Arsenal de Guerra do Recife (A REFORMA, 1873, nº 266). Nesse cargo, Pirro permaneceu até dezembro de 1866, pois o engenheiro deixou Pernambuco e foi nomeado comandante das armas da província do Amazonas. Sua intensa atividade e disciplina militar o habilitaram para serviços na longínqua região norte do Império (CORREIO MERCANTIL, 1867, nº 04).

340



4 De volta à província do Amazonas (1866-1870)

Em 31 de dezembro de 1866, Pirro deixou de ser diretor do Arsenal de Guerra de Pernambuco e na mesma data foi nomeado comandante das Armas da província do Amazonas, assumindo este comando em 14 de março de 1867. (CORREIO MERCANTIL, 1867, nº 04). Mas logo em seguida, Pirro foi escolhido para presidir interinamente a província amazonense. Assim, em 30 de março de 1867, ele administrou o governo do Amazonas como 1º vice-presidente, substituindo dr. Antônio Epaminondas de Mello, que assumiu o cargo de Deputado Geral na Corte. (ALMANACH, AM, 1884. p. 114).

Em sua breve administração, de 30 de abril a 09 de setembro de 1867, engenheiro Pirro sancionou uma lei de aumento da remuneração dos professores do ensino primário. Havia dois anos, desde 1865, que o professorado esperava por esse provento (AMAZONAS, 1867, nº 56).

Estes cargos, o de comando das armas e de presidente interino, demonstram que o engenheiro militar era um quadro de alta

confiança do governo central, sobretudo num ambiente disputado entre as lideranças locais, de uma província distante e ainda em formação.⁷ Isto se expressou, por exemplo, nas duas condecorações auferidas por Pirro: uma de cavaleiro da Ordem de São Bento de Avis, em 1862; e outra do oficialato da Ordem da Rosa por seus serviços em Sergipe, no Amazonas e em Pernambuco (DIÁRIO DO RJ, 1862, nº 274; Idem, 1867, nº 36)

Outra preocupação do engenheiro presidente no Amazonas foi com o estado das fortificações da fronteira do Império com a República do Peru.⁸ Assim, ele visitou Tabatinga para examinar as obras e enviar relato à Corte. Basílio Pirro não ficou animado com o que viu em Tabatinga por conta da má qualidade das construções, da falta de trabalhadores especializados e da atuação de apenas um engenheiro para toda a província, motivando atrasos nas construções. Ademais, Pirro retornou enfermo da viagem em barco a vapor de Tabatinga a Manaus (PYRRHO, 1867, p. 06)

Em setembro de 1867, Pirro deixou a presidência da província por se encontrar ainda doente. Ele seguiu de Manaus para Belém, e daí para a Corte em busca de melhor tratamento médico (AMAZONAS, 1867, nº 67).⁹

5 O Retorno a Pernambuco (1870-1874).

Saúde restabelecida, Basílio Pirro foi enviado para mais um serviço pelo Ministério da Guerra, e outra vez em Pernambuco. Assim, ele assumiu em janeiro de 1870 o comando interino do Forte Madame Bruyne, ou Forte do Buraco, em Recife. Parece que Pirro sabia que demoraria mais tempo nesta missão, como ocorrera em Sergipe. Prova disso é que dona Maria Vitória Pinheiro Pirro tornou-se membro da Irmandade de Nossa Senhora da Luz; e que seu filho Antônio passou a estudar no Ginásio Provincial; e por

7 A província do Amazonas foi criada em setembro de 1850.

8 O tratado de fronteira para demarcação dos limites entre o Brasil e o Peru foi celebrado em 23 de outubro de 1851. (FERREIRA, 1866. p. 03).

9 Supomos que engenheiro Pirro foi acometido por malária, comum na região, mas as fontes pesquisadas não informam.

fim, seu outro filho José trabalhou como praticante da Tesouraria de Pernambuco (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1872, nº 151; ALMANAK-PE, 1874, p. 99).

Dessa maneira, em junho de 1871, o engenheiro militar passou a comandar uma outra Fortaleza, a do Brum, ficando no cargo até o ano de 1873. Doravante, Pirro irá assumir cargos de caráter mais administrativo-militar do que de engenharia propriamente. Sendo assim, em outubro de 1873, o tenente-coronel Pirro deixou a fortaleza do Brum e foi mais uma vez nomeado para comandar o presídio de Fernando de Noronha. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1874, nº 04; JORNAL DO RECIFE, 1871, nº 128 e 199).

Mas nessa nova ocasião Pirro enfrentará o desafio de comandar um estabelecimento muito complexo. Por exemplo, o isolamento numa ilha em alto mar; proximidades com os sentenciados que moravam na vila; tentativas de fuga e contrabando de objetos proibidos; além da presença da família do comandante nesse ambiente, formavam um contexto de iminente tensão. Como veremos, Fernando de Noronha marcará a vida do engenheiro.

6 A Revolta dos Presos e a Repressão de Pirro (1874-1875).

Em janeiro de 1874, Pirro tomou posse no comando do presídio de Fernando de Noronha. No fim desse ano, precisamente na noite de Natal, um grupo de sentenciados planejou fugir da ilha usando, caso fosse necessário, expedientes atentatórios à vida das autoridades. Porém, o plano foi delatado, o líder e o grupo presos; todos severamente castigados pelo comandante e então coronel Basílio Pirro.

O líder da suposta fuga foi o preso e ex-major Antônio Feitosa de Mello. O plano foi denunciado por um “preto sentenciado” por nome Bernardo Vieira Camorim, que vira a reunião do grupo na casa do ex-major. Em troca, Camorim pediu a Pirro para cumprir os oito anos de prisão que lhe faltavam em Recife, por medo de perder a vida na ilha. No que foi atendido.

Conforme o delator, o ex-major Feitosa deliberara assassinar no dia 30 de dezembro de 1874 “todos os empregados do presidio” que se opusessem ao plano, tomar o cofre e fugir no vapor que chegaria de Recife em 02 de janeiro de 1875.¹⁰ Com esta informação, Pirro ordenou prender “em ferros” e castigar o ex-major com mais de trezentas “chibatadas de raiz de gameleira”, e seus cúmplices com “cem pranchadas”. E mais, Pirro ordenou que a guarnição assistisse ao castigo armada e municuada para evitar “animadversão” dos demais sentenciados; além de “assestar” para a praça do suplicio canhões da fortaleza dos Remédios com gente a postos. (A PROVÍNCIA, 1875, nº 486).

Feitosa de Mello negou todas as acusações. Com isso, deu-se início a uma guerra na imprensa liberal contra os atos de Pirro. O jornal de oposição mais contundente foi o “A Província”, de Recife, conduzido pelo liberal e abolicionista José Mariano.¹¹ Desta forma, as severas críticas contra as atitudes “tirânicas” de Pirro, se dirigiam sobretudo por ele não ter instaurado inquérito e investigação sobre os fatos para punir, sob a legislação, os possíveis culpados da tentativa de fuga.

O periódico também reclamou da proteção em favor de Pirro dos governos provincial e central, por ele não ter respondido a um tribunal militar ou conselho de guerra, ficando impune por castigar como escravo “um cidadão”, sem provas cabais, apenas baseado em “meras suposições e infundados indícios”. O jornal dizia ainda, entre outras coisas, que Pirro teve o beneplácito dos poderes constituídos para ferir a Constituição. Assim, o caso virou noticiário político-ideológico e policial nas páginas da gazeta.

10 Antônio Feitosa de Mello cumpria pena por “crime de moeda falsa” numa casa para sentenciados militares da Ilha. Um ano antes, o ex-major tentara sublevar presos de Noronha durante o comando de um antecessor de Pirro. Em 1848, ele fora preso em Noronha e perdera sua patente de major do corpo de polícia de Pernambuco e o cargo de feitor conferente do consulado provincial por participar da Revolta Praieira (1848-1850), de caráter liberal e republicana.

11 José Mariano Carneiro da Cunha (1850-1912) formou-se em 1870 na Faculdade de Direito do Recife. Em 1872, fundou o “A Província”, órgão do partido Liberal. Tornou-se líder abolicionista, e fundou importante agremiação na luta contra a escravidão. Foi Deputado Geral entre 1878-1885. Ele também teve atuação marcante na República Velha. Disponível em: <https://www.ufpe.br/arquivocj/>. Acesso em: 02 jun. 2023.



O A Província concluiu também que Pirro teria praticado uma “vingança” contra um ex-militar liberal e ex-revoltado Praieiro. Por isso, vertia-se notas “execrando” o comandante do presídio, descrevendo detalhes melodramáticos da execução dos castigos, apelando para a sensibilidade popular e inflamando revolta contra a monarquia.¹² Por fim, publicou-se que Pirro teria proteção do poderoso líder do partido conservador José Maria da Silva Paranhos (1819-1880), o visconde do Rio Branco, então presidente do Conselho de Ministros (A PROVÍNCIA, 1875, nº 523).

Quanto à Basílio Pirro, ele escreveu cartas, ofícios e juntou testemunhos para justificar seus atos ao governo imperial. O comandante Pirro apelou para a descrição de um contexto de iminente perigo para sua integridade e da própria família, expostos numa ilha de tradicional foco de revoltosos e fujões.¹³ A bem da verdade, o prestimoso engenheiro militar foi blindado pelas autoridades do Império, assumindo em janeiro de 1875 o comando da fortaleza do Brum em Recife, um mês após o ocorrido. E mais, em julho de 1875, Pirro já estava no Rio de Janeiro, não para responder ao tribunal militar, mas para iniciar nova etapa de serviços a serem prestados ao Ministério da Guerra.¹⁴

12 Conforme o historiador Nelson Werneck Sodré, os envolvidos na Revolta Praieira chegavam às ruas do Recife acorrentados ou atados por cordas. E inúmeras vezes eles eram “publicamente chibatados” no quartel da polícia. Os Praieiros foram aprisionados em Fernando de Noronha até a anistia em 1851 (SODRÉ, 1966. p. 176).

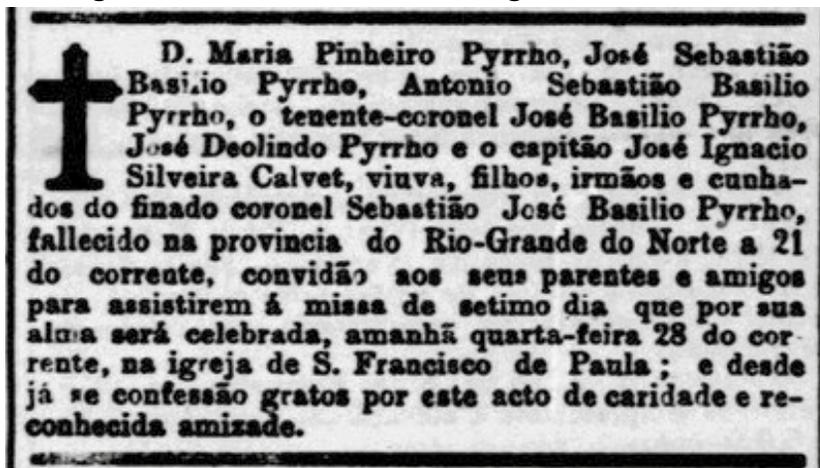
13 O ex-major Feitosa encerra uma carta publicada afirmando que a esposa de Pirro, a sergipana Maria Vitória, influenciou o marido para que o castigasse. Segundo ele, ela é quem “governa o presídio”, sempre acompanhada por um “negro escravo seu fiel chaveiro”, por nome de “Manoel Barriguinha” (A Província, 1875, nº 493, p. 02).

14 De fato, Basílio Pirro era muito próximo do poderoso Visconde do Rio Branco, desde quando Paranhos se formou na Escola Militar em 1843, assim como Pirro, com patente de alferes no Corpo de Engenheiros. O visconde voltou para a vida civil, tornando-se professor da Academia Militar. Em 1874, ano do ocorrido em Fernando de Noronha, Paranhos se tornou deão da recém criada Escola de Engenharia (atual Escola Politécnica da UFRJ). Paranhos exerceu também a atividade de jornalista, e foi ministro da Marinha, dos Negócios Estrangeiros e da Fazenda. Disponível em: <https://antigo.funag.gov.br>. Acesso em: 03/06/2023.

recebendo nota de louvor do Ministério da Guerra pela inspeção nessas províncias. Já entre 1879 e 1880, com a saúde dando sinais de abalo, Pirro continuou a fazer inspeções militares nas tropas de linha nas províncias de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte (CORREIO DA BAHIA, 1877, nº 190).¹⁷

Nesta última província, o coronel Basílio Pirro faleceu em serviço no dia 21 de abril de 1880. Não foi possível saber a causa da morte do engenheiro militar. Supomos que Pirro teria falecido em consequência de um ataque cardíaco fulminante, porque ele morreu subitamente em pleno trabalho, distante da Corte e dos familiares. Três meses depois, dona Maria Vitória Pinheiro Pirro faleceu no dia 09 de julho de 1880 (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1880, nº 220).

Figura 02: Nota de Falecimento do Engenheiro Basílio Pirro.



Fonte: Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 27/04/1880, nº 117, p. 04.

17 Em julho de 1879, Pirro foi agraciado pelo Imperador de oficial para comendador da Imperial Ordem da Rosa por serviços à "Disciplina do Exército". (JORNAL DO COMMERCIO, 1879, nº 213, p. 01). Em agosto, Pirro inspecionou os corpos de guarnição na província da Paraíba e tratou de processos instaurados contra praças da polícia (O LIBERAL PARAYBANO, 1879, nº 47, p. 02).

Conclusão

Sebastião José Basílio Pirro teve uma trajetória muito ligada a Sergipe. Primeiro pelo trabalho como engenheiro militar, vivendo por mais de uma década na província e participando ativamente de um dos mais importantes fatos históricos, que foi a transferência da capital. O outro vínculo com Sergipe foi de caráter familiar. Ele se casou com a sergipana Maria Vitória Pinheiro Pirro e constituiu família. E praticamente iniciou sua carreira de engenheiro militar em Sergipe, quando aportou ainda jovem como 1º tenente. Pirro também deixou seu nome num topônimo antigo da cidade de Aracaju; o Alto do Pirro, hoje um lugar já desaparecido (JORNAL DE SERGIPE, 1879, nº 58).

Apesar dos diversos serviços prestados pelo engenheiro militar em Sergipe, ele foi homenageado apenas com um pequeno trecho de rua que leva seu nome, no bairro Santo Antônio, em Aracaju. Pirro teve toda sua vida dedicada a servir o Império, tanto no setor de obras como no da administração e disciplina militares.

Neste sentido, Basílio Pirro não foi apenas o projetista apressado que obedeceu a uma resolução provincial para construir a nova capital de Sergipe em 1855. Ele viajou pelo Brasil prestando serviços ao Ministério da Guerra, buscando sua ascensão funcional, sempre prestativo às ordens de seus superiores, e morreu em serviço. Dessa maneira, coronel Pirro foi um funcionário que prestou relevantes serviços ao império brasileiro por cerca de quarenta anos.

Pirro por um lado ancorou-se em sua rede de relações na máquina pública, e por outro lado foi fiel cumpridor de seus deveres, fazendo funcionar o regime. Ele foi assim um funcionário representativo do segundo escalão no século XIX. Dito isto, poderíamos enquadrá-lo como bem o fez o mestre Antonio Candido sobre outro servidor do Império. Ouçamo-lo: “morto, um homem desses acaba rapidamente, por que funcionou num escalão secundário, que não dá ingresso à História” (CANDIDO, 2007, p. 131).

Referências

ALMEIDA, Pe. Aurélio Vasconcelos de. *Esboço biográfico de Inácio Barbosa*. Aracaju: Sercore, 2002. v. II.

ANDRADE, Amâncio João Pereira de. *Regulamento da repartição das obras públicas*. Sergipe, 11 de novembro de 1850.

ANDRADE, Amâncio João Pereira de. *Relatório com que foi entregue a administração da província*. São Cristóvão, 19 de julho de 1851.

BARBOSA, Inácio Joaquim. *Fala recitada na Assembleia Legislativa*. São Cristóvão, 20 de abril de 1854.

BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 07, 1902.

CANDIDO, Antonio. *Um funcionário da Monarquia: ensaio sobre o segundo escalão*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

CARDOSO, Amâncio. *Sob o signo da peste: Sergipe no tempo do cholera (1855-1856)*. Campinas-SP: Unicamp/IFCH, 2001. (Mestrado em História Social).

CUNHA, Manoel Clementino Carneiro da. *Fala dirigida à Assembleia Provincial do Amazonas*. Manaus: Typographia de Francisco José da Silva Ramos, 03 de maio de 1861.

FERREIRA, Gustavo Adolpho Ramos. *Relatório de Governo*. Manaus, 05 de setembro de 1866.

FREIRE, Felisbela. *História de Sergipe*. 3. ed. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

GALVÃO, Manuel da Cunha. *Relatório apresentado à Assembleia Provincial de Sergipe*. Bahia: Typographia Poggetti de Catellina, 05 de março de 1860.

GOES e VASCONCELOS, Zacarias de. *Fala à Assembleia Provincial*. São Cristóvão, 01 de março de 1849, p. 34.

MENDES, Cândido. *Atlas do Império do Brazil*. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1860.

MIRANDA, Manoel Gomes Correia de. *Fala dirigida à Assembleia Provincial do Amazonas*. Manaus: Typographia de Francisco José da Silva Ramos, 03 de novembro de 1860.

PIRRO, Sebastião José Basílio. *Relatório das obras*. Aracaju, 26 de fevereiro de 1859.



PIRRO, Sebastião José Bazílio. *Relatório entregue ao 5º vice-presidente*. Manaus: Typographia do Amazonas de A. da C. Mendes, 09 de setembro de 1867.

SÁ e BENEVIDES, Salvador Correia de. *Relatório para Assembleia Provincial*. Aracaju, 02 de julho de 1856.

SANTOS, Luiz Álvares dos. *Viagem Imperial à Província de Sergipe*. Bahia: Typographia do Diário, 1860.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Biografia como gênero e problema. *História Social*, n. 24, 1º semestre de 2013.

SILVA, Francisco Pereira da. *Relatório das obras públicas*. Aracaju, 26 de fevereiro de 1859.

SILVA, José Antônio de Oliveira. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa*. Sergipe: Typographia Provincial, 1852.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TRAVASSOS, Antônio José da Silva. *Apontamentos históricos e topográficos sobre a província de Sergipe*. Aracaju: Secult, 2004.

Periódicos:

Almanach Administrativo, Histórico e Mercantil da Província do Amazonas. Manaus: Typ. do Amazonas de José Carneiro dos Santos, 1884.

Almanak da Província de Pernambuco. Recife, Typographia Universal, 1874.

Almanak do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro: Typ. da América, 1873.

Almanak do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

Almanak Militar. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858.

Amazonas. Manaus, 27 de junho de 1867, nº 56.

Amazonas. Manaus, 29 de agosto de 1867, nº 65.

Amazonas. Manaus, 14 de setembro de 1867, nº 67.

A Província. Recife, 13 de janeiro de 1875, nº 486.

A Província. Recife, 14 de janeiro de 1875, nº 487.

A Província. Recife, 21 de janeiro de 1875, nº 493

A Província. Recife, 07 de fevereiro de 1875, nº 507.

- A Província*. Recife, 28 de fevereiro de 1875, nº 523.
- A Reforma*. Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1873, nº 247.
- A Reforma*. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1873, nº 249.
- A Reforma*. Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1873, nº 249.
- A União Liberal*. São Cristóvão-SE, 27 de maio de 1854, nº 122.
- Correio da Bahia*. Salvador, 05 de setembro de 1877, nº 134.
- Correio da Bahia*. Salvador, 13 de novembro de 1877, nº 190.
- Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, 04 de janeiro de 1867, nº 04.
- Correio Sergipense*. São Cristóvão, 14 de abril de 1849, nº 25.
- Correio Sergipense*. São Cristóvão, 06 de junho de 1849, nº 39.
- Correio Sergipense*. São Cristóvão, 14 de novembro de 1849, nº 80.
- Correio Sergipense*. São Cristóvão, 20 de julho de 1853, nº 47.
- Correio Sergipense*. São Cristóvão, 1851, 1852, 1853, nº 80, 37, 30 respect.
- Correio Sergipense*. Aracaju, 02 de junho de 1855, nº 25.
- Correio Sergipense*. Aracaju, 11 de abril de 1857, nº 19.
- Correio Sergipense*. Aracaju, 20 de novembro de 1858, nº 56.
- Correio Sergipense*. Aracaju, 11 de maio de 1859, nº 30.
- Correio Sergipense*. Aracaju, 12 de outubro de 1859, nº 66.
- Correio Sergipense*. Aracaju, 17 de dezembro de 1859, nº 85.
- Correio Sergipense*. Aracaju, 20 de maio de 1860, nº 42.
- Diário de Pernambuco*. Recife, 05 de julho de 1872, nº 151.
- Diário de Pernambuco*. Recife, 06 de janeiro de 1874, nº 04.
- Diário de Pernambuco*. Recife, 11 de agosto de 1879, nº 183
- Diário do Rio de Janeiro*. 31 de outubro de 1848, nº 7933.
- Diário do Rio de Janeiro*. 23 de setembro de 1862, nº 261.
- Diário do Rio de Janeiro*. 23 de setembro de 1862, nº 274.
- Diário do Rio de Janeiro*. 19 de fevereiro de 1867, nº 36.
- Diário do Rio de Janeiro*. 21 de outubro de 1867, nº 275
- Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 25 de abril de 1880, nº 114.



Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 09 de agosto de 1880, nº 220.

Jornal do Aracaju. 01 de outubro de 1873, nº 426.

Jornal do Aracaju. 19 de julho de 1877, nº 833.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 22 de maio de 1860, nº 141.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 17 de julho de 1864, nº 198.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 02 de agosto de 1879, nº 213.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 27 de abril de 1880, nº 117.

Jornal de Sergipe. Aracaju, 1879, nº 58, p. 02

Jornal do Recife. 06 de outubro de 1865, nº 232.

Jornal do Recife. 05 de fevereiro de 1870, nº 28.

Jornal do Recife. 09 de maio de 1880, nº 106.

O Liberal Parahybano. 30 de agosto de 1879, nº 47.



Resenha

Marcelo Déda: a construção do imortal

Samuel Albuquerque*

Dantas, Ibarê. Marcelo Déda na construção da democracia. Aracaju: Criação Editora, 2023. 540p.

355



Naquela terça-feira, a luminosidade e o mormaço do fim de tarde aracajuano invadiam o auditório lotado do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Era 19 de janeiro de 2010, e a sessão solene, prestigiada por sócios do instituto, por intelectuais e por diversas autoridades, marcava o fim da transformadora gestão de Ibarê Dantas e o início da minha, na presidência do IHGSE.

No grande salão, todavia, as atenções estavam voltadas menos para o presidente que saía e o presidente que chegava, e mais para o carismático governador, cujo magnetismo não se amiudara diante da doença que, visivelmente, o consumia desde fins do ano anterior, quando esteve licenciado e submeteu-se a duas cirurgias em São Paulo. Marcelo Déda Chagas ainda não havia completado cinquenta anos, governava o estado desde 2007 e era, sem dúvida, o mais proeminente político sergipano.

Foi meu primeiro contato detido com Déda. Como muitos jovens da minha geração, admirava o político e já lhe havia confiado o voto nas eleições de 2000 e 2004, para prefeito de Aracaju, e de 2006, para governa-

* Historiador, professor do Departamento de História da UFS, sócio e ex-presidente do IHGSE

dor de Sergipe. Sabia que ele não estava ali para prestigiar a posse do ilustre desconhecido professor da UFS que passaria a presidir o Instituto. Honestamente (e pensando a partir do hoje), também não acredito que ele estivesse ali, somente, para reverenciar a quase centenária Casa da Memória Sergipana. Déda estava ali por Ibarê, seu antigo professor de Política, no curso de Direito da UFS, mestre que admirava e de quem se tornou amigo e interlocutor desde princípios da década de 1980.

Colhi frutos do prestígio do nosso principal historiador, que se despedia da presidência do Instituto. O governador quis prostrar um pouco, saber de mim. Ibarê estimulou a conversa, informando-me das minhas pesquisas sobre as elites oitocentistas de Sergipe, e o assunto rendeu no quarto de hora que se antepôs ao início da solenidade.

Na ocasião, o governador foi o último a fazer uso da palavra. Seria redundância destacar o efeito de sua oratória sobre os presentes. Sagaz, ele apanhou nos discursos do antecessor e do novo presidente os elementos que nortearam uma brilhante fala de improviso, que coroou aquela solenidade.

Passados treze anos daquela demonstração de atenção e afeto, o antigo professor de Déda, já octogenário, deu prova do seu vigor intelectual, surpreendendo-nos com a publicação do livro *Marcelo Déda na construção da democracia* (Criação Editora, 2023).

Cá entre nós, confesso que não fiquei assim tão surpreso, apesar da discrição laboral de Ibarê. Atento à minha dificuldade de guardar segredos, ele evitou contar do projeto em curso desde 2010, iniciado pouco depois do lançamento da também monumental biografia de “Liandro” Maynard Maciel.

Acontece que conheço um pouco do *modus operandi* do amigo. Sabia que ele, silenciosamente, aprontava alguma novidade. Quando o visitava, em sua casa na Atalaia, e era questionado sobre o que andava estudando, aproveitava para retribuir a pergunta, já sabendo que teria uma resposta evasiva, mas apostando na insistência de arrancar-lhe uma pista.

Quando soube que um novo livro de Ibarê havia ido ao forno da Gráfica J. Andrade, mas que o tema era desconhecido, tratei de, em



nossa primeira conversa telefônica, perguntar-lhe quando seria o lançamento do livro sobre Déda. Ele demonstrou dúvida, somente, quanto à data do lançamento. Concluí que havia acertado no palpite.

Sensibilizado, talvez, com minha habitual ansiedade, Ibarê presenteou-me com o primeiro exemplar do livro saído de sua casa, um privilégio para alguém que, desde o livro *Eleições em Sergipe* (2002), publicado há mais de vinte anos, vem acompanhando com atenção e resenhando a produção desse historiador.

E já que me referi ao lançamento do livro sobre Déda, preciso registrar que ele ocorreu na tarde-noite do último dia 09 de maio, com o Museu da Gente Sergipana tomado por intelectuais, políticos, familiares, amigos e leitores de Ibarê. Foi uma clara demonstração do reconhecimento e do lugar de destaque desse historiador e cientista político, bem como do apelo provocado pelo tema do livro, pelo amplo interesse em torno da biografia de Marcelo Déda.

A volumosa obra possui mais de quinhentas páginas e passou pelo excelente trabalho de preparação gráfica de Adilma Menezes, da Criação Editora. Ao longo de dezesseis capítulos, com método e escrúpulo de historiador que persegue a neutralidade (mesmo diante da impossibilidade de alcançá-la), Ibarê estuda a trajetória política de Marcelo Déda Chagas (1960-2013) “em meio às contingências do seu tempo”, partilha com seus leitores “uma visão de conjunto da atuação de Marcelo Déda na esfera pública”. Como sabemos, Déda exerceu mandatos de deputado estadual (1986-1990) e deputado federal (1995-2000), elegeu-se prefeito de Aracaju em 2000 e 2004 e governador de Sergipe em 2006 e 2010. Foi, como destacou o senador Valter Pinheiro, em 2013, o timoneiro de Sergipe e uma das mais brilhantes estrelas do Partido do Trabalhadores.

É, portanto, no espaço público, dentro do contexto histórico estadual e nacional, que tentarei compreender o sentido da militância de Marcelo Déda no curso de cerca de três décadas. Nos movimentos estudantis e populares. Na atuação partidária e nos parlamentos. Na montagem das variadas coligações e nas campanhas eleitorais. Nas disputas com correligionários e adversários. Nas suas derrotas e nas vitórias. Como prefeito da capital e como governador. Enfim, como



uma figura marcante do seu tempo, em luta persistente pela democracia voltada para ampliação da cidadania (Dantas, 2023, p. 14).

Em seu comprometido trabalho de biógrafo, Ibarê trava diálogo teórico com intelectuais como o historiador francês Jacques Le Goff, autor de célebre biografia de São Luís de França, e a filósofa alemã Hannah Arendt, notadamente suas reflexões em *A condição humana*, obra publicada no Brasil em 1983, e *Origens do totalitarismo*, surgida mais recentemente, em 2012. O sociólogo alemão Norbert Elias, por quem partilho o gosto, também serve de referencial teórico para Ibarê, notadamente o excelente livro *Os alemães*, publicado no Brasil em 1997.

O autor considerou possíveis limitações de sua obra, destacando, inclusive, que o “multifacetado” Marcelo Déda pode e deve ser lido e estudado por outras lentes e ângulos. “Ele comporta vários tipos de análise” (Dantas, 2023, p. 14). Ibarê também destaca que teve que lidar atentamente com questões que poderiam influir em sua análise, como o curto distanciamento temporal do objeto de estudo (o que não é, necessariamente, um problema para um cientista político) e a proximidade pessoal com o biografado. “Essa [minha] proximidade com o líder petista gerou laços de amizade e gestos de reconhecimento. Isso não me inibe de apontar problemas decorrentes de suas práticas, honrando o ofício de historiador, que servirá de baliza para o julgamento da obra” (Dantas, 2023, p. 16).

A notória erudição de Ibarê pode ser evidenciada, sem esforço, no novo trabalho. Além disso, o rigor no levantamento e na análise das suas fontes segue o padrão observado nas biografias dos Maciel, publicadas em 2009 e 2017.

Colhi informações em depoimentos presenciais e a distância, entrevistas, mensagens e discursos, revistas e livros, teses de doutorado e dissertações de mestrado, monografias e relatórios, jornais e plataformas digitais, imagens e sites, documentos públicos e privados, bem como manuscritos (Dantas, 2023, p. 15). Tudo é devidamente explorado ao longo e elencado ao final do livro.

Para um historiador que, prioritariamente, se dedica ao estudo do século XIX, como é meu caso, a obra que completa a trilogia de



lbarê sobre indivíduos políticos representativos da sociedade sergipana entre os séculos XIX e XXI não possui a mesma savoria da inaugural e, na minha avaliação, insuperada biografia de *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825-1909)*, surgida em 2009. Penso que a biografia do “Leandro pai” está para a Historiografia Sergipana como está *Um estadista do Império*, de Nabuco, para a Historiografia Brasileira. É o exemplo melhor acabado de biografia que temos, considerando que o estudo do indivíduo revela a constituição e as transformações da sociedade sergipana emancipada politicamente da Bahia, desde a década de 1820 até princípios do século seguinte.

Não tenho dúvida, porém, que essa é uma apropriação muito particular das biografias escritas por lbarê. Como nos ensina o mestre Roger Chartier, cada leitor se apropria de um texto condicionado por limitações e interesses. E, definitivamente, História do Tempo Presente não é minha praia. É muitíssimo compreensível que outros competentes leitores julguem mais envolvente e elucidativa a biografia de Déda. Difícil, mesmo, será discordar da competência e da seriedade do trabalho do historiador e biógrafo lbarê Dantas.

Particularmente, calou mais fundo, mobilizou-me em demasia os momentos do texto que abordam a infância de Déda em Simão Dias, na década de 1960, gravitando em torno da luminosa figura de José de Carvalho Déda (1898-1968), seu culto e operoso avô Zeca Déda; e que abordam os momentos mais dramáticos de sua trajetória, na década de 2010. Aliás, parece mesmo que temos uma tendência em cultivar a memória daqueles que partem cedo. Nesse sentido, chama atenção o fato de os políticos sergipanos melhor iluminados pela Historiografia serem figuras que morreram precocemente, como Inácio Barbosa e Fausto Cardoso.

Em se tratando de “operação historiográfica”, sabemos que a subjetividade de qualquer autor atravessa seu texto. Caso fosse escrever, por exemplo, sobre a quebra-de-braço entre o governo Déda à testa do estado e o Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Sergipe (Sintese), como o fez lbarê nos capítulos onze e quinze da obra em questão, tenderia a buscar maior equilíbrio entre os testemunhos produzidos pelos representantes do governo e dos professores. Ficou-me a ideia de que lbarê valorizou mais o primei-



ro tipo de testemunho, em seu esforço de interpretar as consequências financeiras da implementação do piso salarial do magistério, bem como o vexatório desempenho de Sergipe nas avaliações de desenvolvimento da Educação Básica. Mas História é interpretação de realidades pretéritas. Outros olhares sobre a mesma questão podem (e devem) produzir leituras distintas. Aliás, a pluralidade de interpretações somente enriquece o conhecimento sobre um fato histórico.

No geral, a leitura que Ibarê faz da presença de Déda na vida política brasileira (como deputado federal) e, sobretudo, sergipana (como deputado estadual, prefeito de Aracaju e governador de Sergipe) é bastante sóbria e marcada por boa dose de escrupulo de historiador atento aos perigos de estudar personagem que lhe era próxima e cara. Julgo que o que poderia constituir o calcanhar de Aquiles da obra foi manejado com rigor, resultando em um texto honesto e crível. Exemplo disso é a análise equilibrada de Ibarê ao considerar o sufocamento orquestrado pelo governo federal à gestão do governador João Alves Filho, o que teria incidido nos rumos das eleições de 2006, que elegeram o prefeito licenciado de Aracaju, Marcelo Déda, para o executivo estadual. Conforme Ibarê,

No terceiro governo de João Alves (2003-2006), os investimentos foram reduzidos pelo boicote do presidente Lula. Apesar disso, ampliou a Orla, construiu estradas e pelo menos duas pontes, uma ligando Aracaju a Socorro e outra ligando a capital a Barra dos Coqueiros. Ademais, iniciou a ponte Joel Silveira (Dantas, 2023, p. 250).

No desfecho do livro, arremata novamente:

Em Sergipe, João Alves Filho tomou posse no terceiro mandato (2003-2006) num tempo de estabilidade monetária, quando se previa uma gestão tranquila. Mas, ao opor-se com obstinação à proposta da reforma tributária, o governo Lula reduziu as transferências financeiras e inviabilizou o empréstimo para a construção da ponte Aracaju-Barra dos Coqueiros, que



terminou inaugurada com sacrifício de outras obras (Dantas, 2023, p. 504).

Refletindo sobre o legado individual de Déda ao campo intelectual, Ibarê concluiu e justificou:

Não obstante seu saber ilustrado de intelectual com vários atributos excepcionais, a vida política limitou sua manifestação literária. Deixaria os discursos, as entrevistas, o livro de poemas e os efeitos de sua presença na política dos mais relevantes da História de Sergipe. Mas era pouco para sua estatura intelectual e ele almejava muito mais (Dantas, 2023, p. 491).

Ainda assim, para além dos célebres discursos (re)editados na obra, encontramos uma rica e corpulenta nota de rodapé, à página 468, sobre o Marcelo Déda leitor, sobretudo de clássicos, a exemplo dos *Sermões* do padre Antônio Vieira. Ao deparar-me com essa nota, que pode ser lida como uma sugestão de estudo sobre um tema específico (o do leitor Marcelo Déda), veio-me uma boa memória, um testemunho orgulhoso de minha mãe.

Em maio de 2010, às vésperas de se aposentar, ela dirigia a Escola Estadual José Inácio de Farias, no município de Monte Alegre de Sergipe, unidade que passara por uma ampla reforma e ampliação. Na retomada das atividades, recebeu a visita do secretário de Educação e do governo do estado. Animado com os resultados da obra, três coisas chamaram mais a atenção do governador: o bem-equipado laboratório de informática, com pleno acesso dos terminais à *internet*; o depósito da merenda escolar, limpo, ordenado e farto; e a biblioteca da escola, cuidadosamente organizada pela própria diretora. Déda deparou-se com os *Sermões* de Vieira, vibrou com o achado e com o fato de a coleção estar à mão dos estudantes e professores daquela escola sertaneja.

Ao final da visita, soube que a professora que dirigia a escola estava prestes a se aposentar. Reservadamente, pediu que o secretário viabilizasse, legalmente, a permanência da professora Marilene à frente do Inácio. Mas minha mãe já estava cansada e decidida pela

efetiva aposentadoria. Declinou gentilmente da oferta. Ainda assim, jamais esqueceu o ato de reconhecimento do governador que ela, uma “alvista” à época, não ajudara a eleger.

O novo livro de Ibarê é uma demonstração de coragem do historiador e cientista político, que, ao se debruçar sobre um recentíssimo período da nossa história (décadas finais do século XX e iniciais do século atual), analisa e chega a conclusões por vezes duras sobre atores que seguem ativos em nossa vida política e social.

A biografia de Déda ganhou contornos de uma prosopografia da classe política sergipana do último entre-séculos, e Ibarê não se esquivou de assinalar contradições e problemas nas ações desses atores. Aliás, mesmo Déda não é heroicizado na obra e o trabalho não se confunde com um panegírico, com uma narrativa louvaminheira. Fiquei, assim, imaginando as expressões faciais e os possíveis xingamentos decorrentes da leitura do livro pelas vivíssimas personagens cujas trajetórias se entrecruzam com a de Déda e que compareceram ao lançamento do livro no último dia 09 de maio. Certamente, para muitos dos que estiveram ali, a leitura do livro de Ibarê está sendo indigesta.

Com mais esse livro de História, Ibarê Dantas se consagra, também, como biógrafo de grandes figuras políticas de Sergipe. E esta é uma seara atraente e, ao mesmo tempo, carente de cultivo entre nós. Figuras importantes e controversas do nosso passado mais remoto, como o Comendador Sebastião Gaspar de Almeida Botto e o Barão de Maruim, e do nosso passado mais recente, como João Alves Filho, merecem, da parte de historiadores, estudos apurados e sérios como o surgido agora, em torno de Marcelo Déda.

Concluo esta minha resenha tornando à tarde-noite em que a biografia de Marcelo Déda foi lançada. Na ocasião, fui tocado, como muitos ali, por memórias relacionadas ao biografado. Lembrei-me que, naquele mesmo museu, tive outro encontro com o governador. Homem culto e atento à vida intelectual de sua província, Déda esteve presente ao lançamento do livro de crônicas *Histórias de vários tempos*, do desembargador aposentado Arthur Oscar de Oliveira Déda, seu tio, em uma noite de julho de 2012.



Mesmo muito assediado, o governador notou-me na longa fila que ele, certamente, não precisaria esperar. Mudou o prumo, veio ao meu encontro, cumprimentou-me com um largo sorriso e um aperto de mão, e contou-me que vinha lendo, semanalmente, a série de artigos que estava publicando no Jornal da Cidade, sobre as vivências da família de um antigo político sergipano, o Barão da Estância, no Rio de Janeiro do século XIX. O entusiasmo do governador contagiou-me. Ele parecia ter sorvido com prazer cada pequeno artigo da longa série, que intitulei *Guiado pelas memórias de Aurélia*. Pena que não pude presentear o governador com o livro em que reuni esses artigos. Em 2015, quando o fiz, Déda já havia virado nome de museu, já dava largos passos na fabricação de sua imortalidade.

Lembrei-me, também, que, ali perto, debruçado sobre um dos janelões do Edifício Atalaia, onde morava em 2013, vi passar, sob fogos e aplausos, não a procissão do Bom Jesus, em janeiro, mas o carro de bombeiros que trazia a esquife com o corpo do governador Déda, naquele triste dia de dezembro.

E foi na enlutada Aracaju de fins de 2013 que a ressurreição de Déda, que a fabricação de sua imortalidade teve início. As exéquias realizadas do Palácio-Museu Olímpio Campos, “lugar de memória” que o próprio Déda se empenhou em restaurar inteiramente em seu primeiro mandato de governador, representam o início do culto à memória do político, embalado pela presença do seu povo e de autoridades políticas como a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula, entre tantas outras, incluindo governadores e ministros.

Poucos meses depois, nossa mais famosa unidade museal foi “rebatizada” e passou a se chamar Museu da Gente Sergipana Governador Marcelo Déda. Em 2014, foi a vez da criação do Instituto Marcelo Déda (IMD), estabelecido desde 2020 na Biblioteca Pública Epifânio Dória. Entre iniciativas de natureza similar, destacaria ainda a inauguração, em 2018, do Monumento Governador Marcelo Déda, no Parque Augusto Franco (Parque da Sementeira), onde foram depositadas parte das cinzas do ex-governador.



Julgo que o livro de Ibarê, a biografia recém-lançada de Marcelo Déda, coroa essas ações, converte-se em pedra angular dessa construção, dessa fabricação do imortal. O livro dá sentido e indica a importância e as potencialidades do acervo preservado no IMD. O livro dirá às gerações futuras quem foi o carismático governante eternizado na denominação do museu da Avenida Ivo do Prado e no monumento do Parque da Sementeira.

Dez anos após a partida de Déda, com a biografia escrita por Ibarê Dantas, o governador que tão jovem deixou a vida, renasceu para a História.





SEÇÃO CASA DE SERGIPE

Dr. Carlos Pinna de Assis: Uma estrela a brilhar, uma saudade a ficar.

*José Rivadálvio Lima **

Carlos Pinna de Assis, filho de Antônio Xavier de Assis Júnior e Annalia Pina de Assis, nasceu em 4 de fevereiro de 1949, em Aracaju-Sergipe. Na infância, estudou no Jardim Augusto Maynard, passando pelo Colégio Jackson de Figueiredo. Adolescente, foi transferido para Belo Horizonte, onde concluiu o curso clássico em 1967, no Colégio Estadual de Minas Gerais. Em 1968, iniciou o curso de Direito na Universidade de Brasília, mas o concluiu na Universidade Federal da Bahia, onde estudou os dois últimos anos da graduação.

Iniciou a vida profissional como advogado naquele Estado, tendo participação ativa na OAB/BA, onde foi Conselheiro Seccional de 1981 a 1985 e Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados da Bahia de 1983 a 1984. Casou -se em 1976 com Raquel Prado de Oliveira Pinna de Assis e, dessa união nasceram os filhos Luíza Prado Pinna de Assis e Carlos Pinna de Assis Júnior. Pinna Junior exerce hoje o cargo de Procurador Geral do Estado, o mesmo que foi exercido pelo seu pai em 1983, quando retornou para Aracaju.

Em 1985, Carlos Pinna assumiu o cargo de Procurador-geral de Justiça do Estado, e no mesmo ano passou a ocupar a pasta de Secretário de Estado de Habitação e Previdência Social. Tomou posse como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe em 1986, tendo ali desenvolvido o restante de toda sua vida profissional, ocupando vários cargos, como: Cor-

* Graduado em História pela UFS. Sócio Efetivo e Secretário Geral do IHGSE.

regedor Geral, Vice-Presidente e Presidente nos biênios 1997-1999 e 2014-2015. Em 2002, devido ao seu dinamismo e fino trato com os colegas dos demais Tribunais de Contas do Brasil foi eleito Presidente da Associação dos Tribunais de Contas do Brasil com sede em Brasília.

Foi também professor na Faculdade Tiradentes, hoje Universidade Tiradentes, e devido a suas habilidades profissionais como Conselheiro, ministrou palestras e conferências por todo território brasileiro, razão pela qual foi agraciado com diversos títulos, medalhas e diplomas honoríficos por parte de diversos municípios e estados. Em todos os espaços em que atuou, Pinna manteve sua linha de conduta no sentido de aproximar a administração pública aos anseios da população, através de medidas que viessem a gerar o maior número de benefícios para o povo.

368

Escreveu e publicou diversos artigos tanto na sua área principal de atuação, o Direito e a Administração Pública, quanto nas áreas da História, da Cultura e da Educação. O livro sobre o governo desenvolvimentista do Dr. Lourival Batista é sua obra mais destacada. Assim, participava da Academia Sergipana de Letras, onde detinha a cadeira n. 13, e da Academia Sergipana de Educação. No ano de 2019, associou-se ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a Casa de Sergipe, por indicação de seus amigos e colegas, Dr. Paulo Amado e do saudoso Luiz Fernando Ribeiro Soutelo.

Homem de convicções firmes no catolicismo, frequentava as missas da Catedral Metropolitana nas noites de domingo, acompanhado da sua esposa e, às vezes, dos seus filhos Pinna Júnior e Luíza Prado. Muitas vezes, após o término da missa, ficávamos conversando sobre diversos assuntos relativos à educação, a cultura e a sociedade atual. Eu já participava do Movimento Antônio Garcia Filho (MAC) da Academia Sergipana de Letras, mas, foi nas nossas conversas pós-missa que se iniciou uma admiração mútua, pela troca de informações e posições sobre diversos temas e, principalmente, pelo seu interesse nos “Alpes Suíços” da minha Itabaiana. Eram sempre conversas agradáveis, cheias de sorrisos e afetos.

Enquanto sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Carlos Pinna participou ativamente nas nossas festividades

e celebrações. Era um homem de valores, com espírito elevado, sempre falava com entusiasmo das iniciativas públicas que resultassem em benefícios para a sociedade sergipana. Carlos Pina faleceu no dia 05 de abril deste ano de 2023, aos 74 anos. Foram apenas quatro anos de participação como sócio efetivo do IHGSE, mas não tenho dúvidas que, se mais vivesse, iria prestar contribuições relevantes para o nosso sodalício.

Tem pessoas que passam pelas nossas vidas como cometas, instantaneamente, e existem pessoas que são estrelas, aparecem todas as noites a brilhar intensamente, mostrando-nos um caminho a seguir, para o bem, para o engrandecimento do próximo, pois o poder e a fama nunca tornaram nosso homenageado soberbo e prepotente. Dr. Carlos Pinna é uma estrela que, por suas atitudes e ações humanitárias, esta a brilhar e a ficar para sempre em nossos corações.

Saudades eternas, amigo.





370



A obra é rara

Aglaré D'Ávila Fontes

Na verdade, o plano inicial era para ser apresentado, nesta edição da nossa revista, a reabertura do IHGSE ao público após sua sonhada obra, com grande celebração.

Em vez disso, vamos ainda falar da obra. Da obra que completou em fevereiro deste ano, 1 ano do seu início. Começou durante um governo. Agora já está em outro. Era um secretário de obras e agora já é outro. Os fiscais já são outros, alguns engenheiros também foram remanejados. Tudo mudou, só a obra não acaba.

Felizmente, a firma contratada continua a mesma, esperando as soluções prometidas na visita ao Instituto feita pelo do Secretário de Obras, Luiz Roberto Dantas. Enquanto esperava, a firma mandou instalar o elevador, uma vez que já estava pago. Achamos que isso foi feito para nos dar certo alento, fazendo se pensar que a obra havia continuado.

Na verdade, achamos que o IHGSE trabalha tanto com “obras raras” que esta obra física podia ser guardada por uns tempos na nossa paciência angustiada, como uma “obra rara”, que ninguém poderia tocar.

Neste ano de 2023, o IHGSE completou 111 anos, no dia 6 de agosto. Pensamos que seria um momento ideal para sua reabertura, atendendo ao clamor dos pesquisadores que frequentam as salas de memória da instituição e dos sócios.



Mas a celebração do aniversário teve que ser feita em outro espaço: a Escola do Legislativo, gentilmente cedida pela sua direção. A obra ficou mesmo rara para terminar. De março até agora, só mesmo se pode falar no elevador, uma vez que esta semana participamos do teste do seu funcionamento, fazendo uma “viagem” ao primeiro andar, tranquila e segura.

Na “raridade” da obra, pode-se assinalar o Auditório que começou e não terminou e, ainda, o sistema de prevenção de incêndio, dois banheiros por concluir, construir no andar superior o Arquivo, os jardins, providenciar a reposição das janelas e os pisos danificados pelo tempo de uso, e fazer a pintura geral. Tudo nos parece ações caracterizadas como comuns em uma obra em um prédio com aspectos normais, com 84 anos de nascido.

O projeto do prédio foi de Otto Altanesh, como alguns outros da nossa cidade, a exemplo do Arquivo Público e da Igreja Nossa Senhora Menina. O IHGSE se destaca pela sua sobriedade e segurança, mas como nos conta a brincadeira popular “Enquanto “seu” bobo não vem” nós usamos o compasso de espera para produzir ideias, criar novos espaços, proceder uma melhor organização para atender ao público. Parece até um pregão, “quando a obra acabar”.

Independente da obra, estamos a pensar. Planos para quando tudo for concluído, algumas novas ações e instalações de práticas duradouras como a “Parede das Coisas”; das “coisas” sergipanas que são marcas da nossa identidade. Objetos que se fizeram museais representando nossos grupos folclóricos, com seu histórico, para passar o conhecimento às pessoas através de visitas orientadas e eventos. Até agora 35 bonecos representantes foram preparados pelo artista Augusto Barreto para que as informações necessárias estivessem presentes, assim como os brinquedos e brincadeiras populares complementando a parede. As fichas informativas foram também preparadas com o objetivo educacional. Tudo isto, mais os brinquedos populares esperando a obra acabar.

Quando a obra finalmente chegar ao final temos muita coisa a colocar em evidência, seguindo um planejamento que, a cada dia, se enriquece com mais formas de contar e registrar a história cultural de



Sergipe. Esse “compasso de espera” da obra, sem um convencimento razoável, nos fez produzir o Suplemento Cultural que ganhou o sugestivo título de “Mandacaru”, nascido no seco da espera, como resistência do pensar. Agora, já está sendo produzido o segundo número. O objetivo do Mandacaru é não só divulgar o IHGSE de forma menos formal, mas lançar novas formas de ver a história e a cultura de Sergipe.

Outra justificativa para o Suplemento é a circulação, uma vez que sua estrutura pode ter uma divulgação mais fácil e simples do que a Revista já que essa última tem um conteúdo destinado a um público mais específico.

A escolha do aniversário do IHGSE, comemorado na Escola do Legislativo, para lançamento do Mandacaru foi para que seu surgimento ficasse marcado com os 111 anos do IHGSE. Depois, deixar comprovado que, apesar do desconforto que enfrentamos para trabalhar, convivendo com uma obra que não anda, continuamos produzindo e criando.

Nosso Estatuto estabelece que as datas de grande importância para a instituição devem ser comemoradas. Então, nos últimos anos, temos cumprido essa determinação de forma online. Entretanto, nosso último natalício, foi comemorado presencialmente, embora em outro espaço, como já dissemos. Palestras, apresentações artísticas e o lançamento do ‘Mandacaru’ garantiram o brilho das comemorações neste ano de 2023. É o que se pode ver nos cards abaixo.

Palavras de muito saudar:

Não é toda hora que uma instituição cultural permanece ativa, completando mais de cem anos de vida, enfrentando inúmeras dificuldades financeiras, já que ostenta o título de “sem fins lucrativos”. O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe tem esse perfil quando está a fazer no dia 6 de Agosto de 2023 cento e onze anos. Toma por empréstimo a D. João IV as suas palavras de muito saudar para celebrar não apenas o Instituto mas, sobretudo, aqueles cujas ações fazem com que o pensamento de Florentino Menezes continue a cultura sergipina. Assim, muitas palavras de muito saudar são:

- para os atuais mantenedores do IHGSE;
- para o Governo do Estado com seus 40 mil de doações anuais;
- para o Instituto Banco e a Secretaria de Educação do Estado, assumindo os pagamentos dos nossos estagiários;
- para os deputados estaduais e federal que deram suas emendas impositivas para nossa obra acontecer;
- para os deputados que doaram recursos para adquirirmos equipamentos;
- para os que com suas ações voluntárias integraram as ações do IHGSE, beneficiando a História do Cauê de Sergipe;

Poder agradecer significa que algo nos foi dado, neste momento o afeto se une as palavras de muito saudar.

Prof.ª Aglae D’Ávila Fontes
Presidente

O que vai acontecer: — 18 de Agosto de 2023

- 1 - Visitando o sonho de Florentino Menezes Prof.ª Dr.ª Terezinha Alves de Oliveira oradora oficial do IHGSE;
- 2 - Espaço da música: Apresentação do Coral Vivace Regente: Maestro Sergio Chagas
- 3 - Lembrar é não esquecer: Prof. Dr. Fernando Aguiar Diretor do Museu Galdino Bicho do IHGSE;
- 4 - “A voz é o suporte da comunicação” Zumbhor Prof.ª Aglae D’Ávila Fontes
- 5 - Lançamento do Suplemento Cultural (quem embarcou na ideia): Aglae d’Ávila Fontes; Edmara da Silva Melo Vasconcelos; Lucas Marcon; Rosângela Soares; Rísia Rodrigues; Sara Cardoso; Thais Rabele; Wagner Lenos; Wesleyrn Alves.



Fundadores do IHGSE

1. Doutor Manoel C. Barros Neto	11. Dr. Augusto do Prado S. Loure
2. Acadêmico Florentino F. de Oliveira	12. Dr. Joaquim F. Moraes
3. Doutor João de São Mello	13. Dr. Wagner de São Anna
4. Dr. Antonio Carlos de Menezes	14. Dr. Antônio Góes
5. Doutor João Myrland	15. Dr. Eugênio de Faria
6. Dr. Antônio Carlos Paes	16. Dr. José Soares Magalhães
7. Doutor Antonio Teodoro Farias	17. Col. José Carlos Paes
8. Dr. Manoel Antonio C. Guimarães	18. Padre Severino Magalhães
9. Dr. João Antonio de Oliveira	19. Col. Francisco de Andrade Mello
10. Dr. Manoel do Patrocinio G. Lobo	20. Dr. Hugo Maranhão
11. Dr. Francisco C. N. de Lacerda	21. Mr. Zacharias Carlos Paes



Reunido dia 22 que resultou na Fundação do IHGSE

Fundador: D.102
Presidente do Honr.º Gen. José Siqueira de Menezes (Prer. do Estado)
Presidente: João da Silva Mello
Vice Presidente: Florentino Faria de Oliveira
Primeiro Secretário: Antônio Carlos Paes
Segundo Secretário: Antonio Ribeiro Soares
Ocupar: Sibilândia Moura Rabele
Tesoureiro: Evangelino José de Faria



Acervo :
Pinura danificada que foi restaurada em 2023 por Henrique Lutz Braga dos Santos.
Representa o Dr. Manoel Joaquim Fernandes de Barron, médico que veio a casar-se com a Senhora do Engenho Jesus Maria José em Laranjeiras, e foi Presidente da Província de Sergipe no período de 6 de Dezembro de 1835 até 9 de março de 1836



Óleo sobre Tela de François René Moreaux, pintor, caricaturista nascido em 1807 na França e radicado no Rio de Janeiro onde, como pintor da corte, retratou desde a Família Imperial, D. Pedro II até diversas Patagens





IHGSE - Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Presidente:
Aglas d'Ávila Fontes
 1º Vice-Presidente:
Igor Leonardo Moraes Albuquerque
 2º Vice-Presidente:
Tereza Cristina Cerqueira da Graça
 Secretário Geral:
José Rivaldylho Lima
 1º Secretário:
Adriano Torres Azevedo
 2º Secretária:
Marlene Alves Calumbiy
 1º Tesoureiro:
Ancelma de Oliveira
 2º Tesoureiro:
Paulo Amado Oliveira
 Quadras:
Terezinha Alves de Oliveira

Diretor(a) de Biblioteca e Arquivo:
Rosângela Soares de Jesus

Diretor do Museu e Pinacoteca:
Fernando José Ferreira Aguiar



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE
 2023



Celebrando III anos

1912 - 6 de Agosto
 2023 - 6 de Agosto
 Aracaju - SE

374

Outro feito importante deste ano de 2023 foi a Primavera dos Museus, em evento que o IHGSE vem celebrando junto a outras instituições museais do país, durante o mês de setembro. O evento é capitaneado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e, neste ano, teve como tema “Memória e Democracia”. O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe incrementou a temática acrescentando dois sub-temas as palestras proferidas: “Tambores da Liberdade” e “Nos caminhos dos Quilombos”. As palestras foram proferidas pelos Professores Doutores Fernando Aguiar e Fernandes dos Santos.

17ª Primavera DOS MUSEUS

IHGSE - Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Presidente:
Aglas d'Ávila Fontes
 1º Vice-Presidente:
Igor Leonardo Moraes Albuquerque
 2º Vice-Presidente:
Tereza Cristina Cerqueira da Graça
 Secretário Geral:
José Rivaldylho Lima
 1º Secretário:
Adriano Torres Azevedo
 2º Secretária:
Marlene Alves Calumbiy
 1º Tesoureiro:
Ancelma de Oliveira
 2º Tesoureiro:
Paulo Amado Oliveira
 Quadras:
Terezinha Alves de Oliveira

Diretora de Biblioteca e Arquivo:
Rosângela Soares de Jesus

Diretor do Museu e Pinacoteca:
Fernando José Ferreira Aguiar

IBRAM

BRASIL



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE
 2023

17ª Primavera DOS MUSEUS

21 de setembro de 2023
 14h - 17h - Auditório da Escola do Legislativo



memórias e DEMOCRACIA
QUILOMBOLAS
 Tambores da Liberdade

<p>Pois é:</p> <p><i>Hoje dei de pensar que nada nasce sem ser plantada. A rosa, o lírio, a açucena perfumada, até mesmo o manjeriço que veio de Portugal pelas mãos dos colonizadores precisa ser plantado.</i></p> <p><i>Mas não só as plantas precisam de sementes, as ideias também. Por isso que nesta Primavera dos Museus queremos plantar a semente da memória e fazer soar os tambores da liberdade para construir a nossa identidade cultural.</i></p> <p><i>Voçê é nosso convidado nesta caminhada de mil cores e sons diversos.</i></p> <p style="text-align: right;">Profª Aglaê d'Ávila Fontes</p>	<p>O que vai acontecer:</p> <p>21 de setembro de 2023</p> <p>Palestra: Os Tambores da Liberdade Prof. Dr. Fernando Aguiar Setor de Museologia da UFS - Diretor do Museu Galdino Bicho do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe</p> <p>Aula Atividade: No Caminho dos Quilombos Prof. Dr. Fernandes dos Santos Museólogo e doutor em Arqueologia</p> <p>Aula Atividade: A Resistência dos Lame-sujos e Caboclinhos Profª Aglaê d'Ávila Fontes Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe</p> <p>PRÉVIA DO LANÇAMENTO: Cartazes do Enco. de Laranjeiras Adirany da Silva dos Reis Museóloga.</p>	<p>Texto Referência:</p> <p><i>"A memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total."</i></p> <p style="text-align: right;">Márlene Chauí</p> <p>As memórias das comunidades quilombolas são um testemunho da resistência e resiliência ao longo do tempo.</p> <p>Os quilombos surgiram como comunidades autônomas de pessoas afrodescendentes que escaparam da escravidão e lutaram por liberdade e dignidade.</p> <p>Para as comunidades quilombolas, a democracia significa reconhecimento oficial de suas terras e direitos, preservando suas tradições culturais e garantindo o acesso a serviços básicos, como educação e saúde. É essencial que suas vozes sejam ouvidas nas decisões que afetam suas vidas e territórios.</p>
--	---	---

Disso se conclui que, apesar da obra do IHGSE estar interrompida, a direção e os colaboradores aqui instalados continuam trabalhando. Cuidamos do nosso acervo, planejamos e realizamos atividades, celebramos datas comemorativas, continuamos editando nossa Revista e lançamos o Suplemento Cultural Mandacaru. Tudo isso que compõe ações voltadas para a memória, salvaguarda da história cultural de Sergipe.

Então, não é demais comentar que na obra, tudo está começado e não concluído. O ano já se anuncia caminhando para o final e vem as perguntas cheias de angústia:

E a obra? Quando termina? Quando reabre o IHGSE para seus usuários? Quando??

O projeto que se dizia ser de 4 meses já está agora, em novembro, registrando um ano e sete meses de iniciado e não concluído.

Esta é realmente uma “obra rara”.

Edição	: 2023
Impressão	: Grafmarques
Papel de miolo	: Off Set 75g/m ² da Suzano
Papel da capa	: Supremo 350g/m ² da Suzano
Tiragem	: 100 Exemplares
Tipologia	: Philosopher